

MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA
PRESIDENTE

CORONEL CHAGAS
1ª VICE-PRESIDENTE

NALDO DA LOTERIA
1º SECRETÁRIO

DHIEGO COELHO
3º SECRETÁRIO

JÂNIO XINGÚ
2º VICE-PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
2º SECRETÁRIO

IZAÍAS MAIA
4º SECRETÁRIO

FRANCISCO MOZART
3º VICE-PRESIDENTE

MASAMY EDA
CORREGEDOR GERAL

JORGE EVERTON
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:

- a) Deputada Angela Águida Portella - PSC;
- b) Deputado Dhiego Coelho - PSL;
- c) Deputado Brito Bezerra - PP;
- d) Deputada Lenir Rodrigues - PPS; e
- e) Deputado Marcelo Cabral - PMDB.

Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência:

- a) Deputado Soldado Sampaio - PC do B;
- b) Deputado Odilon Filho - PEM;
- c) Deputado Valdenir Ferreira - PV;
- d) Deputado Coronel Chagas - PRTB; e
- e) Deputado Jorge Everton - PMDB.

Comissão de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário:

- a) Deputado Jorge Everton - PMDB;
- b) Deputado Jânio Xingu - PSL;
- c) Deputado Coronel Chagas - PRTB;
- d) Deputado Soldado Sampaio - PC do B; e
- e) Deputado Mecias de Jesus - PRB.

Comissão de Educação, Desportos e Lazer:

- a) Deputada Lenir Rodrigues - PPS;
- b) Deputado Evangelista Siqueira - PT;
- c) Deputado Chicão da Silveira;
- d) Deputado Chico Mozart - PRP; e
- e) Deputado Gabriel Picanço - PRB.

Comissão de Cultura e Juventude:

- a) Deputado Masamy Eda - PMDB;
- b) Deputado Valdenir Ferreira - PV;
- c) Deputado Dhiego Coelho - PSL;
- d) Deputado Chico Mozart - PRP; e
- e) Deputada Ângela Águida Portella - PSC.

Comissão de Saúde e Saneamento:

- a) Deputada Aurelina Medeiros - PTN;
- b) Deputado Chico Mozart - PRP;
- c) Deputado Joaquim Ruiz - PTN;
- d) Deputado Masamy Eda - PMDB; e
- e) Deputado Valdenir Ferreira - PV.

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa:

- a) Deputado Evangelista Siqueira - PT;
- b) Deputado Izaías Maia - PT do B;
- c) Deputado Dhiego Coelho - PTC;
- d) Deputado Soldado Sampaio - PC do B; e
- e) Deputada Ângela Águida Portella - PSC.

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

- a) Deputado Coronel Chagas - PRTB;
- b) Deputado Marcelo Cabral - PMDB;
- c) Deputado Jânio Xingu - PSL;
- d) Deputada Aurelina Medeiros - PTN;
- e) Deputado Izaías Maia - PT do B; e
- f) Deputado Soldado Sampaio - PC do B.

Comissão de Tomada de Contas:

- a) Deputado Joaquim Ruiz - PTN;
- b) Deputado Mecias de Jesus - PRB;
- c) Deputado Coronel Chagas - PRTB;
- d) Deputado Brito Bezerra - PP; e
- e) Deputado Jânio Xingu - PSL.

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte:

- a) Deputado Izaías Maia - PT do B;
- b) Deputado Jorge Everton - PMDB;
- c) Deputado Chicão da Silveira;
- d) Deputado Odilon Filho - PEM; e
- e) Deputado Evangelista Siqueira - PT.

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:

- a) Deputado Zé Galeto - PRP;
- b) Deputado Marcelo Cabral - PMDB;
- c) Deputada Aurelina Medeiros - PTN;
- d) Deputado George Melo - PSDC; e
- e) Deputado Gabriel Picanço - PRB.

Comissão de Políticas Indigenistas:

- a) Deputado Gabriel Picanço - PRB;
- b) Deputado Dhiego Coelho - PSL;
- c) Deputada Lenir Rodrigues - PPS;
- d) Deputado Soldado Sampaio - PC do B; e
- e) Deputado Evangelista Siqueira - PT.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- a) Deputado Marcelo Cabral - PMDB;
- b) Deputado Masamy Eda - PMDB;
- c) Deputado George Melo - PSDC;
- d) Deputado Jânio Xingu - PSL; e
- e) Deputado Brito Bezerra - PP.

Comissão de Indústria, Empreendedorismo, Comércio, Turismo e Serviços:

- a) Deputado Brito Bezerra - PP;
- b) Deputado Joaquim Ruiz - PTN;
- c) Deputado Jânio Xingu - PSL;
- d) Deputado Zé Galeto - PRP; e
- e) Deputado Masamy Eda - PMDB.

Comissão de Relações Fronteiriças, MERCOSUL, de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação:

- a) Deputado Dhiego Coelho - PTC;
- b) Deputado Zé Galeto - PRP;
- c) Deputado Jorge Everton - PMDB;
- d) Deputado Odilon Filho - PEN; e
- e) Deputado Joaquim Ruiz - PTN.

Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial:

- a) Deputado Mecias de Jesus - PRB;
- b) Deputado Jânio Xingu - PSL;
- c) Deputado Marcelo Cabral - PMDB;
- d) Deputado Naldo da Loteria - PSB; e
- e) Deputado Joaquim Ruiz - PTN.

Comissão de Viação, Transportes e Obras:

- a) Deputado Chicão da Silveira;
- b) Deputada Lenir Rodrigues - PPS;
- c) Deputado Masamy Eda - PMDB;
- d) Deputada Angela Águida Portella - PSC; e
- e) Deputado Naldo da Loteria - PSB.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

- a) Deputado George Melo - PSDC;
- b) Deputado Jorge Everton - PMDB;
- c) Deputado Coronel Chagas - PRTB;
- d) Deputada Lenir Rodrigues - PPS;
- e) Deputado Brito Bezerra - PP;
- f) Deputada Aurelina Medeiros - PTN; e
- g) Deputado Mecias de Jesus - PRB.

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

- a) Deputado Valdenir Ferreira - PV;
- b) Deputado Evangelista Siqueira - PT;
- c) Deputado Naldo da Loteria - PSB;
- d) Deputado Chico Mozart - PRP; e
- e) Deputado Zé Galeto - PRP.

Comissão de Ética Parlamentar:

- a) Deputado Odilon Filho - PEM;
 - d) Deputado Naldo da Loteria - PSB;
 - c) Deputado George Melo - PSDC;
 - d) Deputado Zé Galeto - PRP; e
 - e) Deputado Izaías Maia - PT do B.
- Suplentes:
1º - Deputado Joaquim Ruiz - PTN; e
2º - Deputado Chicão da Silveira.

SUMÁRIO

Superintendência Legislativa

- Moção nº 006/2017	02
- Indicações nº 291 a 294/2017	02
- Ata da 2612ª Sessão Ordinária - Sucinta	03
- Ata da 698ª Sessão Extraparlamentar - Íntegra	04
- Ata da 2588ª Sessão Ordinária - Íntegra	04
- Ata da 2590ª Sessão Ordinária - Íntegra	12
- Ata da 2594ª Sessão Ordinária - Íntegra	17
- Ata da 2596ª Sessão Ordinária - Íntegra	21
- Comissão Mista de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle - Edital de Convocação nº 001/2017	27

Superintendência Administrativa

- Resoluções nº 241 e 242/2017	27
- Extrato de Contrato - Processo nº 105/2016	27
- Extrato de Contrato - Processo nº 532/2017	27
- CPL - Síntese de Ata de Registro de Preços nº 020/2017	27

Superintendência de Gestão de Pessoas

- Resoluções nº 3335 e 3344/2017	28
----------------------------------	----

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Site: <http://www.al.rr.leg.br>

Fone: 4009-5584

E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS

Gerente de Documentação Geral

CARLOS EBER MONTEIRO COSTA

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral através do *Sistema de Gerenciamento de Documentos Eletrônicos (DATAGED)*, conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, respeitando horários e formatos estabelecidos no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

MOÇÃO

MOÇÃO DE PESAR Nº 006/2017

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, nos termos do art. 205 do Regimento Interno, em nome de seus membros, faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna pública:

- **Moção de Pesar** pelo falecimento do senhor **Ivalcir Centenaro**, ocorrido no dia 22 de maio de 2017, nesta Capital. Desejamos que seja acolhido pela Providência Divina, com muita luz.

Palácio Antônio Augusto Martins, 23 de maio de 2017.

Deputado Estadual **JALSER RENIER**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Deputado Estadual **CORONEL CHAGAS**

1º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Deputado Estadual **MARCELO CABRAL**

2º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

INDICAÇÕES

INDICAÇÃO Nº 291, DE 2017

INDICO, nos termos do art. 202, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Roraima, a **Excelentíssima Senhora Governadora do Estado**, com urgência, a **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA O ABASTECIMENTO DA UNIDADE INTEGRADA DE SAÚDE MENTAL – UISAM**, localizada nesta capital.

JUSTIFICATIVA

Tal indicação se justifica em decorrência da falta de medicamentos essenciais ao tratamento dos pacientes com necessidades de atendimento psiquiátrico, psicológico, terapia ocupacional e outros, da unidade integrada de saúde mental do Estado de Roraima.

A unidade de tratamento em tela é a única de atendimento aberto ao público no Estado de Roraima e atende uma demanda diária e crescente de pacientes que apresentam necessidades de assistência médica em todas as fases do tratamento de doenças como esquizofrenia, depressão, TAG – transtorno de ansiedade generalizada, que afetam a integridade mental do indivíduo.

Neste sentido, ressalta-se que a Constituição Federal de 1988, como norma suprema, exalta e garante os direitos à vida e à saúde de todos os indivíduos, não podendo ser restringidos ou relativizados em detrimento de qualquer outro, cabendo ao Estado promover a assistência integral à saúde do cidadão, como disposto no artigo 196 e em respeito ao princípio da dignidade da pessoa.

Destaca-se que os familiares de pacientes que realizam tratamento na unidade supracitada registraram através de jornais de grande circulação a relevante preocupação acerca da falta de medicamentos, uma vez que, a interrupção no tratamento pode agravar o quadro clínico do paciente ou até mesmo retardar o avanço no tratamento.

É necessário, desta forma, que o Governo do Estado de Roraima adote as providências necessárias, com a maior urgência possível, a fim de abastecer a farmácia da unidade integrada de saúde mental para satisfazer a demanda dos cidadãos roraimenses que precisam dar continuidade no tratamento.

Palácio Antônio Martins, 20 de maio de 2017.

MASAMY EDA

Deputado Estadual

INDICAÇÃO Nº 292, DE 2017

INDICO nos termos do art. 202 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Roraima, a **Excelentíssima Senhora Governadora do Estado**, a adoção das providências em relação à situação de abandono da **ESCOLA ESTADUAL ALCIDES MIGUEL DE SOUZA**, localizada na Vila Novo Progresso, Município do Cantá-RR.

JUSTIFICATIVA

Tal indicação se justifica pela alarmante situação de abandono em que se encontra a Escola Estadual Alcides Miguel de Souza, localizada na Vila Novo Progresso, Município do Cantá, em decorrência das péssimas condições de sua estrutura física.

Ressalta-se que a Escola não recebe manutenção há cerca de cinco anos, fato que acarreta a desmotivação dos alunos e prejudica o desenvolvimento da aprendizagem, uma vez que as condições físicas oferecidas pela Escola não são adequadas, tampouco saudáveis para a realização das atividades escolares.

Desta forma, há urgência na adoção das providências necessárias, considerando, sobretudo, a diminuição do índice de matrículas realizadas nos últimos anos, já que os moradores da região estão buscando alternativas de ensino em outras Comunidades devido às péssimas condições da Escola Alcides Miguel de Souza.

Desta forma, é inadmissível que a rede pública de ensino permaneça precária a ponto de não proporcionar ambientes saudáveis e adequados ao desenvolvimento escolar, uma vez que há recursos suficientes destinados às melhorias das Escolas Públicas, a fim de efetivar direitos constitucionalmente previstos.

Palácio Antonio Martins, 21 de junho de 2017.
MASAMY EDA
 Deputado Estadual

INDICAÇÃO Nº 293/17

O Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento à Excelentíssima Senhora Governadora do Estado da seguinte Indicação:

RECUPERAÇÃO DA VICINAL 20, LOCALIZADA NO DISTRITO DE NOVA COLINA, NO MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS.

JUSTIFICATIVA

A vicinal encontra-se sem a menor condição de tráfego. Os veículos como microônibus escolares estão impossibilitados de transitar, devido as más condições da via. Prejudicando assim, principalmente as crianças que necessitam deste veículo para locomoção à escola. Esta indicação da referida vicinal, se faz portanto justa e necessária.

Diante do que foi apresentado, solicitamos a atenção especial, por parte do Governo do Estado de Roraima, para solucionar os problemas da referida vicinal, acima descritos.

Sala das Sessões, 21 de Junho de 2017.
Deputado Estadual Izaías Maia

INDICAÇÃO Nº 294/17

O Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento à Excelentíssima Senhora Governadora do Estado da seguinte Indicação:

REFORMA DA ESCOLA ESTADUAL ALCIDES MIGUEL DE SOUZA, NO PROJETO TABOCA, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DO CANTÁ.

JUSTIFICATIVA

A atual precariedade em que a escola se encontra é de total abandono, o prédio está tomado por cupins, ocasionando a insegurança de todos. Necessita-se urgente de revitalização. Esta indicação se faz, portanto, justa e necessária.

Diante do que foi apresentado, solicitamos a atenção especial, por parte do Governo do Estado de Roraima, para solucionar os problemas da referida escola, acima descritos.

Sala das Sessões, 21 de Junho de 2017.
Deputado Estadual Izaías Maia

ATAS PLENÁRIAS - SUCINTA

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA SEXCENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO PERÍODO LEGISLATIVO DA SÉTIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia vinte e um de junho de dois mil e dezessete, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima sexcentésima décima segunda Sessão Ordinária do quinquagésimo terceiro período legislativo da sétima legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente em exercício, Deputado **Coronel Chagas**, declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo-Secretário, Deputado **Masamy Eda**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário, Deputado **Naldo da Loteria**, proceder à leitura do Expediente. **RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:** Mensagem Governamental nº 47, de 20/06/17, comunicando veto total ao Projeto de Lei nº 39/17, que “dispõe sobre a concessão do direito a uma folga anual para realização de exames para prevenção do câncer de pele, de mama, de colo do útero, de próstata e de pulmão”; Mensagem Governamental nº 48, de 21/06/17, encaminhando para apreciação Projeto de Lei de alteração do Plano Plurianual, para o quadriênio 2016-2019; Mensagem Governamental nº 49, de 21/06/17, encaminhando para apreciação Projeto de Lei de Crédito Especial por Transposição, em favor do Fundo Estadual para Pessoa com Deficiência – FEPEDE, no valor global de R\$ 335.159,60 (trezentos e trinta

e cinco mil, cento e cinquenta e nove reais e sessenta centavos). **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Indicação s/nº, de 19/06/17, de autoria do Deputado Valdenir Ferreira, encaminhando ao Governo do Estado solicitação para melhorias, através de reformas e aquisição de equipamentos, na infraestrutura da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (CAER), no Município de Alto Alegre-RR; Indicação s/nº, de 19/06/17, de autoria do Deputado Masamy Eda, encaminhando ao Governo do Estado solicitação para realização de reparos e manutenção na balsa do Passarão, localizada na Vila de mesmo nome, sobre o rio Uraricoera; Indicação s/nº, de 19/06/17, de autoria do Deputado Masamy Eda, encaminhando ao Governo do Estado solicitação para continuação das obras de reforma do prédio do 1º Distrito Policial de Boa Vista, localizado no centro desta capital; Indicação s/nº, de 20/06/17, de autoria do Deputado Masamy Eda, encaminhando ao Governo do Estado solicitação para recuperação da Vicinal 5, localizada na região de Campos Novos, Município de Iracema-RR; Memorando nº 005, de 20/06/17, de autoria do Deputado Jânio Xingú, requerendo a realização de Audiência Pública com os Presidentes Sindicais e servidores do Estado de Roraima das categorias: Quadro Geral (Lei 1032/16), Femarh, Iacti, Iteraima, Aderr, Sesau e Codesaima, a fim de discutir as reivindicações dessas categorias. **GRANDE EXPEDIENTE:** O Senhor Deputado **Izaías Maia** iniciou sua fala, mais uma vez, chamando a atenção dos seus pares e da sociedade para os problemas energéticos do Estado, destacando que os moradores do interior do Estado estão sendo penalizados com a falta de energia. Continuando, destacou a importância da união da classe política para buscar soluções para o problema, antes que o Estado fique às escuras. Finalizou informando que irá encaminhar indicação ao Governo do Estado solicitando melhores condições de trabalho aos policiais militares deslocados para a fronteira do Jundiá. O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** iniciou seu pronunciamento destacando a importância da valorização que o governo tem dado à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros e, acima de tudo, tranquilizando a sociedade com a presença desses profissionais nas ruas trabalhando na sua defesa. Continuando, destacou que esta Casa sempre esteve à disposição, aprovando, com compromisso, matérias importantes da categoria e, segundo o Senhor Parlamentar, terá a mesma celeridade em votar o estatuto dos militares, a lei da previdência e a lei que redistribui o Corpo de Bombeiros, que encontram-se nesta Casa. De acordo com o Senhor Deputado, ao declarar apoio à Governadora, colocou como prioridade reconhecer e valorizar as referidas categorias. Ressaltou que, desde o primeiro ano do seu mandato, vem cobrando os acordos e, agora que o governo conseguiu sanar parte de suas dívidas, a Governadora determinou aos comandantes que fizessem as propostas de legislações, que foram analisadas pelos órgãos competentes e encaminhadas a esta Casa. Finalizou, agradecendo o empenho e dedicação dos seus pares em aprovar projetos importantes em prol dos servidores públicos do Estado, em especial os da Polícia Militar, e pediu apoio para a aprovação das propostas ainda nesta Sessão. O Senhor Deputado **Coronel Chagas** iniciou informando que o governo encaminhou a esta Casa, depois de amplo estudo realizado nas corporações, os projetos que tratam do Estatuto dos Militares, a Lei da Previdência e a lei que redistribui o Corpo de Bombeiros. De acordo com o Senhor Deputado, com a aprovação do aumento do efetivo da Polícia Militar, haverá maior possibilidade de realização de mais concursos públicos e readequação dos diversos quadros da categoria. Destacou também a importância da aprovação do Estatuto dos Militares, que estabelece direitos, garantias, prerrogativas e deveres da classe militar; da alteração da legislação do Corpo de Bombeiros e do quadro de distribuição do efetivo; e do projeto que institui o sistema previdenciário, todos constantes na pauta da ordem do dia. Continuando, destacou o trabalho relevante realizado pelo Governo do Estado, das corporações, dos Senhores Deputados e dos servidores deste Poder na elaboração dessas matérias. Prosseguindo, destacou tratar-se de um momento histórico para a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros e tem certeza que esta Casa não envidará esforços para aprovação das matérias e encaminhar para sanção do Executivo. Finalizou informando que está elaborando projeto de lei que tem por finalidade instituir a indenização de defesa técnica para o policial militar ou bombeiro militar que se vê processado e, ao final, se inocentado, as custas do processo serem arcadas pelo Estado, uma vez que estava a serviço do Estado. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente anunciou para pauta da Ordem do Dia a discussão e votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 005/17, que “consolida as Emendas Constitucionais nº 050, de 10 de maio de 2017, e 051, de 16 de maio de 2017, à estrutura do Texto Constitucional vigente”, de autoria da Mesa Diretora. Em primeiro turno: Proposta de Emenda à Constituição nº 011/16, que “acrescenta o art. 27-A, com seus parágrafos, e art. 27-B ao Texto Constitucional vigente”, de autoria do Deputado Soldado Sampaio e outros; Proposta de Emenda à Constituição nº 04/17, que “altera o parágrafo 5º do art. 43 da Constituição do Estado de Roraima”, de autoria de vários deputados; Projeto de Lei Complementar nº 05/16, que “dispõe sobre os critérios para pagamento em ordem cronológica

das obrigações decorrentes de contratos regidos pelas leis federais nº 4.320/64 e 8.666/93, no âmbito da administração pública estadual, e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei Complementar nº 08/17, que “acrescenta e altera a redação da Lei Complementar nº 194, de 13 de fevereiro de 2012, altera a redação da Lei Complementar nº 224, de 28 de janeiro de 2014, e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei Complementar nº 09/17, que “dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de Roraima – RPPM, que trata do artigo 42, parágrafo 1º, c/c com artigo 142, parágrafo 3º, XX, da Constituição Federal e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei Complementar nº 10/17, que “altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 052, de 28 de dezembro de 2001; e à Lei Complementar nº 219, de 09 de dezembro de 2003 e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo. Em turno único: Projeto de Lei nº 035/17, que “institui o Dia do Agricultor Familiar e a Semana Estadual da Agricultura Familiar no Estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria do Deputado Brito Bezerra; Projeto de Lei nº 056/17, que “altera e acresce dispositivos normativos à Lei Estadual nº 579, de 29 de dezembro de 2006, que instituiu o Grupo Técnico Especializado em Construção e Recuperação de Estradas - GTERE/RR, transformando-o em Grupo Técnico Especializado em Gestão Estratégica do Estado de Roraima – GTEGE/RR, vinculado à Secretaria de Estado da Infraestrutura – SEINF/RR”, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Resolução Legislativa nº 011/17, que “altera a Resolução Legislativa nº 06/2017, de 24 de março de 2017, que regulamenta a jornada de trabalho e o registro de frequência e institui o sistema de ponto eletrônico e de banco de horas dos servidores no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria da Mesa Diretora. Em seguida, o Senhor Presidente deu posse ao Senhor Francisco Flamarion Portela, para o cargo de Deputado Estadual deste Poder, vaga deixada pelo Senhor Deputado Chicão da Silveira, conforme Termo de Posse. Na sequência, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão para que as Comissões em Conjunto pudessem analisar e emitir parecer às matérias pendentes na Ordem do Dia. Após o tempo necessário, o Senhor Presidente reabriu a Sessão. Através de Questão de Ordem, o Senhor Deputado Jalser Renier requereu verbalmente inversão de pauta, solicitando prioridade ao Projeto de Emenda à Constituição nº 04/17, sendo acatado pelo Senhor Presidente. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Emenda à Constituição nº 04/17, bem como o Parecer da Comissão. Colocado em discussão e votação, foi aprovado, em primeiro turno, por 20 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção. Continuando, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário que procedesse à leitura do Projeto de Lei Complementar nº 08/17, bem como o Parecer da Comissão. Colocada em discussão e votação, a matéria foi aprovada, em primeiro turno, por 21 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção. Após, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei Complementar nº 09/17, bem como o Parecer da Comissão. Colocado em discussão e votação, o projeto foi aprovado, em primeiro turno, com emendas, por 21 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção. Continuando, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei Complementar nº 010/17, bem como o Parecer da Comissão. Colocado em discussão e votação, o projeto foi aprovado, em primeiro turno, com emendas, por 21 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura da Proposta de Emenda à Constituição nº 05/17, bem como o Parecer da Comissão. Colocada em discussão e votação, a matéria foi aprovada, em segundo turno, por 21 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção. Dando continuidade, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário que procedesse à leitura do Projeto de Resolução Legislativa nº 011/17, bem como o Parecer da Comissão. Colocado em discussão e votação, o Projeto foi aprovado por 21 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário que procedesse à leitura do Projeto de Lei nº 056/17, bem como o Parecer da Comissão. Colocada em discussão e votação, a matéria foi aprovada por 21 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção. Após, o Senhor Presidente informou que as demais matérias constantes na pauta foram transferidas para a próxima Sessão. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** Não houve. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a Sessão, convocando outra para o dia 22, à hora regimental. Registraram presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jalser Renier, Joaquim Ruiz, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galetto.**

ATAS PLENÁRIAS - EXTRAORDINÁRIA
ATA DA 698ª SESSÃO, EM 20 DE JUNHO DE 2017.
53º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.

 = EXTRAORDINÁRIA =
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO MOZART
 (Em exercício)

Às quinze horas do dia vinte de junho de dois mil e dezessete, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a sexcentésima nonagésima oitava Sessão Extraordinária do quinquagésimo terceiro período Legislativo da Sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Masamy Eda** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** - Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente **Masamy Eda** – Havendo quórum regimental, solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Requerimento nº 055/17, assinado pela maioria absoluta dos Senhores Deputados, requerendo realização de Sessão Extraordinária, sem ônus, para este Poder, no dia vinte de junho do corrente ano, às 15 horas, para discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei Complementar nº 007/17, que “institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Agentes Penitenciários do Estado de Roraima, regulamenta o ingresso na carreira e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** - Lido o Requerimento nº 055/17.

O Senhor Presidente **Masamy Eda** - Coloco em discussão o Requerimento.

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento nº 055/17.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão Extraordinária.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário **Marcelo Cabral** – Lida a Ata.

O Senhor Presidente **Masamy Eda** - Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo nenhum deputado quem queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Aprovada.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei Complementar nº 007/17.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Projeto de Lei Complementar nº 07/17.

O Senhor Presidente **Masamy Eda** - Coloco em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 07/17. Não havendo quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação, em segundo turno.

A votação será nominal/eletrônica. Votando “sim” os Senhores Deputados aprovam a matéria e votando “não”, rejeitam-na.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos Senhores Deputados para votação.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** procede à chamada.

O Senhor Presidente **Masamy Eda** – Dou por aprovado, em segundo turno, o Projeto de Lei Complementar nº 07/17, com 20 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, George Melo, Jalser Renier, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galetto.**

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA
ATA DA 2588ª SESSÃO, EM 11 DE ABRIL DE 2017.
53º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.

 = ORDINÁRIA =
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS
 (Em exercício)

Às nove horas do dia onze de abril de dois mil e dezessete, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quingentésima octogésima

oitava Sessão Ordinária do quinquagésimo terceiro período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito o Senhor Segundo-Secretário, Deputado Marcelo Cabral, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Marcelo Cabral** - Lida a Ata.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário, Deputado Naldo da Loteria, que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:

Mensagem Governamental nº 23, de 10/04/17, comunicando veto parcial ao Projeto de Lei nº 022/17, que “institui no calendário oficial de eventos do Estado de Roraima os Jogos Universitários de Roraima – JURR, e dá outras providências”;

Mensagem Governamental nº 24, de 10/04/17, comunicando veto total ao Projeto de Lei nº 085/16, que “dispõe sobre o desconto do IPVA para proprietários condutores de veículos automotores e dá outras providências”.

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

Projeto de Lei s/nº, de 03/04/17, do Deputado Soldado Sampaio, que “estabelece os procedimentos para licenciamento ambiental da lavra de substâncias minerais e define critérios gerais sobre a dispensa de Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA, e dá outras providências”.

Projeto de Lei s/nº, de 05/04/17, do Deputado Naldo da Loteria, que “dispõe sobre a contratação de mão de obra no Estado de Roraima por empresas contratadas pelo poder público ou que sejam concessionárias de serviços no território estadual e dá outras providências”.

Projeto de Lei s/nº, de 07/04/17, do Deputado Brito Bezerra, que “institui o Dia do Agricultor Familiar e a Semana Estadual da Agricultura Familiar no Estado de Roraima e dá outras providências”.

Indicação s/nº, de 05/04/17, do Deputado George Melo, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação da ponte da Vicinal 17, no Município de Rorainópolis-RR.

Indicação s/nº, de 05/04/17, do Deputado George Melo, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação de três pontes, na Vicinal 1, do T Samaúma, Município de Mucajaí-RR.

Indicação s/nº, de 05/04/17, do Deputado George Melo, encaminhando ao Governo do Estado, para construção de um muro na Escola Sebastião Félix Correia, na Vila Nova – Município de Mucajaí-RR.

Indicação s/nº, de 05/04/17, do Deputado George Melo, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação das vicinais das regiões da Vila do Apiaú, Vila da Penha, Vila Nova e Samaúma.

Indicação s/nº, de 06/04/17, do Deputado Odilon Filho, encaminhando ao Governo do Estado, para execução de obras emergenciais na Vicinal 22 do Distrito de Novo Paraíso, Município de Caracarái-RR.

Indicação s/nº, de 06/04/17, do Deputado Odilon Filho, encaminhando ao Governo do Estado, para reforma e revitalização da infraestrutura do Estádio Raimundo Ribeiro de Souza (Ribeirão), localizado nesta Capital.

Indicação s/nº, de 06/04/17, do Deputado Odilon Filho, encaminhando ao Governo do Estado, para reforma e revitalização da Praça Interativa José Renato Haddad, localizada nesta Capital.

Indicação s/nº, de 06/04/17, do Deputado Odilon Filho, encaminhando ao Governo do Estado, para reforma do Ginásio Poliesportivo Vicente Ítalo Feola (Totozão), localizado nesta Capital.

Indicação s/nº, de 06/04/17, do Deputado Odilon Filho, encaminhando ao Governo do Estado, para reforma e revitalização do Estádio Rei Pelé, localizado nesta Capital.

Requerimentos/nº, de 06/04/17, do Deputado Brito Bezerra – Líder do Governo, requerendo inclusão na Ordem do Dia da discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei Ordinária nº 109/16.

Requerimento s/nº, de 06/04/17, do Deputado Brito Bezerra – Líder do Governo, requerendo urgência na tramitação das seguintes proposições: PEC 001/17, PL 077/15, PL 082/15, PL 083/15, PL 030/16, PL 050/16, PL 166/16, PL 004/17, PL 005/17, PLC 005/16 e PLC 013/15.

Requerimento s/nº, de 07/04/17, do Deputado Brito Bezerra – Líder do Governo, requerendo a retirada de tramitação das proposições nºs

132/16, 160/16 e 161/16.

Memorando nº 054, de 05/04/17, da Deputada Lenir Rodrigues, informando sua ausência na Sessão Plenária do dia 05 de abril do corrente ano.

DIVERSOS:

Ofício nº 023, de 05/04/17, do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Roraima - CEDCAR, informando a realização de Reunião Ordinária e solicitando substituição ou recondução de Conselheiros, com o objetivo de garantir a eficácia de suas ações e o cumprimento das funções estabelecidas pelo referido Conselho.

Ofício nº 0910, de 09/04/17, da Secretaria de Estado da Educação e Desporto – SEED/RR, em resposta ao Of./DACPL/SL/PRES/ Nº 004/17, o qual encaminha a Indicação nº 051, de autoria do Deputado Zé Galeto, informando que a Secretaria atenderá ao Centro de Atendimento a Pessoas com Surdez com alguns itens da merenda escolar.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente há apenas cinco oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** – Senhor Presidente, Senhores Parlamentares e povo aqui presente. Vou ler uma matéria para chamar atenção. O objetivo do meu pronunciamento é pedir que haja paz, harmonia, que haja entendimento, haja uma solução, porque tudo está se encaminhando para uma tragédia, como já aconteceu em invasões onde o elemento armado de terçado partiu para cima de autoridades policiais e recebeu um balaço, tombou na frente de todo mundo e veio a morrer. As pessoas precisam de um lote terra? Precisam! As pessoas precisam de um teto para morar? Precisam também! Mas que tudo seja feito dentro da lei. Eu digo aqui e nos meios de comunicações que o direito de uma pessoa termina quando começa o direito de outra pessoa. Me chama atenção esse problema da invasão da nossa cidade e em lugares afastados da nossa cidade. Por que chama atenção? Porque há uma decisão judicial, um documento assinado por uma juíza, no entanto, os líderes dessas invasões, dizem: “*Nós vamos respeitar a decisão da justiça porque ordem judicial não se discute, se cumpre, mas não vamos sair do local que estamos*”. Se você disse que vai respeitar a decisão da justiça e a justiça manda você sair e você disse que não sai, então, você está dizendo que vai confrontar a justiça, que vai brigar com a justiça. Resultado: as pessoas estão sendo usadas como massa de manobra. Têm pessoas ricas querendo lotes de terras na cidade, porque o cara que chega com uma Hilux, SW4, S10 LTZ de última geração, um cara desse não é liso e nem está aperreado por um pedaço de terra. Só que eles usam as pessoas mais humildes e necessitadas para conseguir a terra, e depois que conseguirem a terra, aí diz: “*Vem cá, toma milzinho e vai embora que acabou a conversa. Não, mas a terra é minha! Quer experimentar se a terra é sua?*” Aí o cara vai embora, com medo de uma represália, de uma surra ou até da morte. Quero chamar atenção, os dias estão passando. A justiça determinou no caso de invasão no Cantá - o proprietário disse que não vai vender a terra, entrou na justiça - a justiça liberou uma liminar dizendo que vai acontecer a reintegração da terra e de posse. Os invasores disseram que não vão sair por determinação da direção do movimento, e ainda disseram que cada barraco tem que ter duzentas pessoas. O meu querido Coronel Chagas pode até me ajudar na pergunta que vou fazer. Qual é o efetivo da briosia Polícia Militar?

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Acredito que seja em torno de 1.900 policiais.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** – 1.900. Tem centenas e centenas de barracos nessa área de invasão, nas terras de Walter Vogel. O projeto e o plano é que cada barraco fique 400 invasores, a polícia vai usar a força para desapropriação e reintegração de posse, aí a confusão está feita, a briga está feita, a chibata e o pau vai comer naquela área e vai ter gente ferida, gente morrendo. E acho que é isso que estão querendo, mortes para criarem um clamor social, e dizerem: “*olha, morreu 10, morreu 20, morreu 30*”. Só para lembrar as pessoas em Carajás, no Pará, numa invasão de terra, os invasores reagiram e a polícia teve que usar força e morreram 19. Eu queria só destacar o desrespeito a uma ordem judicial e as pessoas sendo inflamadas, insufladas. Têm informação e gravações que começaram com 20 reais e passou para 40, e passou para 50, e você calcula uma média de oito mil pessoas, e se for 50, 8x5= 40, 400 mil que colocaram no bolso. Isso é uma situação tensa que pode desencadear em morte, se as autoridades não tomarem providências. Além disso há autoridades que estão sendo citadas de envolvimento pelos líderes dessa invasão.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo** – Deputado Izaías, quero lhe parabenizar pela sua explanação. Depois vou continuar essa discussão também. Mas já que Vossa Excelência está

fazendo um discurso muito bom, e deu para ver que aquele pessoal tem um padrão de vida muito alta, porque todos têm carro, porque a gente não muda, chama o movimento para mudar para depois do Shopping Garden. São pessoas de carro, padrão de vida boa. A gente poderia assentar. Tenho certeza que a governadora teria interesse de fazer um assentamento dentro dos padrões certinho, fazendo ruas, cada pessoa com terreno 30x60. Acho que seria muito interessante para o estado de Roraima, acho que vão ajudar muito as pessoas que não são tão necessitadas a ter seus lotes. O governo tem uma lista de pessoas carentes, elas não precisam ir atrás de movimento. Agora o que vejo é que estão fazendo uma cortina de fumaça para tapar o sol com a peneira do HGR, que não tem medicamentos, não tem materiais cirúrgicos, as escolas, até hoje, não têm aula. Estamos em abril, não tem nenhum vicinal que preste neste estado, as pontes estão quebrando e o governo não tem dinheiro para arrumar. Então, isso, criou-se um clamor e a população esqueceu dos problemas para discutir a questão desses invasores. Vossa Excelência está fazendo uma bela explanação e sei que esse juízo que estou fazendo vai somar com seu pensamento.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Naldo da Loteria** – Obrigado, Deputado Izaías, só para reforçar seu pronunciamento. Os movimentos de invasão têm crescido muito, aqui, e tem tido vista grossa das autoridades. Tanto é que, mesmo com a determinação judicial, eles continuam na área. E como a gente tem falado, o Ministério Público até diz: *olha a gente não tem poder de polícia. A Polícia Militar é comandada pelo governo*. Eles vão lá, passam, olham. Quando aqui começar a virar o Pará, morrer gente e aparecer gente morta, aí vem os direitos humanos, e outros direitos procurar fazer. É uma ação eleitoreira. É movimento que tem líder, movimento que requer lucros. Mas isso vai criar um caos social, porque vão colocar o pessoal, vão favelar, não vai ter energia, não vai ter água, saneamento básico, não vai ter nada. Aí, como bairro Brigadeiro elegeu um Deputado Federal, agora quer eleger outro. Mas o voto vai ser de quem der a telha, o cimento - essa história é antiga. Então, essas pessoas dos movimentos sociais, as deusas das associações, pessoas que foram financiadas por empresários, para poder vender, fazer imobiliária clandestina, pode ter cuidado, vai chegar a hora deles, se não for por pela justiça, vai ser de outra forma, podem ter certeza que vai acontecer isso.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jânio Xingú** – Deputado Izaías, quero lhe parabenizar pelo seu discurso, é um discurso que atende o apelo da CPI que foi criada aqui, que tem como Presidente o Deputado Marcelo Cabral, e eu como Relator. Há invasões de terras aqui na região metropolitana de Boa Vista e, como bem disse o Deputado Naldo, as autoridades estão fazendo vista grossa. E isso é algo muito perigoso, porque quando isso acontece tende a crescer as invasões. Agora imagine você, o município do Cantá tem pouco mais de 25 milhões de reais, ano, para poder cuidar de 24 vilas: saúde, educação, saneamento básico, enfim, da infraestrutura do município, vai receber 10, 12 mil pessoas. O município do Cantá tem 18 mil habitantes, recebe 70% da população em uma só invasão de forma desordenada, onde não tem água, luz, não tem posto médico, escola, não tem infraestrutura. Enfim, eu quero aqui pedir ao Presidente da CPI Deputado Marcelo Cabral, que, hoje, vamos nos reunir às 15h30 nesta Casa, para que possamos informar e chamar todos os envolvidos, e aqueles que por ventura não vierem, serão intimados e para vir depor. E enviar esse relatório, já indiciado, para que a justiça comece realmente fazer o processo judicial e punir aqueles que realmente querem fazer da cidade de Boa Vista e da área metropolitana uma anarquia. Obrigado!

O Senhor Deputado **Izaías Maia** continua - Agradeço os apartes dos Senhores Deputados. E, para finalizar, gostaria de chamar atenção do nosso Poder. Sou aprendiz do povo nesta Casa, falo no rádio, falo na televisão, e vou falar aqui porque é a Assembleia. Aqui está o meu querido Deputado Soldado Sampaio, Deputado Mecias de Jesus, Deputado Federal Jhonatan de Jesus. O Governo do Estado está usando diariamente o nome dessas autoridades. Temos gravações nessas reuniões dizendo que as autoridades têm apoio da CPI das Terras, que eles manobram e que eles dominam. Tem que chegar um momento que alguma autoridade vai dizer: *Meu amigo você está usando o meu nome por quê? Qual autorização que eu lhe dei?* Porque o Governo do Estado colocou uma nota no jornal dizendo que não apoia nenhum tipo de invasão e ação criminosa seja lá de quem for, mas ficam usando nomes de parlamentares, dizendo que fulano está dando apoio, fulano está fazendo isso, os membros e líderes dizem assim: *“Se agora quiserem nos abandonar a gente abre a boca e fala a verdade”*. Eu acho que chegaram no desrespeito, no limite de citar esta Casa e a Comissão de Terras, dizer que dar apoio, e o Deputado Mecias já falou que não estão dando apoio, que querem harmonia e a paz, mas está um *“disse me disse”*. O povo acha que está todo mundo no rolo, que tem outro elemento que faz parte do movimento, todos os parlamentares estão concordando. No rádio, eu falei ontem para dobrar a língua dele, em todos, eu falo por mim, não estou dando apoio para ninguém e nem para

atitude criminosa. Acho que chegou a hora, Senhor Presidente, que pelo menos as pessoas citadas falarem com os líderes dos movimentos que não estão respeitando o cargo de Deputados, o ser humano ou o pai de família, querendo envolver todo mundo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Tem sido uma novela essa CPI das ocupações e essa ocupação lá no haras Cunha Pucá, estão envolvendo todo mundo. Do jeito que a classe política está desmoralizada pela sociedade nesse país, o que temos visto é que basta uma postagem de um blog para condenar o político A ou B. Imaginem se fôssemos levar a sério as delações premiadas da Lava Jato, teríamos cerca de 80% da classe política do país na cadeia. Existe todo um processo. É preciso ser apurado de fato quem está ou não envolvido. Digo isso comparando com a questão das terras em Roraima, porque nesse estado quem tem boca fala o que quer. Eles têm falado o nome do Mecias, têm falado meu nome, o nome da Comissão de Terras, nome da CPI, enfim. Eu, pelo menos, não autorizei que usassem meu nome e nem participei de nenhuma reunião que venha fomentar qualquer tipo de ocupação. Muito pelo contrário, no mandato passado, já vim à tribuna denunciar essa indústria da invasão de terras urbanas em torno de Boa Vista. Agora, Deputado Izaías Maia, não podemos ter dois pesos e duas medidas, é isso que me preocupa. Fiz questão de participar da CPI e estou com um requerimento que irei apresentar na reunião de hoje para que esta CPI seja abrangente, porque na gestão passada fizemos três pedidos de CPIs e nunca saiu do papel, aliás, nunca foram lidas. E nós tínhamos elementos suficientes, mas sabemos que quando é um grande, um político, o que tem dinheiro, a confusão está formada. Agora, quando é o pequeno, as pessoas acham é graça em um ato de ocupação para tomar a terra do pequeno. Não estou aqui fomentando e nem dando apoio à invasão, mas temos que dar o mesmo peso e a mesma medida seja para João, Francisco ou Chico. O que me preocupa é isso. Polemizaram esta questão, acredito que tem a polícia civil para apurar, tem Ministério Público e a própria CPI das terras, mas eu não vou compactuar com uma CPI seletiva para direcionar para A ou B. De quem são as terras em torno de Boa Vista? Quem ocupou? Quem deu estas terras. Nós vamos apurar as terras Jarany que estão ocupadas por grandes fazendeiros. As terras do PA Cujubim, do PA Caju, lá de Rorainópolis, e tantos outros municípios que nós sabemos e trouxemos isso aqui com base na informação da polícia federal, de pessoas se apropriando de terras públicas e muitos tirando o pequeno agricultor dos seus lotes. Então, se é para fazer uma CPI, vamos fazer ela séria. Vamos apurar de fato, doa a quem doer, seja o Francisco ou o Chico. Agora para fazer uma CPI para pegar 10, 15 mil pessoas que estão buscando um espaço para uma moradia, é muito fácil. Então, Deputado Izaías, entendo sua preocupação e quero me somar a vossa excelência, estou à disposição da CPI e da Comissão de Terras para ajudar. Agora, não posso compactuar e fechar os olhos para transformamos essa CPI em um palanque político ou que queira pegar apenas o menos favorecido esquecendo o grande, aí não concordo e sei que vossa excelência não concorda com isso não. Obrigado, Deputado!

O Senhor Deputado **Izaías Maia** – Muito bem, tem que pegar o pequeno, o grande, o latifundiário, o grileiro, e quem tiver errado. É simples, tem muito espaço na penitenciária e nas cadeias por esse Brasil afora. Tem que fazer para todo mundo, não tem ninguém melhor do que ninguém. Desrespeitou, roubou, enganou e fez mutreta, “cadeia nele”.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Só para lembrar ao Deputado Izaías que o seu tempo já acabou, mas vou lhe conceder mais um minuto para as considerações finais.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Só queria contribuir com o pronunciamento do Deputado Izaías dizendo que o grande quando invade terras públicas, o que no nosso estado virou regra a invasão de terras públicas, chama-se grileiro; o pequeno é invasor, é bandido, é politiqueiro, o grande “chamam” de grileiro - porque ele é aquele que quer produzir, que quer trabalhar, gerar emprego e renda. Da mesma forma que o grande ocupa, o pequeno ocupa. Se houver crime é o mesmo, e até digo que o grande tem o potencial bem mais ofensivo, porque não precisa estar ocupando estas terras. O pequeno ocupa porque precisa de moradia e, muitas vezes, de plantar e alimentar sua família. Sou totalmente contra a invasão de terras, em especial propriedade privada, porque a pessoa trabalhou, lutou e conseguiu seu título trabalhando. Agora, o governo federal, estadual ou municipal, seja ele qual for, não pode deixar ao relento aquelas pessoas que precisam ter suas moradias, providências têm que ser tomadas. Quanto a CPI, concordo com Vossa Excelência e quero estar junto, agora, quero apurar aquela imobiliária pública que foi o ITERAIMA, que vendeu títulos definitivos aqui para todas as pessoas que quisessem e tivessem disposição de comprar, tanto fazia ser do estado de Roraima como de qualquer outro estado da federação. Nós temos aí centenas de títulos que foram vendidos, inclusive em terras que já tem posseiros seculares, famílias tradicionais que já ocupam as terras há séculos. Quero me somar a Vossa

Excelência para a gente apurar essa questão também do ITERAIMA com o Deputado Sampaio e os demais. Obrigado!

O Senhor Deputado **Izaías Maia** – Finalizando, gostaria de dizer que a justiça e as autoridades devem ser respeitadas, porque senão teremos derramamento de sangue, ou se respeita a decisão judicial ou o sangue vai rolar nessa cidade. Obrigado.

O Senhor Deputado **Dhiego Coelho** – Bom dia a todos aqui presentes. Hoje faço uso da tribuna para falar a respeito do Departamento de Trânsito do Estado de Roraima. Tenho alguns itens que quero citar, infelizmente meu tempo é reduzido, mas dentre os itens estão: 1) O credenciamento dos fabricantes de placas automotivas; 2) A terceirização das vistorias dos veículos no departamento de trânsito; 3) A terceirização do pátio do DETRAN; 4) A locação de veículos por meio de um contrato que foi ganho pela empresa KL Rent a Car; 5) Os valores pagos das multas que os contribuintes pagam ao DETRAN, que deveriam ser gastos de uma forma e estão sendo gastos de outra. Escolhi um item para falar hoje e os demais estarei falando nas próximas sessões. Recebi várias denúncias sobre esses itens que acabei de ler e fui procurado por proprietários das empresas fabricantes de placas automotivas no estado de Roraima. Hoje, existem 8 empresas credenciadas e autorizadas pelo DETRAN para fabricarem as placas de identificação dos veículos - aquelas placas que tem letras e números e que são colocadas na frente e atrás dos veículos. E nesta denúncia, o que nos foi relatado é que o senhor presidente do DETRAN, senhor Francisco de Assis da Silveira, Deputado licenciado para ocupar este cargo, publicou uma portaria, portaria nº 968/16, que foi publicada no dia 31 de dezembro de 2016, no último dia útil do ano, no apagar das luzes. Publicaram uma portaria e esta portaria estabelece e regulamenta o credenciamento de fabricantes de placas e tarjetas de identificação de veículos automotores e dá outras providências. Uma portaria, pelo que vi, totalmente direcionada a descredenciar oito empresas que trabalham no estado de Roraima há mais de 20 anos. Empresas essas que começaram junto com o DETRAN, que são roraimenses, que têm geração de empregos e renda, que tem vários pais de família, mas, simplesmente, no apagar das luzes do ano de 2016, publicam uma portaria descredenciando todas as 8 empresas que hoje trabalham no nosso estado. Quero ler um pouco dessa portaria para vocês conhecerem, pois a portaria anterior de credenciamento dava o credenciamento somente de um ano para as empresas. Essa nova portaria já dá diretamente dois anos de credenciamento para a empresa, prorrogáveis por mais dois anos. Então, aquela empresa que for credenciada no ano de 2017 já vai trabalhar diretamente por quatro anos, fabricando placas no estado. Esse é um dos artigos da portaria. Outro artigo trata do aumento da taxa de credenciamento, antes uma empresa para se credenciar pagava por ano R\$ 213,50, hoje, com a publicação dessa portaria, subiu de R\$ 213,50 para R\$2.000,00 a taxa de credenciamento. Trata-se de um valor absurdo para uma microempresa pagar.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo** – A impressão que a gente tem, Deputado Dhiego, é que o DETRAN virou uma empresa privada, porque se ela é uma empresa do governo tem que prestar serviços não visando o lucro, mas, sim, visando o bem-estar da coletividade e parece-me que hoje o DETRAN diretamente está visando lucro. Pelos números que vossa excelência está nos apresentando, o DETRAN está só visando lucro. Então, parabeno sua fala e digo que esses números são extremamente importantes para montarmos nosso raciocínio.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jorge Everton** – Deputado Dhiego, tenho acompanhado de perto a situação desse descredenciamento das empresas de placas. Temos aqui o Presidente Coronel Chagas que foi presidente do DETRAN, e eu também, e a necessidade de o credenciamento ser feito anualmente, é para que se tenha o controle de documentação e fiscalização por parte do DETRAN. Sabemos que se não houver esse controle, possivelmente, pode ocorrer fraude e aí quem é da área de segurança pública sabe a importância desse controle para evitar que a sociedade fique refém da criminalidade. Com relação ao descredenciamento das empresas, também fui procurado, eu e o Deputado Masamy Eda. Nós fomos procurados pelos representantes que fazem as placas. Nós marcamos uma reunião com o Deputado Chicão, ele atendeu os fabricantes e se comprometeu em mudar essa situação, e pelo que eu estou vendo, o que Vossa Excelência está trazendo não foi mudado, ele não cumpriu o que combinou lá. Eu vou voltar a entrar em contato com ele para saber o motivo e, até mesmo, porque o governo tinha dito que valorizaria as empresas locais e a gente só vê empresas de Manaus chegando aqui. Nada contra as empresas de Manaus, mas que elas concorram em pé de igualdade, não tirar dessa forma as empresas que já estão prestando serviços de qualidade, ninguém nunca reclamou desses serviços. Quando eu fui Presidente do DETRAN, me procuraram com o objetivo de unificar a fabricação de placas, eu reuni a todos e decidi que não era uma forma eficaz de se resolver. Eu quero complementar, só quero fazer um adentro

com relação ao valor que você afirmou aí do credenciamento, salvo engano, eu peço até que o Presidente Chagas, veja, não se pode aumentar, majorar o valor, deve ser uma taxa através de portaria e, se houve, esse aumento foi aprovada pela Casa, que é pior. Isso me faz voltar a situação do sistema das cartas cartorárias que foi enviado em caráter de urgência para essa Casa, onde não houve um debate com a sociedade e nem com todos os Deputados, e aprovamos porque tinha que aprovar, e agora a população está sofrendo. E nós precisamos, Presidente, rever, nem que a gente tenha que fazer um Decreto Legislativo sustando os efeitos, até que se faça uma análise, uma modificação. Eu defendo que a Assembleia tenha que se movimentar. Nós temos que ouvir a população, ir às ruas, as pessoas estão clamando por uma redução, têm taxas absurdas, impagáveis. Se você, por um acaso, estiver respondendo a um processo e quiser agravar, têm que pagar 80 mil dependendo do processo. A gente viu agora o proprietário de terra que teve sua terra invadida, ele teve que pagar um valor absurdo para defender os seus direitos - e pobre que não pode pagar? Nós precisamos tomar uma providência, só verifica se essa taxa não foi aprovada aqui. Eu acredito que foi, eu não estava na sessão que foi aprovada, mas eu acredito que foi aprovada por essa Casa. Obrigada.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jânio Xingú** - Deputado Dhiego, eu estou aqui atentamente ouvindo. Mas, Deputado Jorge Everton, vai mais além do que o Deputado Dhiego está colocando aqui, nesta manhã de hoje neste plenário. Eu fui procurado por um dos donos dessas empresas que fazem placas de carros e, Deputado George Melo, para minha surpresa, o DETRAN tirou essas empresas, que são oito empresas, e está colocando empresas de Manaus, porque Roraima passou a ser quintal do Amazonas, tudo é para o Amazonas. E para a minha surpresa, Deputado Sampaio, o que esse empresário relata, Deputado Izaías e Deputado Joaquim, é que a empresa em Manaus que vai agora confeccionar as placas, é de um diretor do DETRAN. Esta Casa precisa se manifestar, Deputado Zé Galeto. Os empresários do estado, que geram riquezas no estado, são trocados bruscamente por empresas de Manaus, e com o apoio daqueles que dirigem os órgãos estaduais. Então, o discurso do Deputado Dhiego é muito mais do que está se falando na manhã de hoje. Isso é grave. Eu quero me colocar à disposição, Deputado Dhiego, para que possamos fazer um levantamento e averiguar. Não estou dizendo aqui que é certeza, não quero mencionar nomes, mas foi citado um diretor do DETRAN, que é o interlocutor entre a empresa de Manaus, em detrimento disso, colocaram todas as empresas que fazem placas no estado de Roraima por terra, elas perderam o seu direito de confeccionar placas, estão na rua da amargura sem ter o alimento para levar para a sua família.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** - Quero aqui me somar a Vossa Excelência nessa manhã de hoje, me colocar à disposição. Quero lhe parabenizar por trazer essa preocupação, que passou a ser de todos, de todos os Deputados e toda a sociedade roraimense, em especial àqueles que detêm veículos, que não podem, de forma alguma, pagar esse preço do monopólio. Além do monopólio, esse direcionamento, caso isso venha se materializar, sabemos que é a lei do mercado que se estabelece. Quando você sabe que têm oito empresas credenciadas, que são daqui, que geram emprego, que têm histórico com Roraima e, essas pessoas, têm compromisso com esse povo, elas procuram trabalhar fornecendo um melhor atendimento e melhor trabalho a menor preço. Quando você cria mecanismos que beneficia apenas uma empresa... Eu de fato não posso compactuar e quero me colocar à disposição de Vossas Excelências, se for o caso, de nós reunirmos a comissão de administração e serviços públicos, ainda hoje, e convocamos em caráter de urgência, para dar uma satisfação com relação as empresas credenciadas, e se Vossa Excelência achar que tem algo mais a adicionar nessa reunião. Eu quero me colocar à disposição, se for a vontade de Vossa Excelência, convide para ainda hoje, após a sessão, para uma reunião da comissão de administração, para deliberar e convocarmos, o quanto antes, o Presidente do Detran para dar uma satisfação à Assembleia e ao nosso povo. Obrigado.

O Senhor Deputado **Dhiego Coelho** continua - Muito obrigado, Deputado Soldado Sampaio, vamos marcar a reunião para a gente fazer a convocação do Presidente do Detran, para ele esclarecer essas informações para a gente. Quero solicitar ao Presidente que me conceda mais cinco minutos, para que eu possa terminar o meu discurso, Presidente.

O Senhor presidente **Coronel Chagas**- Deputado Dhiego, nós temos mais deputados inscritos. Nós temos uma extensa Ordem do Dia, eu vou lhe conceder mais três minutos para a conclusão.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** - Parabéns Deputado, não é muito difícil nós tomarmos uma decisão nisso aí. Deputado Sampaio, o Deputado Brito, na legislatura passada, trabalhou e articulou junto a esse Poder, e saiu um Decreto Legislativo - não sei se Vossa Excelência lembra - sustando aquele contrato para colocar um chip nos veículos. É a hora também de, se a comissão se reunir, propor ao

Plenário que faça um Decreto Legislativo, susando esse contrato, porque aí susta de imediato e libera a venda, no mundo globalizado, para que todos que vendem placas, aqui, tenha a mesma oportunidade, porque o preço cai e a competitividade entra. Nós temos que ter coragem aqui, Deputado Xingu. Olha essas empresas terceirizadas que estão aqui, prestando serviço para o Governo, a grande maioria é de fora do estado, não fica nada aqui. Nós temos que ter coragem aqui na Casa, de propor ao governo e cobrar, Deputado Brito, Vossa Excelência que é líder do governo, para fazer um seletivo. Agora mesmo, estão aqui os pais e mães de Campos Novos, porque a escola de 2º grau de lá está sem aula, só tem quatro professores, não têm gente para a limpeza. O Deputado Gabriel foi mal-entendido aqui, quando ele tentou fazer a alteração de um projeto, e o parecer jurídico foi pela inconstitucionalidade, de se acabar com essas empresas terceirizadas, e se fazer um seletivo, lá em Campos Novos. Esse negócio de dizer que não têm professor no Cantá preparado e qualificado para lecionar é balela. Hoje em todos os municípios do nosso estado, nós temos professores qualificados, o que precisa é que o seletivo, Deputado Chagas, seja feito no Bonfim, em Itacema, em Mucajaí, porque essa mão de obra é de lá, se fizer um seletivo aqui, a pessoa vai para lá e daqui a 15 dias está no seu gabinete, no meu gabinete, pedindo para ver se tem uma vaga aqui na cidade, e tira a vaga dos professores do interior do estado. Nós temos que ter coragem de dizer: "Está na hora de fazer um seletivo" - acabar com essas empresas terceirizadas de fora de Roraima, fazer um seletivo para beneficiar os professores, os estudantes, os pais e mães dos municípios do nosso estado. Muito obrigado por ter me concedido esse aparte.

O Senhor Deputado **Dhiego Coelho** continua - Eu quero agradecer o aparte, no meu discurso, do Deputado Soldado Sampaio, Jânio Xingu, George Melo, Joaquim Ruiz, e pedir a taquigrafia que insira os apartes ao meu pronunciamento. Como foi falado no aparte do Deputado George Melo, estão administrando o DETRAN de uma forma para dar lucro para o estado e não oferecendo serviços de qualidade. Quando a gente tem oito empresas trabalhando dentro do nosso estado, a gente dá a oportunidade de ter a concorrência, e da forma que estão fazendo, querendo colocar o monopólio na fabricação de placas, vai ficar apenas uma empresa fabricante de placas, com preço lá em cima, como foi falado. Olha só, para vocês terem a noção dessa portaria, hoje um par de placas é vendido por 60 reais, Deputado e líder do governo Brito Bezerra, presta atenção, aqui, nestes preços, que vão ser alterados daqui uns dias. Hoje um par de placas, Deputado George Melo, é vendido na concorrência entre oito empresas por 60 reais, e, nesta portaria aqui do DETRAN, eles estão querendo até estipular o preço das placas. Você imagine para quanto que foi um par de placas, hoje, com essa portaria: R\$ 201,76 (duzentos e um reais e setenta e seis centavos) - saiu do preço de 60 reais, um par de placas, para duzentos e um reais - quem é que vai pagar isso? É o contribuinte, é o cidadão que precisa pagar um par de placas. Aquele contribuinte que compra um veículo novo, ele vai pagar três vezes mais do que custa hoje. Uma placa para motocicleta custa R\$ 40,00 (quarenta reais), com essa portaria, agora, ela foi para R\$ 141,23 (cento e quarenta e um reais e vinte três centavos). É um absurdo os valores estabelecidos. Agora o DETRAN, ele quer estabelecer qual é o preço que o empresário tem que vender o seu produto. De certa forma, se tiver esse monopólio e se for realmente só uma empresa, eles vão conseguir fazer o que eles estão querendo, porque tudo indica que esta portaria, que foi publicada dia 30 de dezembro, foi uma portaria montada, preparada para descredenciar essas oito empresas e credenciar uma empresa do Amazonas. Deputado Brito Bezerra, eu preciso que você como líder do governo leve essas informações para a governadora. Eu quero pedir aqui a revogação, a anulação, o cancelamento desta portaria, e ainda tem o artigo que diz que, vou ler o artigo completo para vocês compreenderem, o credenciado - é a empresa que fabrica placas - deverá repassar ao DETRAN o percentual de 4% (quatro por cento), mensalmente, do apurado do mês anterior. O DETRAN agora já quer ser sócio das empresas fabricantes de placas. Aquelas empresas que forem credenciadas, que venderem placas, além de pagarem os seus impostos, agora vai ter que dar 4% (quatro por cento) do seu faturamento para o DETRAN. Isso é uma aberração, onde é que nós podemos chegar? Daqui uns dias, nós vamos querer 4% (quatro por cento) dos supermercados, da distribuidora, da padaria. Isso aqui não existe, isso aqui é uma loucura. O que estão fazendo é uma aberração, e só quem está se prejudicando com isso aqui é o contribuinte, porque ele é que está pagando a mais, sem o direito de ter a opção de escolher qual é a loja que ele quer comprar a sua placa, e sem direito de pagar um preço mais reduzido. Um par de placa sair de sessenta reais para duzentos e um reais, é um absurdo!

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** - Deputado Dhiego, concordo plenamente com Vossa Excelência, até porque a concorrência é salutar, desde que seja uma concorrência leal. Os empresários que já estão aqui instalados, muitos deles há mais de 20 anos,

têm sim o direito, a condição, de continuar prestando seus serviços e vou além, acredito, como Vossa Excelência, sem a participação efetiva nessa sociedade anônima, que o DETRAN quer fazer com os empresários. Eu concordo com Vossa Excelência e tenho certeza que a Governadora não tem ciência dessa portaria, pois portaria é algo interno que se faz, mas aumentando um valor de forma abusiva, como está, é um outro agravante. Quero me somar a Vossa Excelência e falar para o Deputado Joaquim que quando foi criada a questão do chip, realmente, eu encabecei aqui e os Deputados, juntos comigo, assinaram aqui e nós sustamos o contrato feito com o Detran e uma empresa do estado do Rio de Janeiro, salvo engano, e conseguimos evoluir e vencer essa batalha. Quero pedir de Vossa Excelência para que eu possa conversar com o Presidente do DETRAN, com a Governadora, lhe trago um retorno, se não hoje, mas até amanhã, e se não conseguirmos resolver de forma administrativa, eu também estou à disposição para assinar esse decreto legislativo para sustar o contrato, que eu considero imoral como esse. Era o que eu tinha. Obrigado!

O Senhor Deputado **Dhiego Coelho** continua - Obrigado, Deputado Brito Bezerra. Para finalizar, vou ler dois artigos dessa Resolução: *Artigo 40. As empresas terão o prazo de 30 (trinta) dias a partir da publicação desta portaria para requererem o credenciamento.* Como é que funciona hoje? Todas as oito empresas vencem o seu credenciamento no mês de março, no dia 30 de março vence o credenciamento de todas as empresas. Publicaram a portaria no dia 30 de dezembro, e aqui nesse artigo diz que eles tinham 30 dias, até o dia 30 de janeiro, para requererem o credenciamento, a renovação do seu credenciamento. Publicaram, não divulgaram para ninguém. Todo mundo tinha o seu credenciamento até o mês de março, e quando chegou, agora, no mês de março, todos começaram a preparar a sua documentação e levar ao DETRAN para se credenciar, e a resposta foi que não era possível, pois já haviam publicado uma portaria e eles tinham até o dia 30 de janeiro para requerer o credenciamento, que eles já tinham perdido o prazo e não poderiam mais se credenciar. Há outro artigo, o artigo 27 que diz assim: *A empresa que tiver o seu credenciamento cancelado - poderá requerer novo credenciamento após três anos do seu cancelamento.* Imaginem só, o cara hoje tem uma empresa, gera emprego, paga seus impostos, trabalha no nosso estado a mais de 20 anos, nunca tiveram denúncias contra os donos de empresa, e eles, no calar da noite, publicam uma portaria e dão trinta dias, sem as empresas saberem que tem esses trinta dias, porque até então, eles estariam credenciados até março, e agora diz que aqueles que não deram entrada no credenciamento no mês de janeiro, só poderão se credenciar daqui a três anos. Vão passar três anos com as portas fechadas aguardando o credenciamento para iniciarem com as suas atividades? Isso é um absurdo. Meu líder do governo, o mais absurdo é saber que tem chefes do estado, que tem Deputados estaduais, diretor do DETRAN e Presidente do DETRAN envolvidos nisso aqui. Vou investigar e averiguar, e se for preciso abrir uma CPI para a gente investigar todos esses contratos que hoje estão vigentes dentro do DETRAN, nós vamos abrir. Não podemos, nós, como deputados, aceitar a aberração que é essa portaria. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** - Senhor presidente, bom dia. Bom dia aos demais Deputados, aos servidores desta Casa, as pessoas que acompanham aqui a Sessão nesta manhã de hoje, terça-feira. Bom dia às lideranças do Campos Novos que estão aqui buscando melhoria para a educação de seus filhos naquela Vila. Quero hipotecar a minha solidariedade e dizer que estarei levando essa demanda ao Secretário de Educação. Quero aqui me comprometer com a comunidade de Campos Novos, até porque estive lá recentemente visitando as estradas, as pontes e já levei essa demanda a SEINF e ao Governo do Estado. Bom dia aos telespectadores que acompanham a Sessão através da TV Assembleia. Quero, Deputados, pedir o apoio de Vossas Excelências para um projeto de lei que protocolei nesta Casa na semana passada. Quero pedir à Mesa celeridade nesse processo, para que crie uma comissão especial ou arremeta para as comissões permanentes para apreciar, porque eu entendo que é um projeto que trata sobre uma necessidade muito grande do nosso estado, que é o processo que simplifica o licenciamento das pequenas empresas, empresários, autônomos, no tocante à exploração mineral do nosso solo que o EIA/RIMA. Deputadas, nós tínhamos uma portaria que ficava as empresas para explorar uma piçarraeira, um areial, uma pedreira, uma portaria do CONAMA que deixou de existir e remeteu para os estados. Hoje, qualquer cidadão, qualquer empresário que dê entrada na FEMARH pedindo uma licença ambiental, ele não vai ter, porque a FEMARH não tem mecanismos legais, normas legais para conceder. Imagine, Deputada Ângela, a recuperação de uma vicinal, e aí precisar tirar piçarra de uma certa piçarraeira, precisa da autorização da FEMARH, que dava essa autorização em cima de uma portaria do CONAMA. Hoje, essa portaria não está mais em vigor e a FEMARH terá que indeferir o pedido dessa

empresa que quer explorar o minério, a areia, o barro, o seixo, seja lá o que for, porque não tem norma legal. Então, sem mencionar que para encontrar um parecer favorável, teria que fazer o eia/rima, que é um processo longo e demorado, que leva, no mínimo, doze meses, pois será necessária a realização de audiência pública na comunidade vizinha para saber se aquele impacto ambiental é relevante ou não é, ou seja, é toda uma tramitação que cria uma dificuldade e atrasa o desenvolvimento do estado, atrasa o pequeno empresário, atrasa as obras públicas do nosso estado. Então, essa legislação, Deputado Chagas, é de grande relevância para que possamos tramitar aqui nesta Casa o quanto antes, para ocupar, para suprir essa necessidade de legislação que nós temos no estado de Roraima. Então, quero aqui, se for o caso, Deputado Chagas, Presidente da Casa em exercício, Deputado Naldo, até requerer urgência na tramitação dessa matéria, em virtude dos projetos que estão parados na FENARH, no tocante a concessão de licença ambiental para explorar esses empreendimentos, no caso, areia, seixo, barros, ou seja, é de extrema importância aprovarmos essa matéria, para darmos mecanismos a FEMARH para que ela possa, de fato, licenciar mais rápido, em um processo simples e conceder licenciamento para essas empresas. Então, é isso que eu peço com relação a esse assunto aos Deputados. Peço urgência, pressa e apoio aos Deputados que possamos aprovar, se possível, ainda esta semana ou na próxima, essa matéria que é de grande relevância para o estado de Roraima.

Outro assunto que trago a esta Casa, já conversei com o deputado Chagas, com o líder do Governo, com alguns Deputados, que é para nós promovermos uma audiência pública nesta Casa, no dia 20 de abril, para discutir a situação da CERR. É preciso que esta Casa acompanhe de perto como está sendo feito esse processo de fim de concessão da CERR, de absorção da CERR e seu patrimônio pela ELETROBRAS, do passivo trabalhista dos servidores daquela casa que por muito tempo prestaram serviço. Senhoras e senhores, não podemos, de forma alguma, permitir, ser ingratos aos trabalhadores que prestaram serviços a Companhia Energética de Roraima e levaram cidadania e desenvolvimento ao interior de nosso estado - e a CERR se materializa através de seus servidores, uma empresa que por anos e anos levou energia aos quatro cantos deste estado. E, hoje, esses trabalhadores se sentem desamparados por toda essa novela que vem ocorrendo, do empréstimo milionário que foi feito, da má aplicação do recurso, da falta de gestão que se acumulou no decorrer dos governos e, simplesmente, chamar aqueles trabalhadores e despedi-los, dizer para irem embora que não têm mais nenhum direito. Não é correto, seria uma ingratidão, seria um desrespeito, seria desumano permitir que isso aconteça como, também, não podemos permitir de forma alguma, Deputado Gabriel, que o patrimônio da CERR, que foi construído com o suor do suor do povo de Roraima, pagando impostos, pagando as taxas de luz através de empréstimos feitos ao Governo Federal, que esse patrimônio da CERR seja entregue de graça ou a preço de banana para o Governo Federal. A CERR tem grandes subestações, a CERR tem vários quilômetros de rede neste estado, inúmeros geradores que fornecem energia para as comunidades isoladas. A CERR tem a Jatapu, a nossa hidrelétrica que foi construída pelo Brigadeiro Ottomar Pinto. Não podemos permitir, de forma alguma, que esse patrimônio da CERR não seja discutido de maneira transparente. Defendo mais, Deputados, defendo que qualquer venda, qualquer penhora de qualquer patrimônio da CERR tenha como prioridade pagar, indenizar os servidores daquele órgão. Há servidores que passaram 30 anos naquela instituição e não sabem fazer outra coisa que não seja levar energia para o interior, levantando canela, poste, fios, seja lá como for, pessoas com 50, 55 anos de idade que não serão mais recepcionadas pelo mercado de trabalho e nós não podemos permitir que essas pessoas sejam, de forma alguma, jogados de porta a fora da CERR sem receber seus direitos trabalhistas. Temos tramitando aqui nesta Casa uma PEC de minha autoria, temos uma comissão especial, onde o deputado Joaquim é o relator, temos que criar um mecanismo legal para absorver aqueles servidores efetivos, aqueles que conseguiram de fato sua estabilidade na CERR, precisam ser incorporados em outra indireta. Então, é nesse sentido que eu quero conchamar e convocar nessa audiência do Conselho de Administração da CERR, a Casa Civil, o sindicato dos urbanitários, a ELETROBRAS, para que se faça presente e explane, a nós e a sociedade roraimense, como está se dando de fato esse processo de extinção da CERR, de como está direcionando seus bens, de como está sendo trabalhado esse passivo trabalhista e onde vamos alocar os servidores da CERR, que tem sua estabilidade garantida por lei. Então, nesse sentido, quero pedir ao Presidente Chagas que coloque na ordem do dia de hoje esse requerimento, para que possamos nessa audiência pública, no dia 20 de abril, na próxima quinta-feira, relacionando todas as pessoas aqui citadas e deixando em aberto, caso algum deputado queira adicionar mais alguma autoridade ou representatividade, para que possa participar.

Concedo o aparte ao Deputado Gabriel Picanço.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço** - Obrigado Deputado Sampaio, só para contribuir, quando a ELETRONORTE acampou a CERR aqui, alguns anos atrás, todo patrimônio foi de graça, 0800 para ELETRONORTE, e agora estão querendo fazer a mesma coisa. A CERR tem patrimônios de 08 subestações que valem bilhões. Tem a Usina do Jatapu e tem centenas e centenas de quilômetros nas vicinais, inclusive das vilas dos municípios foram feitos pela CERR. Temos que chamar para esta Casa e provocar um acerto de conta, o confronto das contas. Tenho certeza que a CERR tem alguns milhões para receber da ELETROBRAS. Quero contribuir com Vossa Excelência, estamos juntos para fazer essa convocação para que ela provoque resultados imediatos ao estado de Roraima. Obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua - Obrigado Deputado Gabriel, é importante a sua fala. Lembrando ainda, Deputado Gabriel, que existe hoje algo em torno de 30 milhões que os municípios devem para a CERR, precisamos criar um mecanismo, e foi colocado recentemente por um projeto de autoria dos Deputados Chagas e Jaiser Renier, de como trabalharmos isso, como firmamos essa parceria entre a CER e os Municípios para encontrarmos uma saída. Assim como, também, existe hoje em torno de 40 milhões que a CERR tem a arrecadar das residências das pessoas físicas que estão devendo a CERR e a ELETROBRAS não está cobrando. A ELETROBRAS estará cobrando daqui para frente, ela não quer nem saber o que ficou em aberto, que era recurso da CERR. Então, só aí são 70 milhões que precisamos encontrar uma forma de lidar com isso. Então, Deputado Gabriel, é extremamente preocupante essa questão, não podemos nos ausentar, não podemos deixar o patrimônio da CERR a preço de banana ou até no 0800, como falou Vossa Excelência, para a ELETROBRAS, e muito menos podemos permitir que seja causado qualquer tipo de dano aos trabalhadores, e que não seja garantido o devido processo indenização dos trabalhadores da CERR. Assim como também, precisamos cuidar desse patrimônio que Vossa Excelência falou, 08 subestações, Jatapu, centenas e centenas de quilômetros de rede elétrica, os geradores que tem nas comunidades indígenas, ou seja, a CERR é nossa, temos de discutir a CERR. Então, era isso. Queria pedir a urgência nesse requerimento de Audiência Pública e também urgência nesse projeto que trata do licenciamento mineral e solo no estado de Roraima, que é a falta de legislação da FEMARH. Então, era isso. Meu muito obrigado e bom dia a todos.

O Senhor Deputado **George Melo** - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, senhoras e senhores.

Não poderia começar a minha fala na manhã de hoje me solidarizando com os pais de família, com os professores, com os alunos da rede pública estadual. Já venho denunciando aqui nessa Casa, inúmeras vezes, que já estamos em abril, inclusive, na sessão passada, o Deputado Evangelista falando como se fosse dezembro o planejamento. Que tinha falado com a chefe do departamento, com a chefe do setor. Estamos em abril, senhora e senhores, e os nossos alunos em vários municípios. As escolas estão fechadas e, aqui, não me surpreendi com os valentes servidores que estão aqui, porque eu tenho certeza que os pais dessas crianças só não estão aqui porque muitos têm que cuidar do seu lote, porque senão, certamente, na frente, eles não vão ter comida na mesa dos seus filhos para se alimentarem. Mas eu quero dizer da dor de um cidadão de ver que os nossos jovens estão sendo muito mal preparados para o futuro. Por quê? Por que o estado não dá a segurança que eles precisam. Até hoje não tem professor e, aqui, quero deixar esse registro porque tenho certeza que as pessoas que estão aqui, as que estão nos vendo nas suas casas sabem muito bem dos números absurdos, onde empresas daqui trabalhavam com o DETRAN, mas que, de uma hora para outra, acharam que as 08 empresas que trabalhavam confeccionando placas, elas não são mais importantes para estado. Aí, eles trazem uma de Manaus, quando a daqui cobrava 60, a de Manaus vai cobrar 200. Isso! No final de um mês dá um lucro de mais de 500 mil reais - e para onde vai esse dinheiro? Aliás, esse governo tem sido isso. São 3 bilhões e 500 milhões que vem para esse estado, não estou falando de outras receitas, que é o caso de repatriação, estou falando do recurso que está neste estado, e a governadora não tem condições de colocar material cirúrgico dentro de um hospital. Não tem coragem de comprar cibalena. Não tem condições de equipar a maternidade. Não tem condições de colocar uma escola para funcionar no município do estado. Não tem condição de arrumar vicinais, pontes. E para onde vai esse dinheiro, senhoras e senhores? Agora, inexplicavelmente, a governadora achou um jeito de ninguém tocar mais nisso. Ela tendo um grupo de pessoas financiadas que recebem do governo, criaram uma associação das associações, que juntou 10 mil pessoas e criou-se uma cortina de fumaça para que ninguém olhe as mazelas que o povo de Roraima está vivendo. Per capitamente, nós tínhamos condições de ter 5 mil reais para cada morador de Roraima, é só fazer a conta. Pega 3.500.000.000,00 (três bilhões e

quinhentos milhões), tirar a repatriação. Se não fosse a repatriação, ela não pagaria o mês de dezembro e o décimo terceiro. Pode tirar a repatriação, se não der um valor nesse patamar, e a governadora criou sabiamente, junto com essas pessoas, e agora, olha o problema que está criado. Eu costumo dizer o seguinte: *Você escapa da lei do homem. A Lei do Homem é falha, mas da lei de Deus ninguém escapa não!* Olha Senhora Governadora Suely, a senhora hoje está assentando pessoas em terras privadas, amanhã não reclame de as pessoas invadirem aquelas terras acima do shopping Garden. Até porque o perfil dessas pessoas, como disse há pouco para o Deputado Izaias, são perfis de pessoas de Paraviana. São caminhonetes, carros, não tem ninguém a pé. Todo mundo tem o seu transporte. Então, são pessoas que tem o perfil bom para assentamento. Então, seria bom que essas pessoas fossem realmente retiradas, e a governadora disse: *Olha eu me sensibilizei com vocês e vou dar um terreno de 20x30 naquela área para vocês construírem suas casas!* Amanhã eu não tenho dúvidas. Até porque como disse o líder do governo, que ele é contra a invasão, que o grande sempre se sobrepõe ao pequeno e foi assim senhoras e senhores que aconteceu com o Zé Motorista. Quem conhece a história do Zé Motorista? O povo de Roraima antigo, todos conhecem, quando ele era dono daquelas terras e ele perdeu essas terras para a família Campos, de que forma eu não sei, mas a justiça deu ganho de causa à família Campos naquelas terras que foram griladas. Talvez por isso a Governadora Suely não tenha respeito, Deputado Brito, porque ela aprendeu que o grande sobrepõe ao pequeno. O Zé Motorista era um bom homem, um bom trabalhador que chegou aqui em Roraima e requereu aquelas terras e infelizmente ele perdeu para a família Campos. Então, essa história de grilagem nesse governo não é uma coisa muito difícil. Aliás, não é só de grilagem não. Nesse governo, para onde você olha tem maracutaia. Para onde você olha, em Roraima que vai ficar pouco, eles não vão conseguir fechar o mês e vão continuar no déficit. Essa é a história do estado de Roraima hoje, e eu não poderia de registrar esse momento difícil que o povo está passando, onde a justiça dá ganho de causa para reintegração de posse, mas o comando de invasão diz, eu não respeito, nós vamos com a governadora e ela vai resolver isso. O que eles estão dizendo? Eles sabem que a governadora vai chegar no judiciário e bater na mesa: *Eu quero essas terras!* Provavelmente, eu espero que judiciário não fique de joelhos nesse momento difícil porque passa a segurança, a economia no nosso estado e a confiança nesse governo.

Então, eu gostaria sinceramente que as pessoas de bem desse estado cobrem, como já cobraram - e a governadora teve que retroceder da sua decisão de apoiar movimentos que não tem nada de sem terras, de movimentos humildes. Tem gente muito mais humilde e que esse governo tem cadastro lá no SETRABRES, dessas pessoas. Por que esse governo não assentou essas pessoas? Mas não, esses governos gostam mesmo é de ações, como a que está ocorrendo hoje no DETRAN, na Secretaria de obras, no SETRABRES, na Secretaria de Educação. É em todo canto que a gente vê descaso. Então, eu tenho certeza que os senhores professores que estão neste plenário, hoje, talvez, vocês tenham vindo com um problema aqui e estão vendo um outro problema muito maior, que é um descaso em tudo neste estado. E, eu tenho certeza que se houver união, rapidamente, isso vai ser resolvido, porque tudo nesse governo se resolve com pressão. Tanto é verdade que hoje, esse movimento que se diz "Sem Terra", está pressionando a governadora e ela está calada. Não disse uma vírgula de ontem para hoje, na posição dela, com relação a isso. Eu espero que ela não esteja tentando fazer pressão no judiciário, porque se isso acontecer ela vai estar certamente, amanhã, pagando pelo que ela está fazendo hoje. Com esse crime que ela está cometendo hoje, ela vai pagar amanhã. Mas não vai ser pela justiça não, mas por outros caminhos, de uma voz maior, que é a voz de Deus. Eu entendo, Senhores, que é assim que hoje a gente consegue olhar esse governo. Eu não me surpreendo com nada, no que o Deputado Dhiego me disse hoje, eu só não sabia, Deputado, que era desse tamanho a confusão dentro do Detran. Então, eu quero deixar esse registro na manhã de hoje, externando o meu sentimento de tristeza com esse governo, por ver o criminoso, que não quer trabalhar prosperar. Então, esse governo diz para as pessoas que aqueles que trabalham honestamente ela não irá olhar. É isso que a Governadora está dizendo quando aceita uma invasão de terras daquele jeito. Infelizmente, é isso. Muito obrigado e bom dia a todos.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Senhor Presidente, Senhores Secretários da Mesa, colegas Deputados, amigos da imprensa, senhoras e senhores, servidores desta Casa, amigos que nos acompanham no plenário, certamente, eu não ia usar os 15 minutos que Vossa Excelência me concede porque vou usar o máximo que eu puder para falar do projeto de decreto legislativo que apresentei nesta Casa. Este projeto visa tão somente, Deputado Gabriel Picanço, fazer uma homenagem às instituições e personalidades deste estado, que contribuíram muito e contribuem para o engrandecimento, para a geração de emprego e renda. E, de modo geral, o crescimento socioeconômico deste estado. Conversei pela manhã,

Presidente Chagas, com o Presidente Jalser Renier a respeito do projeto que apresento nesta manhã. Nós pretendemos, Deputada Ângela, se tivermos, e aqui já peço antecipadamente, Deputado Valdenir e Deputada Aurelina, o apoio dos Senhores e Senhoras Deputadas para homenagearmos, no dia 25 próximo, que será o Dia do Contabilista, homenagearmos o Conselho Nacional de Contabilidade, a Escola Estadual Euclides da Cunha, Gonçalves Dias. Homenagearmos também o curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Roraima, da Faculdade Cathedral, da Universidade Estadual de Roraima e o curso de ensino à distância da Universidade Virtual de Roraima. Além disso, Presidente Chagas, Deputado Masamy e meu caro Deputado Marcelo Cabral, homenagearemos também com a Comenda Orgulho de Roraima os pioneiros da contabilidade em nosso estado, aqueles que foram os primeiros contadores e, aqueles que foram, e os atuais presidentes do Conselho Regional de Contabilidade de nosso estado. Entre eles estão o senhor Manoel Dantas Dias, que atualmente é Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Roraima e já foi presidente do CRC e fundador da Associação dos Contabilistas. O Pedro Nunes Ferraz da Silva, que foi presidente do Conselho de Contabilidade. O Francisco Fernandes de Oliveira, o nosso Chiquinho Brasília, aqui da Assembleia Legislativa, que foi presidente e é presidente atual do Conselho de Contabilidade. José Alves Pereira, que foi presidente do Conselho de Contabilidade. Marcelo Bezerra de Alencar, que também já foi presidente do Conselho de Contabilidade. O Cláudio Barbosa de Oliveira, que também já foi presidente do Conselho de Contabilidade. O Agamenon Nasser Fraxe, que foi a inscrição 002 do Conselho de Contabilidade do Estado de Roraima. O Paulo do Vale Pereira Filho, que foi a inscrição 004 do Conselho de Contabilidade do Estado de Roraima. O Senhor Rubens da Silva Bento, o Rubinho, que foi Deputado Federal, teve o irmão prefeito de Boa Vista. O Rubinho foi a inscrição 005 do Conselho de Contabilidade do Estado de Roraima. Maria de Fátima Bezerra da Silva, também fundadora e primeira presidente do SESCO. Marcos de Araújo Carneiro, membro do Conselho Federal de Contabilidade. Vivaldo Barbosa de Araújo Filho, também fundador do SESCO, do Sindicato das Empresas e José Soares Belido, também do Sindicato das Empresas de serviços contábeis. Auxiliadora Oliveira de Araújo. Francisco das Chagas Duarte, que foi Deputado Federal, filho de Roraima, inscrição 003 do Conselho de Contabilidade do Estado de Roraima. Nós estamos resgatando, Presidente Jalser e Presidente Chagas, poderá se tiver autorização de todos os Senhores Deputados desta Casa, para fazer uma grande festa para homenagear esses homens, essas mulheres e essas instituições que contribuíram e contribuem muito para o engrandecimento deste estado. Era o que eu tinha a dizer, na certeza, Deputado Xingu, de que posso contar com o apoio de todos os Senhores. Muito obrigado!

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não havendo mais nenhum orador inscrito para o Grande Expediente, passaremos agora para a Ordem do Dia.

Temos na Ordem do Dia prontos para a votação em Plenário o Projeto de Lei nº 105/16, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues, o Projeto de Lei 114/16, também de autoria da Deputada Lenir Rodrigues e o nº 070/15, de autoria do Deputado Jânio Xingú. Então, vamos evoluir para as matérias que estão prontas e havendo entendimento dos líderes poderemos suspender a Sessão para outras matérias que constam na Ordem do Dia e que dependem de deliberação nas Comissões.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** pede uma Questão de Ordem – Presidente gostaria de solicitar a Vossa Excelência que, caso haja matéria pronta para votação em Plenário, a gente coloque em votação o que estiver pronto e sugiro às Comissões que se reúnam nos horários normais das Comissões, porque já está virando rotina a gente só votar depois que o Plenário suspende a Sessão para as Comissões se reunirem.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Deputado Mecias, nós acabamos de falar exatamente isso aí. Vamos votar as matérias que já estão prontas e, após as votações dessas matérias, havendo entendimentos das lideranças, nós poderemos suspender a Sessão para poderem evoluir, sem que haja prejuízo em matérias com entendimentos anteriores para a elaboração da Ordem do Dia.

Temos para a Ordem do Dia discussão e votação em turno único, das seguintes proposições: Projeto de Lei nº 070/15, que "acrescenta parágrafo único ao artigo 109 da Lei nº 059, de 28 de dezembro de 1993, que dispõe sobre o Sistema Tributário e dá outras providências", de autoria do Deputado Jânio Xingú;

Projeto de Lei nº 105/16, que "institui o Dia Estadual do Professor Indígena e dá outras providências", de autoria da Deputada Lenir Rodrigues;

Projeto de Lei nº 114/16, que "dispõe sobre a aplicação de multas para os praticantes de trotes nos serviços essenciais 190 – Centro de Operações da Polícia Militar do Estado de Roraima (PMRR), 192 – Serviços

de Assistência Médica de Urgência do Estado de Roraima (SAMU/RR) e 193 – Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Roraima (CBMRR), e dá outras providências”, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues;

Projeto de Lei nº 050/15, com apenso dos Projetos de Lei nºs 054/15 e 055/15, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção do tipo sanguíneo e fator RH nas cédulas de identidade e carteira de habilitação emitidas no Estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria do Deputado Masamy Eda;

Requerimento nº 020/17, requerendo a transformação da Sessão Plenária do dia 20/04/17 em Audiência Pública para tratar da situação patrimonial da CERR, incluindo redes, subestações, Usina Hidrelétrica de Jatapu e edificações; passivos trabalhistas da referida Companhia; demissões de servidores e a minimização de impactos da extinção da empresa pública; destino de servidores públicos efetivos; responsabilidades e heranças à ELETROBRAS e reflexos sobre a regularização, produção e distribuição de energia elétrica. Para tanto solicita que sejam convocados os titulares da Casa Civil, Presidente da CERR e o Diretor-Presidente da ELETROBRAS e convidados, o Sindicato dos Urbanitários, sociedade civil e o Conselho de Gestor da CERR, de autoria do Senhor Deputado Soldado Sampaio.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar nº 004/16, que “autoriza o Poder Executivo a prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo da licença por motivo de doença em pessoa da família, de que trata o § 2.º do art. 80 da Lei Complementar nº 053, de 31 de dezembro de 2001, concedida aos servidores públicos civis do Estado de Roraima, e dá outras providências”, de autoria dos Deputados Masamy Eda, Lenir Rodrigues e Francisco Mozart.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 070/15.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Projeto de Lei nº 070/15.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, o Projeto de Lei nº 070/15 é um projeto que entendo ser de extrema relevância, pois trata da apreensão de veículos automotores pelo DETRAN, e o artigo 150 da Constituição Federal diz que a União, o Estado e o Município não têm poder de confisco, ou seja, ele não pode confiscar o bem. Ele pode cobrar de forma administrativa como se cobra o IPTU, e não confiscar o bem da pessoa e colocar lá no pátio pegando chuva e sol e ainda cobrar por isso. Mas aqui temos a base do governo.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Deputado Xingú, me permita dizer a vossa excelência que ainda vamos ler o parecer e, após, abriremos a discussão e, aí, sim, vossa excelência poderá debater sobre seu projeto.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** pede Questão de Ordem – Veja bem Presidente, na verdade havia combinado com o G14 para votarmos esse Projeto hoje. Mas nem todos os deputados do G14 estão aqui, portanto, quero que retire meu projeto da pauta de hoje, para a pauta de amanhã. Porque se meu projeto entrar dessa forma, ficará prejudicado, porque certamente a base do governo não vai querer votar no projeto, porque é um projeto de minha autoria e sou um deputado de oposição, e, por isso, meu projeto ficará prejudicado.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, só para informar a Vossa Excelência, ao Plenário e ao Deputado Xingú que sou base do governo, mas voto favorável ao seu projeto, Deputado Xingu. Quero deixar isso bem claro, não podemos confundir o interesse da sociedade com a base do governo. Voto a favor do seu projeto e vou recomendar nossa base que votem também.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede Questão de Ordem – Eu também, Deputado Xingú, já lhe disse que sou a favor do projeto.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** pede Questão de Ordem – Então, Presidente, coloque em pauta meu projeto, pois o Deputado Mecias disse que é a favor, o Deputado Sampaio, Deputado Gabriel e Deputado Valdenir, também, e que o Deputado Federal Jhonatan de Jesus tem um projeto semelhante na Câmara Federal. Então, pode colocar em pauta meu projeto.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Parecer ao Projeto de Lei nº 070/15.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Parecer ao Projeto de Lei nº 070/15.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em discussão o Projeto de Lei nº 070/15.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** – Senhor Presidente, o que eu queria era só sensibilizar meus pares sobre a importância do Projeto, pois ele é um projeto que atende toda a sociedade roraimense, pois não tem quem não tenha uma moto ou um carro em casa e, muitas vezes, um carro

que vale de 70 a 80 mil reais, fica preso por apenas 1.200 reais. E isso é uma injustiça, a pessoa fica sem seu veículo para levar seu filho para a escola ou um membro da família que adocece. Enfim, esse é um projeto de grande envergadura social que atende aos anseios da sociedade e por isso peço aos meus pares que votem a favor.

O Senhor Deputado **George Melo** – Senhor Presidente quero pedir aos meus colegas que votem sim, pois acredito que acabaremos de uma vez por todas com o constrangimento de várias famílias, como disse o Deputado Xingú, que tem um imóvel e por algum problema fica desempregado e não tem condições de pagar seu IPVA. Isso não significa que daqui um mês ou dois você não possa pagar o IPVA e legalizar sua situação com o DETRAN, e antes desse projeto você ficava a pé, sem o carro ou sem a moto por não ter pago o IPVA. Isso não acontece com nada, não acontece com o IPTU, com a água e nem com a energia, pois você tem um prazo para pagamento, então, que o DETRAN notifique a pessoa, assine um termo de fiel depositário e no momento certo cumpra seu compromisso. Por isso, peço a todos os colegas que votem sim. Esse projeto não é um projeto de oposição não, é um projeto do povo de Roraima.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não havendo mais quem queira discutir, em votação. A votação será nominal e eletrônica, os Deputados que concordam com o projeto votem “sim”, os que não concordam, votem “não”. Solicito a abertura do painel para votação.

Solicito abertura do painel eletrônico para a votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 070/15, por 19 votos “sim”, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 105/16, do parecer e voto da Comissão, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Projeto de Lei nº 105/16.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, gostaria de pedir o voto dos demais pares pela importância representativa do projeto a nível nacional. O estado de Roraima é um estado que tem carreira do professor indígena, onde há um exemplo significativo para toda a rede nacional de ensino como educação indígena específica, diferenciada, bilíngue, intercultural e comunitária. E esse reconhecimento nacional é uma forma de mostrarmos a valorização do professor indígena através desta data, pois é o aniversário da professora Natalina Messias, que foi uma guerreira em defesa da educação indígena no estado de Roraima e no Brasil. Obrigado!

O Senhor Deputado **George Melo** – Pela importância do projeto e por tudo que a Deputada Lenir falou, peço aos colegas Deputados que votem “sim”, pois a gente entende que esse avanço em relação aos nossos indígenas, até por eles representarem uma parcela significativa da nossa população do estado, é importante que a gente olhe com os olhos do indígena. Vossa Excelência está de parabéns, Deputada Lenir, e pode ter certeza que nosso grupo vai votar pelo “sim” ao seu projeto.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não havendo mais quem queira discutir, em votação. A votação será nominal e eletrônica, os deputados que concordam com o projeto votem “sim”, os que não concordam, votem “não”. Solicito a abertura do painel para votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 105/16, por 18 votos “sim”, nenhum contra e uma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 114/16, do parecer e voto da Comissão, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Projeto de Lei nº 114/16.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em discussão o Projeto.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhor Presidente, essa Lei é a famosa lei do trote, aplicar multas para quem atrapalha os serviços essenciais, inclusive dos que são de defesa à vida. Por isso, peço o apoio aos nobres pares para que essa Lei Estadual possa existir em Roraima para que possamos frear as pessoas que não tem caráter e faltam-lhe educação para respeitar os serviços essenciais do nosso estado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Deputada Lenir, tive a honra de ser relator dessa matéria, e acrescentamos uma emenda modificativa deixando bem clara a definição de trote para que não reste dúvida quanto àquelas situações que se enquadram nessa ação que atrapalha os serviços de emergência e os serviços policiais no nosso estado, procurando aperfeiçoar e contribuir com esse Projeto de Lei.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, em votação. A votação será nominal e eletrônica, os Deputados que concordam com o projeto votem “sim”, os que não concordam votem “não”. Solicito a abertura do painel eletrônico para votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 114/16, por 20 votos

“sim”, nenhum “não” e nenhuma abstenção, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda a leitura do Requerimento nº 20/17, de autoria do Deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Requerimento nº 020/17.

O Senhor Deputado **Masamy Eda** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente peça a prorrogação da Sessão uma vez que já atingimos o horário regimental.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Atendendo ao Requerimento verbal do Deputado Masamy Eda, prorrogamos a sessão pelo tempo necessário. Em discussão o Requerimento nº 020/17.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente gostaria apenas de adicionar o Conselho Gestor da CER que eu esqueci de nominar no meu requerimento e por isso gostaria que a assessoria acrescentasse o nome do Conselho Gestor da CER e aproveitou para pedir o apoio de todos, pois essa audiência pública será de grande relevância para o estado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Se não houver nenhuma objeção das lideranças, fica incluído o Conselho Gestor da CER a ser convocado para esta audiência pública. Em votação o Requerimento. A votação será simbólica, os Deputados que concordam permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento nº 020/17, por unanimidade dos Deputados presentes.

Nós temos matérias que constam na Ordem do Dia que dependem da deliberação das Comissões em conjunto, razão pela qual suspenderemos a Sessão pelo tempo necessário para que as Comissões deliberem sobre as matérias.

O Senhor Deputado **Naldo da Loteria** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, acredito que as Comissões podem reunir-se no horário da tarde e a gente vota as matérias na Ordem do Dia da Sessão de amanhã, até porque já esgotamos o horário da Sessão de hoje.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – A Sessão está suspensa para que haja entendimento entre as lideranças e se houver esse entendimento as matérias serão deliberadas conforme horário que decidirem. Se decidirem fazer agora a matéria continua na Ordem do Dia. Reaberta a Sessão.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, solicito que Vossa Excelência faça a verificação de quórum, pois no plenário não há Deputados suficientes para a votação da Ordem do Dia.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda a verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente não há quórum simples para a continuação da Ordem do Dia.

Não havendo quórum para deliberação das matérias transfiro a pauta da Ordem do Dia para a próxima Sessão.

E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a Sessão convocando outra para o dia 12, à hora regimental. Registraram presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jalser Renier, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galetto.**

**ATA DA 2590ª SESSÃO, EM 18 DE ABRIL DE 2017.
53º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.**

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS
(Em exercício)

Às nove horas do dia dezoito de abril de março de dois mil e dezessete, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quingentésima nonagésima Sessão Ordinária do quinquagésimo terceiro Período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Marcelo Cabral** – Lida a Ata.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os

Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DO TRIBUNAL DE CONTAS:

Ofício nº 080, de 12/04/17, do Conselheiro-Presidente do TCERR, encaminhando Prestação de Contas Anual e do Fundo de Modernização do TCE/RR – Exercício de 2016.

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Indicação s/nº, de 10/04/17, do Deputado Masamy Eda ao Governo do Estado, para adoção de providências em relação à situação de abandono da antiga Sede da Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social, conhecida como “Clube Eterna Juventude”, localizada na Av. Nazaré Filgueiras, bairro Pintolândia.

Indicação s/nº, de 17/04/17, do Deputado Masamy Eda ao Governo do Estado, para suprir a falta de professores na Escola Estadual Padre José Monticone, localizada no Município de Mucajaí - RR.

Indicação s/nº, de 17/04/17, do Deputado Masamy Eda ao Governo do Estado, para suprir a falta de professores, material didático e merenda escolar na Escola Estadual Manoel Agostinho Almeida, localizada na Comunidade de Campos Novos – Iracema - RR.

Indicação s/nº, de 17/04/17, do Deputado Masamy Eda ao Governo do Estado, para manutenção da rede de esgoto da rua Barreto Leite, em frente ao Terminal de Ônibus e Lotação, no Centro desta Capital.

Indicação s/nº de 17/04/17, do Deputado Masamy Eda ao Governo do Estado, para recuperação da estrada do Passarão, que dá acesso ao Município de Uiramutã.

Indicação s/nº, de 17/04/17, do Deputado Masamy Eda ao Governo do Estado, para regularização do serviço de limpeza e reforma da Escola Estadual Maria Nilce Macedo Brandão, localizada no bairro Cauamé, nesta Capital.

Indicação s/nº, de 17/04/17, do Deputado Masamy Eda ao Governo do Estado, para manutenção nas ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) em operação no município de Alto Alegre-RR.

Requerimento s/nº, de 17/04/17, do Deputado Soldado Sampaio – Presidente da Comissão Especial Interna criada nos termos da Resolução nº 037/16, requerendo prorrogação de prazo por igual período para funcionamento.

Memorando nº 041, de 12/04/17, do Deputado Chico Mozart justificando sua ausência na sessão plenária do dia 11 de abril do corrente ano.

DIVERSOS:

Ofício nº 227, de 11/04/17, do Instituto de Previdência do Estado de Roraima – IPER, convidando a participar da Assembleia de Apresentação da Gestora Brasil Plural, a ser realizada no dia 18/04/17, às 09h30, no auditório do Ministério Público de Roraima.

Ofício nº 129, de 12/04/17, da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento - SEPLAN, informando celebração do Convênio nº 01/2017/GER/SECULT/ MUNICÍPIO DE BONFIM, que tem por objeto a realização do Projeto “XXVII Festejos de Bonfim”.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente, há dois oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Deputado **George Melo** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, senhora e senhores no plenário, imprensa. Hoje estou ocupando esta tribuna para mencionar alguns pontos em relação à CERR. Ora, senhoras e senhores, o Governo do Estado vem empurrando um problema que era para ter sido resolvido no início do mandato. E o que esse governo fez ao longo desse desgoverno? Quando eles assumiram, poderiam ter pago 3 milhões para instalar outra turbina na Usina de Jatapu, e, assim, o sul inteiro estaria livre de óleo diesel. Não o fizeram com má intenção. Aquilo virou um problema crônico, o Estado deve para ELETRONORTE quase 400 milhões. E o que o governo fez? Nomeou duas pessoas para intervir junto à ELETRONORTE, ganham pelo Estado para ficar na ELETRONORTE. Essas duas pessoas, juntas, estão dando prejuízo para o Estado de 150 milhões, 150 mil/mês, Deputado Marcelo. São elas os Senhores Renato e Carramiro, os dois juntos dão prejuízo de 150 mil ao mês para o Estado. Custava a esse Governo pegar o dinheiro e ir pagando a dívida? Lá há três classes de funcionários, mas se negam a indenizar os servidores que têm direito, porque alegam não ter dinheiro.

Ora! Com a estrutura que a CERR tem hoje, em contrapartida ao que o sistema ELETROBRAS vai receber, poderia ter sido feito, mas não foi. Esse trabalho não foi preparado antes, Deputado Flamarion, porque as pessoas que estão lá não regularizam os nossos lucros, não levantaram as nossas redes e hoje, Deputado Dhiego, o Estado tem, irresponsavelmente, duas pessoas na CERR ganhando 150 mil. É um absurdo. Hoje o Estado está devendo mais de 400 milhões para o sistema ELETROBRAS. Então, a gente começa a achar que este governo está fabricando problemas para não resolver e dá a velha desculpa para a população: “não tem dinheiro”. E aqueles pais de família que estão na CERR sem esperança de receber? A gente já sabe o que eles vão querer fazer. A preparação é para fazer um acordo com a ELETROBRAS e deixar a grande maioria daqueles pais de família sem receber um centavo. Por que esse governo não pegou dois servidores de carreira e colocou lá? Certamente teriam muito mais interesse nessa negociação. Em vez disso, colocou duas pessoas que não têm vínculo nenhum com a CERR, e quanto mais tempo durar o problema, melhor para eles, pois vão receber mais salários. Hoje eu me pergunto: o estado de Roraima está em crise, senhoras e senhores? A gente vai no HGR e não tem um material cirúrgico. Na maternidade, do mesmo jeito. No final de semana, não tem alimento para os pacientes. Os pacientes do HGR e da Maternidade só comem até sexta-feira e, se for feriado, só até quinta, só voltam a se alimentar na segunda-feira. No interior, as vicinais estão acabadas, não tem mais vicinal. Em contrapartida, nós votamos um projeto para isentar o ICMS do combustível e a história que chegou aqui é que as empresas aéreas iriam ter benefícios. Na verdade, tudo estava sendo feito sorrateiramente, Deputado Izaías, para que o governo adquirisse um jato de última geração. Quer dizer, no momento em que o Estado está passando necessidades extremas, o governo contrata um jato de última geração e, por conseguinte, a governadora já não para em Roraima. Ela não viajava, mas, na hora que esse jato foi contratado, só para comemorar, já foram 15 dias nas Américas, New York. Entretanto, aqui eles pedem, cada dia mais, compreensão da população. Como é que a população vai compreender? Você planta a sua macaxeira, sua banana, porém não tem quem queira entrar com seu caminhão nas vicinais porque, nessa época, há muito atoleiro e pontes quebradas. Não há como ir. Aqui as pessoas estão desempregadas e, quando precisam do sistema de saúde pública, é o pior possível. A gente vê profissionais querendo trabalhar sem poder e a governadora alugando um jato para, a partir de agora, trabalhar pelo estado.

Hoje, quero dizer aos senhores que estou arrependido de ter votado o projeto de isenção do ICMS de combustível e querosene, porque, na verdade, é uma ação de interesse pessoal da família Campos, Silva e agregados. Porque ao invés de contratar aeronave, não compram medicamento, material cirúrgico, arrumam as vicinais, arrumam as pontes? Tenho certeza de que o grande problema que vemos é um descaso. Eu espero que o governador em exercício, Paulo César Quartiero, tenha a coragem de cancelar esse contrato imediatamente. Eu peço isso: encerre esse contrato, governador. Diga para população, familiares, netos, filhos, sobrinhos da Governadora que, nesse momento, não precisam andar de jato de última geração, nós temos aviões seguros, aviões de carreira para levar a família Campos, família imperial de Roraima, a qualquer lugar do estado. Estou certo de que esse é o sentimento da população de Roraima. É abril e as escolas do interior estão todas fechadas. É problema que não acaba mais, as pessoas estão ficando desmotivadas, desacreditadas do Estado, e isso é muito ruim. Eu peço a esse governador que sentou na cadeira e disse que, quando o fizesse, agiria como tal. Aja como governador e cancele esse contrato. Tenho certeza de que semana que vem ou na outra semana, a governadora Suely vai ter a cara de pau para recontratar de novo, mas faça a sua parte. É um absurdo a população de Roraima viver momentos tão difíceis e a família imperial desdenhar disso. Um estado em que até hoje as escolas estão fechadas, estado em que, se alguém precisar do HGR, provavelmente não será atendido. Se precisar da maternidade, é do mesmo jeito. O serviço público hoje é o pior possível, mas quando a gente abre o jornal, vê o contrato dessa aeronave supersônica que a governadora contratou. Quero deixar o meu repúdio, minha tristeza, indignação com esse governo que está aí. Esse é o meu sentimento e tenho certeza de que é o sentimento de quem mora aqui no estado. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, minhas senhoras e meus senhores que estão no plenário prestigiando esta Sessão e todos que nos acompanham através do sinal da TV Assembleia, o nosso bom-dia.

Uso a Tribuna hoje para debater uma situação que é matéria dos meios de comunicação do nosso estado, uma determinação da justiça provocada pelo Ministério Público Federal para que a Funai inicie os procedimentos de demarcação de mais uma terra indígena em Roraima. Eu acompanho essa questão há muitos anos, antes de ser parlamentar, e posso dizer, com a maior e mais absoluta convicção, que Roraima é o

Estado da Federação, ou talvez do mundo, que mais contribui com a questão indígena e com a questão ambiental. Eu digo isso, Deputado Joaquim, porque é do conhecimento de todos. Já foi assunto de reuniões no Parlamento Amazônico, já foi matéria também na própria UNALE a criação e ampliação de terras indígenas por conta da FUNAI. Eu falo que Roraima é o Estado que mais contribuiu porque é verdade, Deputado Jorge Everton. Nós já temos 33 terras indígenas demarcadas, as quais correspondem a 49% da área territorial do estado. Se somarmos a isso a questão ambiental, temos cinco partes nacionais de áreas de preservação permanentes da União, elevando a área de reserva de 49% para cerca de 88% do território do estado. Nós teríamos uma sobra de 12% da nossa área territorial para o setor produtivo, para pecuária, agricultura e para os centros urbanos. Além disso, dentro desses 12%, nós temos que preservar ainda 80%. Então nós teríamos mais ou menos 3% ou 4% de toda área territorial do estado para produzir, gerar emprego, gerar renda. É por essas razões, é por esses números que nós podemos dizer que Roraima é o estado que mais contribui para a causa indígena e ambiental nesse país. 88% das terras está comprometido com essas bandeiras e nós devemos sim fazer isso, é claro! Mas do pouco que nos sobra devemos ter o direito e a segurança jurídica de que não será mais tocado, para dar aos nossos produtores e para o povo de Roraima. Entretanto, não é isso que acontece, todo ano e a todo momento, as pessoas que vivem no interior do estado ficam sobressaltadas com mais e mais criação de terras indígenas, e mais e mais ampliações. Eu digo isso porque vi agora no noticiário que o Ministério Público Federal moveu uma ação na Justiça Federal e uma juíza deferiu em primeira instância que a Funai, em cinco anos, conclua o processo de criação de mais uma terra indígena. Isso atinge as pessoas que moram na Região do Anzol e na Serra da Moça, Deputado Gabriel. São mais de 500 propriedades rurais, onde vivem pessoas há mais de 100 anos e nunca viram índio transitando naquela região, a não ser na Serra da Moça e no Truaru, onde há terra indígena demarcada desde a década de 80. Na verdade, o que acontece é um movimento de entidades que utilizam comunidades indígenas como massa de manobra. Elas alocam famílias indígenas ali e criam comunidades para depois fazer o pedido, com laudo de estudo antropológico informando que vivem nas áreas há mais de 100, 200 anos. Contudo, são comunidades manobradas pelo CIR e outras entidades que se dizem protetoras. Essa comunidade vive disso. Se nós formos ver, no Sul do Estado, o Linhão de Tucuruí está parado por conta da movimentação de uma ONG com pessoas diretamente relacionadas à Funai. Ela impede a construção do Linhão e faz com que a gente conviva com essa energia de má qualidade. Então, são ONGs, organizações não-governamentais criadas para captar recursos do Governo Federal e depois impedir, colocar dificuldades e vender facilidades para chegada de benefícios ao nosso estado. Assim é para o Linhão de Tucuruí. Temos informações, as quais estamos buscando confirmar, de que estão pedindo 300 milhões de reais para permitir que a obra passe por dentro da área indígena Uaimiri-Atroari. Se for verdade isso, é chegada a hora de dar um basta nessas questões, porque o interior do estado e nossa capital também sofrem com a falta de energia. Nesse final de semana (isso já foi discurso meu aqui na Assembleia), a Região do Bonfim, Região de São Francisco, Nova Esperança e comunidades indígenas também sofreram com essa questão nefasta da ONG Uaimiri-Atroari, pois estiveram três dias sem energia, que, quando volta, tem uma potência muito forte e queima de lâmpada à geladeira. Então, Roraima, apesar de ser o estado que mais defende a bandeira indígena, dando a metade de sua área geográfica pra isso e questão ambiental, sofre por conta disso. Esta Casa tem que se manifestar de forma veemente com relação à questão. Essa da comunidade Anzol é emblemática. Com todo o respeito que temos ao Judiciário, Ministério Público Federal, entendo isso como desserviço ao estado de Roraima. Para um estado que dá metade de sua área territorial para terras indígenas e mais 28% para questões ambientais, temos que parar com isso, temos que dar condições para que esse estado se desenvolva economicamente. No cenário atual, as pessoas têm receio de investir, porque não têm segurança jurídica.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Deputado Coronel Chagas, quero me juntar ao vosso pronunciamento e parabenizar por trazer para Tribuna assunto tão importante. Como Vossa Excelência falou, na comunidade do Anzol existem duas, três comunidades que vivem pacificamente há centena de anos, junto com os produtores, mas, hoje, por determinação do Ministério Público, a decisão monocrática de uma Juíza autorizou que a Funai se organize, no prazo de cinco anos, para demarcar. Acho que é mais uma afronta ao Estado de Roraima, que já contribuiu muito com a demarcação de terras, com as grandes proporções de reservas demarcadas, enquanto a própria Funai e o Ministério da Justiça não dão apoio àquelas pessoas que demarcam. Tem exemplo, Deputado Chagas, eu vi agora no interior do Estado. Ali em Mucajaí, mais de 20 índios embaixo de uma árvore, sentados na beira do asfalto e ingerindo bebida alcoólica. A Funai não olha para isso, a justiça não olha pra isso,

para dar apoio a essas pessoas, os índios estão ficando famintos, eles não têm como produzir. O Governo Federal e o Ministério Público não obrigam que a Funai incentive eles a plantar, produzir. Isso é um problema social para o estado de Roraima, grandes áreas improdutivas demarcadas, sem fruto e uso. Com referência à demarcação da reserva dos Pirititis, sobre a qual Vossa Excelência sabe muito bem, na Linha do Equador, implantaram uma barreira no final da vicinal, e lá não passam mais as pessoas brancas, porque estão dizendo que há algum tempo atrás, um antropólogo chamado Porfírio viu a alma de um índio, com vinte mil metros de altura sobrevoando, índio de etnia desconhecida. Gente que mora há décadas nunca ouvir falar. É um pretexto para ampliar a reserva Uaimiri-Atroari. Eu acredito, como Vossa Excelência, Presidente deste Poder, que temos de ser mais enérgicos e usar mais a Tribuna, e dizer que não aceitamos, pois naquele decreto que Governo Federal demarcou Raposa/Serra do Sol está disposto que jamais seria ampliado Roraima para área de reservas indígenas. A justiça está desobedecendo a própria justiça e Vossa Excelência também, como operador do direito. Temos de provocar, denunciar. Não podemos nos calar, não podemos mais aceitar que saia algo do pedacinho de terra, muito menos de um milhão de hectares, que sobrou para o estado produzir. Senão, em umas décadas, os filhos dos roraimenses não vão ter mais terra para trabalhar por causa dessas demarcações. Quero me juntar a Vossa Excelência para defender as terras do estado de Roraima e o estado de Roraima. Chega de demarcação, porque tenho certeza de que não são os indígenas que querem isso, são algumas ONGs mal-intencionadas. Quero me juntar a Vossa Excelência. Faça esse enfrentamento junto às autoridades lá em Brasília para que possam escutar nossos reclames de Roraima.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua – Deputado Gabriel, o Senhor fez referência a um cidadão conhecido por Porfírio, que reputo ser o José Porfírio, funcionário da Funai, não sei se técnico, indigenista, antropólogo ou aposentado. O fato é que em toda questão de impedimento do crescimento do estado de Roraima, a gente ouve referência a esse nome. Na questão da BR-174 Norte e na questão da vinda do Linhão de Guri, ouve-se falar nas tentativas desse cidadão de impedir. Imaginem se não tivesse o Linhão como estaria Roraima hoje. A ELETRONORTE paga uma conta altíssima às ONGs para que elas repassassem aos índios, mas eles nunca viram a cor do dinheiro da energia vinda de Guri. Na questão do Uaimiri-Atroari, você ouve falar de José Porfírio e o interessante: ele movimentou as ONGs para fazer pressão, elas manipulam as comunidades indígenas para pressionar a Funai. E quem se manifesta na Funai? A diretora do Meio Ambiente da Funai, dando um laudo. E quem é a diretora do Meio Ambiente? Filha do Porfírio. Será que o Brasil não vê isso? Será que o Governo Federal não percebe isso? Será que o Ministério Público Federal não percebe isso? Será que não percebe a máfia que existe por trás disso? Ai as ONGs vêm, dizem que precisam de milhões e milhões porque aquilo vai afetar as comunidades que sequer vivem na região. Na verdade, aquela obra vai criar benefícios para as comunidades e o Governo Federal se vê chantageado e com manobras feitas no seu quintal.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Deputado Chagas, só para enriquecer, talvez o povo de Roraima não saiba o que nós ficamos sabendo nessa semana. Na região da serra de Pacaraima, eles têm documento assinado de 1996, quando o Linhão de Guri vinha para Roraima, dizendo o seguinte: os indígenas chorando e conversando com a governadora dizendo que assinaram documento induzidos por esse senhor Porfírio; que indígena não precisava de energia. E agora o governo não pode colocar energia, porque eles têm esse documento do Ministério da Justiça proibindo a energia. Porque índio não precisa de energia e, por isso, vivem sem energia, porque não podem colocar. Mais uma vez o senhor Porfírio quis induzir os índios ao erro.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** - Deputado Chagas, eu fiz um estudo sobre os povos Pirititis. Entreguei para a Comissão que o Deputado Gabriel preside. Fui à região do Equador, para verificar a situação. O povo Pirititis, desde a década de 70, não existe mais, por causa de guerra violenta com Atroaris. Os Pirititis foram exterminados. Na comissão da verdade, quando estive no Amazonas, especificamente na capital Manaus, foi entregue um documento. Eu peguei a cópia desse documento, passei para a Comissão aqui da Assembleia, mostrando que, na comissão da verdade da Presidência da República, foi dito, está no documento, que desde aquela época exterminaram o povo Pirititis. De repente, o Porfírio fez a dança indígena lá com o pajé e desceram seis famílias que vieram do céu e se estabeleceram lá no Equador, naquela vicinal. O que precisa primeiro é uma ação forte do Governo do Estado contra aquele tipo de coisa. Cortaram lá a vicinal que a comissão da Assembleia foi visitar. O Deputado Zé Galetto esteve lá. Precisa de uma ação efetiva do Estado. Por outro lado, vou lhe contar uma história aqui, a história do anzol. O seu Cleudon Melo, eu acho que vem ser parente do Marcelo ou do George Melo, eu acho que é do Deputado George Melo. O Deputado Marcelo

conheceu o seu Cleudon. Ele tinha uma vasta área de terras, vamos falar em 600 hectares, se não me falha a memória, e tinha um caboclo que trabalhava com ele. É o que está no documento da Justiça Federal. E tinha um casal de negros oriundos da Guiana. E o que aconteceu? O caboclo morreu e a outra família foi embora, o filho desse caboclo, depois de adulto, por orientação de uma ONG, foi para justiça trabalhar para que se tornasse aquela área uma área indígena. Esse é processo histórico dali, que está na justiça. O que acontece é que estamos assistindo agora um outro lado da história. Se fosse a justiça do estado, isso não aconteceria Deputado, porque os juízes que passam no concurso público e se transformam depois em desembargadores moram no nosso estado, eles vieram e se estabeleceram no nosso estado, assim como o Ministério Público. E o que ocorre quando isso acontece? Eles têm visão do estado, uma visão sociológica da situação de cada região, diferentemente da Justiça Federal, porque o juiz federal que vem para cá tira o último lugar no concurso, então não tem o direito de escolher para onde ir, restando para ele os estados onde existem vagas de juízes. Logo, vem uma juíza ou um juiz que não conhece a nossa realidade, que não tem experiência nenhuma, por ser jovem, que não procura estudar a sociologia, a geografia do estado, para que tome uma decisão justa e não só baseada em papel. Dá uma decisão como essa porque não conhece a nossa história, não viveu a nossa história, com exceção do Doutor Hélder, que escolheu Roraima para viver. Está aí o doutor Hélder, justo, duro mas justo. Os outros vêm passar uma chuva. Na hora em que conseguir uma vaga próxima ao seu estado de origem, ele volta, não é diferente no Ministério Público. No Ministério Público Federal, Deputado Chagas, as pessoas que vêm para cá, não são as que tiraram em primeiro lugar, o segundo lugar. Quem tira o primeiro lugar, escolhe São Paulo, Brasília, Paraná. As pessoas que estão na classificação lá em baixo, sem nenhum demérito, porque eles passaram igual os outros, não têm direito de escolher onde trabalhar. Geralmente, eles vêm para cá passar uma chuva, dois anos no máximo, e vão embora. Pode pegar o histórico dos promotores que vieram para cá. A gente tem que ter a coragem de dizer isso. O Ministério Público Federal não conhece a realidade do nosso estado, porque eles vêm passar uma chuva aqui e vão embora. É muito fácil eles saírem denunciando todo mundo e a Justiça Federal, que não conhece a nossa história também, sair condenando todo mundo, porque eles vêm passar dois anos aqui e vão embora. O prejuízo fica para a população que vive no nosso estado, que vive em Roraima, que vive de esperança, mas essa esperança nunca chega, nunca se transforma em realidade. Era isso que gostaria de dizer para colaborar com o seu discurso.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua – Parabéns, Deputado Joaquim Ruiz, pelo seu discurso. Vossa Excelência foi cirúrgico nessa questão do Ministério Público Federal e da própria Justiça Federal. Eles vêm passar dois ou três anos aqui quando muito, e vão embora. É o que acontece, não conhecem a realidade, então fica fácil mover ações como essa para determinar que a Funai inicie o processo de demarcação de mais uma terra indígena, sem considerar se vai prejudicar centenas de famílias, numa área onde nunca teve indígenas morando. Na verdade, foram realocados para ensinar isso aí, ou seja, mais uma vez tomando uma decisão que prejudica o estado de Roraima. Isso é um desserviço ao estado de Roraima. Eu concedo o aparte ao Deputado George Melo, mas, antes, eu queria informar aos senhores deputados que estão aqui na Assembleia, acompanhando essa sessão, diversos moradores lá da região Anzol, que estão sofrendo essa angústia e precisam do apoio desta Casa. Por isso nós estamos fazendo esse Pronunciamento, já informando que nos manifestamos contrários à criação de mais terras indígenas e ampliações por ocasião da reunião ampliada do colegiado do Parlamento Amazônico, do qual sou vice-presidente. Nós teremos novamente reunião do Parlamento Amazônico lá em Imperatriz do Maranhão, que também sofre com essas questões, e nós vamos mais uma vez repercutir esse assunto lá. Há possibilidade de realizarmos, ainda neste semestre, outra reunião do Parlamento Amazônico aqui em Roraima, faltando apenas definir a data. Nós vamos pedir apoio de todos os colegas para que a gente possa chamar a atenção da bancada federal e do Governo do Estado para que este habilite, se ainda não o fez, recorra dessa decisão, que é prejudicial para o estado de Roraima. Concedo o aparte ao Deputado George Melo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo** - Eu quero parabenizar o Deputado Chagas, até porque, Deputado Chagas, essas pessoas que estão aí são meus parentes. Hoje, às 15h00, nós teremos uma reunião com o Deputado Jalser e Vossa Excelência já está convidado para participar da reunião. Eu quero deixar registrado que há pouco tempo teve uma reunião para a qual foram convidados o Ministério Público Federal e Estadual, autoridades estaduais e municipais. O Procurador disse que nós não gostávamos de índio, essa foi a afirmação dele, que nós, inclusive, estávamos discriminando os indígenas. Eu lhe afirmo, Deputado Chagas, que os nossos descendentes chegaram lá, na região do Anzol, na década

de 30. Eles moram lá desde a década de 30 e, nessa época, não tinha um indígena naquela região. Estou dizendo isso aqui neste plenário, não tinha um indígena ali, os primeiros moradores eram paraibanos que se instalaram ali e são os nossos descendentes. Estava ouvindo a fala do Deputado Joaquim quando ele disse que as pessoas que vem dirigir o Ministério Público Federal aqui passam dois, três anos, nos desrespeitam, atacam a nossa gente e, por conta disso, são muito bem avaliados pela FUNAI, que, certamente nos coloca em um grande centro deste País. Eu disse aqui para o representante do Ministério Público que, se ele tivesse feito concurso público para vir morar aqui como as demais categorias que hoje trabalham no nosso Estado, provavelmente ele teria um posicionamento diferente da que ele estava tendo naquela manhã com as pessoas que estavam aqui.

Então, eu volto a afirmar, a sua fala é extremamente importante, oportuna. Conheço a sua seriedade e já peço a Vossa Excelência para que a Procuradoria da Casa não espere pelo governo. Porque esperar esse governo é doloroso. Não sei se eles vão ter tempo para cuidar das pessoas que moraram na região do Anzol, mas peço a nossa Procuradoria que entre na ação defendendo o povo que está lá. Nosso povo, pessoas que estão aqui há mais de 100 anos. Então, eu peço a Vossa Excelência que hoje à tarde, às quinze horas, a gente garanta que a Procuradoria comece a agir e o Poder Legislativo possa proteger essas pessoas, as quais deveriam ser protegidas por este País, resguardando as nossas fronteiras. Essa é a minha fala na manhã de hoje. Que fique o meu registro contra a FUNAI e a minha tristeza com a ação do Ministério Público contra essa gente trabalhadora.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua – Concedo o aparte ao deputado Marcelo Cabral para depois evoluirmos.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Marcelo Cabral** – Ouvindo atentamente o seu pronunciamento, de quem conhece este estado, a região do Anzol, me chama a atenção aquele decreto da Raposa/Serra do Sol, em 2005. Tem uma decisão com 18 itens; se não me engano, consta em um daqueles itens que não poderia mais ter demarcação de áreas indígenas aqui no estado de Roraima. Procurar pegar essa decisão dizendo que não poderia mais se criar e nem ampliar nenhuma reserva indígena no estado de Roraima, pois já tinha sido feita a Raposa/Serra do Sol em área contínua e o estado de Roraima estaria livre, ou seja, o que tinha restado seria para produzir, por meio das pessoas que não são indígenas. Aqui eu vejo a família Melo, que conhece aquela região e que ali estão não só 10 anos. Lá tem famílias tradicionais, nunca tiveram conflito ali, ou seja, isso está sendo penalizado. O Senhor está de parabéns pelo seu pronunciamento. Quero me juntar a Vossa Excelência no que for preciso para não acontecer essa demarcação. Eu queria que o Governo Federal ou a FUNAI fizessem onde já foi feito demarcação. Filmasse para ver como se encontra hoje e como era antigamente e então ver como estão as pessoas que estão hoje na área indígena da Raposa/Serra do Sol. Hoje, eles não têm apoio de Governo ou FUNAI, talvez tenham dos governos municipais e, precariamente, do governo estadual. Quero parabenizar Vossa Excelência por trazer esta questão que é muito importante. Esta Casa não pode deixar acontecer mais essa demarcação ou ampliação no nosso Estado.

Conheço a família Melo, que vive há mais de 100 naquela região, passando de pai para filho. Nesta Casa tem um documento definindo que para uma área do Estado passar a reserva indígena, tem que ser aprovado por esta Casa e esta Casa não foi consultada.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua – Obrigado, Deputado Marcelo Cabral. Nosso tempo já estourou, mas, se o Presidente permitir, vou conceder um aparte ao Deputado Brito e à Deputada Aurelina para concluirmos. É um assunto importante. Temos aqui representantes dos moradores da região do Anzol. Isso afeta não só essa comunidade, mas todo o Estado de Roraima porque, a todo instante, vêm mais e mais movimentos da FUNAI e outras em detrimento do setor produtivo do nosso estado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brício Bezerra** – Deputado Chagas, inicialmente, agradeço a Vossa Excelência a oportunidade do aparte, ao mesmo tempo em que o parabeno por trazer à tribuna desta Casa um assunto de tamanha importância. Também me sinto indignado ao ver o Governo Federal mais uma vez insistir em tornar o nosso estado inviável para produção, inviável para sonhar com uma economia forte, para sonhar com o título de propriedade da terra e para que avancemos nesse sentido. Quero dizer a Vossa Excelência que já conversei com o Procurador-Geral, Doutor Cláudio. O Governo do Estado já vai fazer parte na ação, já vai adentrar para defender o estado e, ao mesmo tempo, defender essas pessoas que estão ali naquela terra vivendo há mais de 100 anos, tirando seu sustento com dignidade. Não podemos, de forma alguma, aceitar essa ingerência, essa vontade que tem o Governo Federal de se apoderar das nossas terras, do nosso patrimônio, o patrimônio do povo do estado de Roraima.

Senhor Deputado, esta Assembleia, a Governadora Suely Campos de forma contínua para nós não deixarmos demarcar agora, há

pouco tempo, a unidade de conservação do lavrado. Vossa Excelência sabe que foi um outro atentado Governo Federal no sentido de tirar as terras, ou no Tucano, ou no Ereú. Havia outra área pretendida na região do Tesão. Vossa Excelência sabe que foi uma luta grande do Governo do Estado, desta Casa. Desta vez, também não vamos desprever de bandeiras político-partidárias e sim com a bandeira de Roraima. Trabalharemos juntos, Assembleia e Governo do Estado, por meio da Procuradoria-Geral, resguardar o direito dessas pessoas, independentemente de serem amigos, mas por serem roraimenses quando todos moraram e acreditaram. Estamos aqui prestando o nosso apoio e solidariedade, colocando-nos à disposição para, juntos, vencermos mais essa batalha. Parabéns a Vossa Excelência. Era essa a minha contribuição. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Deputada Aurelina, antes de lhe passar a palavra, quero ressaltar que o Deputado Brito citou um outro ponto importante, aquela tentativa do Instituto Chico Mendes de criar o Parque Nacional do Lavrado. Eu me lembro, ainda nem estava neste parlamento, ainda era do Poder Executivo. Nós tivemos que comandar uma operação da Polícia Militar aqui na Região da Serra da Lua para impedir a demarcação do Parque Nacional do Lavrado, isso ainda lá atrás quando o Governador Anchieta estava à frente do Poder Executivo. A Deputada Aurelina deve lembrar muito bem que mandamos a Polícia Militar para retirar marcos que já tinham sido colocados. Depois veio o segundo momento, já agora, recentemente, no ano passado, quando se pretendeu buscar aquela área e uma outra que o estado desse. Aí houve uma ação conjunta, independentemente de bandeira política, em prol do estado de Roraima e nós saímos daqui o Poder Legislativo, o Poder Executivo Estadual, lideranças do setor produtivo do nosso estado, membros do Poder Judiciário, membros do Ministério Público e fomos todos a Brasília com uma pauta sobre a criação do Parque Nacional do Lavrado e sobre o Linhão de Tucuruí. Um a gente conseguiu travar o outro ainda não conseguimos acelerar, que é a obra do Linhão de Tucuruí. O que vemos por trás disso, Deputada Aurelina, é a criação de terras indígenas em extensa área de lavrado e, além disso, a tentativa de criar, dentro da questão ambiental, o Parque Nacional do Lavrado. Por que no lavrado, Deputado Brito? Porque é no lavrado que está a melhor terra para a produção de grãos e a vocação de Roraima para o desenvolvimento econômico, para a geração de renda e de emprego é a produção de grãos. As pessoas que estão fora daqui, que dirigem essas ONG's, não querem o desenvolvimento do estado de Roraima e o meio de impedir isso, esse crescimento econômico, é impedindo a produção de grãos, é impedindo a chegada de energia segura, é continuando a dar insegurança jurídica na questão fundiária no nosso estado. Isso é o que nós devemos atacar, não podemos permitir que passemos mais 10, 20, 30, 40, 50 anos ou um século com essas ONG's impedindo o crescimento do povo de Roraima.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Deputado Chagas, nós, que vivemos o período da demarcação da área Raposa/Serra do Sol, sofremos com muita gente, foi uma grande extensão do nosso estado. Nós acompanhamos aqui e mendigamos em Brasília, com pires na mão, no STF, em todos os lugares e conseguimos, na época, pelo menos o entendimento dos Ministros, escrito em dezoito itens, de que não teríamos mais expansão de área indígena no nosso estado. Naquela época, como vossa excelência falou, tivemos a coragem de mandar barrar aquela demarcação porque estava sendo executada em áreas do estado. Hoje essas terras me assustam, Deputado Chagas. Fico me perguntando onde as pessoas querem chegar. Como tem uma decisão desse tipo em cima de uma área que é estadual se, na nossa Constituição, tem uma emenda que diz, inclusive, que mesmo o Governo, para fazer doação de grandes áreas, deve ter autorização desta Casa. E tudo isso alguém esqueceu, chega e manda demarcar esse pedaço que não tem dono. A mesma coisa está acontecendo com a área dos Pirititis. Estão lá com um documento que não é de ninguém que tenha peso no Governo Federal, de alguém que a gente não conhece, de um maranhense que se intitula indígena, o qual determinou a área dos Pirititis dentro das terras do Estado. Então, a gente tem certeza de que, a esta altura, o estado já está entrando contra essa decisão e temos certeza, para as pessoas que estão envolvidas nesse processo, tanto na região do Equador quanto na região do Anzol, de que teremos sucesso nessa empreitada, porque as leis, até onde conhecemos, estão a nosso favor. Embora a demarcação de terra indígena no estado de Roraima tenha sido à semelhança de um estupro: chegam e fazem da forma que querem. Mas a gente tem fé, confia ainda na justiça e tem o consolo de que o Governo do Estado está tomando todas as providências. Por isso, acreditamos que sairemos vitoriosos dessa vez, se Deus quiser. Obrigada.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua – Deputada Aurelina, a sua palavra nos enche de motivação. Acho que é assim que devemos proceder e reagir. Para concluir, Deputado Chico Mozart, que preside essa Sessão Plenária, a forma como eu vejo o que está acontecendo

é que, durante os treze anos do governo do PT, eles conseguiram aparelhar a FUNAI de uma ideologia para demarcar mais e mais terras indígenas, não para favorecer os indígenas, mas sim favorecer, com recursos federais, centenas, para não dizer milhares, de ONG's. Só que, de 2016 para cá, houve a mudança de governo e mudou a ideologia na questão da política indigenista em nosso País. Não ficou mais fácil, até mesmo por questão de decisão do STF, demarcar mais terras indígenas. Isso complicou a vida daqueles que defendem mais e mais terras indígenas. Olha, quem está falando aqui é quem defende também, com unhas e dentes, o direito dos indígenas e a questão ambiental. Como falei, Roraima é o estado que mais defende essa bandeira, não é à toa que tem mais de 80% da sua área comprometida com isso, mas, como não conseguiram manter a mesma política indigenista dentro da FUNAI e do Poder Executivo, buscaram agora a interferência de outro poder, o Poder Executivo. O Ministério Público Federal viu que mudou a política indigenista na FUNAI e viu que a FUNAI não teria êxito na criação de mais essa comunidade indígena no Anzol, aí movimentaram o Judiciário. Com todo o respeito ao Ministério Público Federal, acredito que induziram ao erro a magistrada. Essa é uma interferência indevida do Judiciário no Poder Executivo. Cabe ao Poder Executivo, ele é que tem o poder discricionário de determinar ou não providências para a criação ou ampliação de mais áreas indígenas. Em Roraima, existe uma determinação do STF, no caso da Raposa/Serra do Sol, de que não se deve mais criar áreas indígenas. Então, o que houve foi isso, uma mudança na política indigenista ao mudar o governo central do nosso País. Saiu o governo do PT, que aparelhou a FUNAI com essa ideologia de criação de terras e terras indígenas em todos os estados, especialmente aqui no Norte, dificultando o crescimento do setor produtivo. Com a chegada de outro governo, mudou-se essa ideologia, sentiram dificuldades no Poder Executivo e agora vem uma interferência do Judiciário, induzido ao erro pelo Ministério Público Federal. Tenho o maior respeito pelas instituições democráticas do nosso País, mas, aqui e acolá, qualquer instituição, qualquer membro, acaba cometendo erro. Na minha humilde análise, há um equívoco muito grande que induziu ao erro a magistrada que proferiu essa sentença, que é de primeira instância e vamos trabalhar para derrubá-la.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Izaías Maia** – Deputado Chagas, quero somente falar que a Raposa/Serra do Sol foi empurrada goela abaixo do povo de Roraima. Quanto à energia do Linhão Nacional de Tucuruí ainda não fizeram nada e estão enganando o povo, pois, há sete meses, o Presidente da República disse que ia tomar uma providência e até agora não fez coisa nenhuma. Agora, a situação do Anzol não respeita as famílias que estão ali há mais de cem anos. Volto a dizer, ou tem uma união total do Estado de Roraima, principalmente da força federal, senadores e deputados federais, ou vão empurrar goela abaixo tudo o que vem de Brasília para cá. Temos de nos unir e tomar uma providência, temos de entrar na justiça, temos de pedir apoio aos parlamentares federais senão vão conseguir fazer tudo o que querem. Se não nos unirmos, vamos engolir calados tudo o que eles resolverem fazer, mas, se nos unirmos, vamos pelo menos lutar até o último minuto. Como todos sabem, o Governo Federal liberou agora 13 milhões de reais para a ampliação do parque energético do Brasil e para Roraima não veio um único centavo. Como dizia o Lula: “trezentos mil votos não valem nada, tenho isso dentro da USP”. União é a palavra de ordem. Obrigado.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua – Obrigado, Deputado Izaías. Solicito à taquigrafia que inclua todos os apartes ao nosso pronunciamento, pois foram todos manifestações oportunas e de parlamentares que têm profundo conhecimento dessa questão e preocupação com esse assunto. Podem ter certeza, moradores do Anzol, essa questão é uma questão que angustia a todos os parlamentares e a todos os servidores desta Casa. Como disse o Deputado George Melo, esta Casa não vai se furtar ao seu dever de acompanhar e fazer resistência a isso, pois o povo que não tem virtude acaba por ser escravo. Tenho certeza de que todos temos virtudes e, mais ainda, temos coragem e vamos resistir a mais essa tentativa de impedir o crescimento do setor produtivo do nosso estado. Obrigado.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Não havendo mais nenhum orador inscrito para o Grande Expediente, passaremos para a Ordem do Dia:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Resolução Legislativa nº 09/17, que “altera o disposto no *caput* do art. 34 do Regimento Interno deste Poder e dá outras providências”, de autoria da Mesa Diretora. Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 004/16, que “autoriza o Poder Executivo a prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo da licença por motivo de doença em pessoa da família, de que trata o § 2º do art. 80 da Lei Complementar nº 053, de 31 de dezembro de 2001, concedida aos servidores públicos civis do Estado de Roraima, e dá outras providências”, de autoria dos Deputados Masamy Eda, Lenir Rodrigues e Francisco Mozart. Discussão e votação, em turno

único, do Projeto de Lei nº 050/15, com apenso dos Projetos de Lei nº 054/15 e 055/15, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção do tipo sanguíneo e fator RH nas cédulas de identidade e carteira de habilitação emitidas no estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria do Deputado Masamy Eda; Requerimento nº 022/17, de autoria do Deputado Soldado Sampaio, que “requer realização de audiência pública para o dia 24 de abril do corrente, às 15 horas, para tratar dos seguintes temas: a) as condições precárias de trabalho dos comerciantes de aves nas feiras de Boa Vista; b) a necessidade de regulamentação do serviço de abatimento de aves na área urbana no âmbito municipal e/ou estadual e seus efeitos para o abastecimento estadual; e c) possíveis atuações políticas e legislativas no âmbito do Estado de Roraima visando a solução do problema”; Requerimento nº 023/17, de autoria Deputado Soldado Sampaio, que “requer prorrogação de prazo, por igual período, da Comissão Especial Interna criada através da Resolução nº 037/16 para analisar e emitir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 011/16.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 023/17.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Requerimento nº 023/17.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Em discussão o Requerimento nº 023/17. Não havendo quem queira discutir, em votação. A votação será simbólica, os deputados que concordam, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento nº 023/17. Solicito ao senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Resolução Legislativa nº 009/17.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Projeto de Resolução Administrativa nº 009/17.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Em discussão o Projeto de Resolução Legislativa nº 009/17. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. A votação será nominal e eletrônica, votando sim, aprovam a matéria, votando não, rejeitam-na. Solicito a abertura do painel para votação.

Dou por aprovado em segundo turno o Projeto de Resolução Legislativa nº 009/17, por 17 votos sim, nenhum não e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei Complementar nº 004/16 e do parecer das Comissões em Conjunto.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Projeto de Lei Complementar nº 004/16 e o parecer das Comissões em Conjunto.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Em discussão, o Projeto de Lei Complementar nº 004/16.

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. A votação será nominal e eletrônica, votando sim, aprovam a matéria, votando não, rejeitam-na. Solicito a abertura do painel para votação.

O Senhor Deputado **George Melo** pede Justificativa de Voto – Peço aos colegas do G14 que votem sim ao Projeto de Lei Complementar nº 004/16.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, é importante alertar aos colegas, aos demais pares sobre a importância de conceder benefícios.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** pede Questão de Ordem – Gente, isso aqui é uma Lei aprovada. Quero fazer uma observação aqui, pois eu consegui aprovar uma Lei mudando o Regime Jurídico do Estado, a Lei 053. Ela só incluía os servidores efetivos como beneficiários e na época eu consegui tirar o efetivo e ficou só o servidor público. Hoje já existe na Lei 053, ela dá o direito para a pessoa se deslocar para qualquer lugar do Brasil por até sessenta dias, que é o limite. Depois disso, ele é encostado, ou para a previdência, quando não é efetivo ou seletivado, ou vai para a previdência do estado. Deve estar havendo um contraditório aí, é preciso que a nossa procuradoria pesquise, porque já existe essa alteração na Lei 053. Foi uma lei ainda do meu primeiro mandato, eu fiz essa alteração beneficiando todos os servidores do estado, inclusive a Deputada Aurelina me apoiou naquela época.

O Senhor Deputado **Masamy Eda** – Deputado Joaquim, eu entendo Vossa Excelência nessa discussão. Mas já existe no Regime Jurídico, a lei 053, que é por 30 dias, prorrogados por mais trinta. O que nós estamos alterando, a Deputada Lenir tem a lei.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – A lei diz o seguinte, no seu parágrafo segundo, artigo 80: “A licença de que trata o *caput*, incluídas as prorrogações, poderá ser concedida a cada período de 12 meses nas seguintes condições” [...] “por até 60 dias consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor”. Esta lei que nós estamos votando agora é,

para além desses 60 dias que o Deputado Joaquim Ruiz na época colocou, dar mais 60 por conta de o nosso estado ser longe dos grandes centros. Antes, era só 30 dias e a sua lei modificou para 60. Está correto. Agora, nós estamos modificando para mais 60. A pessoa, por exemplo, que vai de TSD ou a pessoa que é filho único, ficam inventando que estão doentes para poder acompanhar o doente. É isso que acontece. Então, essa é a modificação que nós estamos votando agora, sem tirar o brilho do avanço que Vossa Excelência fez na época.

O Senhor Deputado **Masamy Eda** – Quero parabenizar a Deputada Lenir. Deputado Joaquim, eu acho que o senhor não está entendendo, a sua lei vai permanecer, mas há casos aqui no estado de pessoas que passam mais de 60 dias. E a contar do primeiro dia, já começa a pegar falta. Essa lei vai regulamentar o caso de pessoas que passam mais de 60 dias fora do estado, comprovadamente, com paciente e aí não terão nenhum prejuízo nos seus salários.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Deputado, existe. Quem é selecionado, depois dos 60 dias, passa a receber. Me permita, é minha área. A Deputada Lenir, se ela consultar, vai ver. A Lei da Previdência estadual é clara, depois de 60 dias, ele passar a receber integral pela previdência do IPER. Eu não vou votar numa ilegalidade. Eu vou me abster, porque depois de 60 dias, a lei é clara, a lei federal está acima. Nós estamos fazendo uma coisa inconstitucional. Eu fui dentro da lei e foi através do parecer do setor jurídico. Eu não estou discutindo a minha lei, eu estou colocando para Vossas Excelências o problema da legalidade. Depois de 60 dias, qualquer servidor ligado à previdência, a consolidação das leis do trabalho, que ainda não foi alterada, passa a ter o vínculo da CLT. Se for pelo Instituto da Previdência, depois de 60 dias, ele passa a receber pelo Instituto da Previdência. Vocês podem consultar a procuradoria da Casa, pode consultar o IPER para que a gente não aprobe uma coisa que é ilegal. É isso que estou colocando e vou me abster da votação.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhor Presidente, é o seguinte, há um equívoco, com todo o respeito, porque, na verdade, isso acontece quando fica o doente, não o servidor. O servidor não vai ficar encostado, ele vai perder o seu salário. E é esse o equívoco. Aqui, nesta nova lei, nós estamos garantindo que o servidor continue tendo salário e nada tem a ver com o doente, que, se for servidor também, vai ficar recebendo pelo IPER. Aqui, nós estamos num tempo em que só está se tirando direitos dos trabalhadores, nós estamos defendendo e ampliando esse direito para que os servidores públicos e civis do estado tenha mais esse direito. Claro que nós sabemos que o servidor doente vai ficar recebendo pela previdência, mas aqui nós não estamos tratando do servidor doente, nós estamos tratando do servidor sadio que está acompanhando um ente familiar e ele vai ter mais 60 dias recebendo o seu salário para acompanhar pessoas de sua família. É isso que nós estamos alterando na Lei 053,

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Em votação. A votação será nominal e eletrônica, votando sim, aprovam a matéria, votando não, rejeitam-na. Solicito a abertura do painel para votação.

Declaro aprovado em primeiro turno o Projeto de Lei Complementar nº 004/16 por 17 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário que faça a leitura do Projeto de Lei nº 050/15, com apenso dos Projetos de Lei nº 054/15 e 055/15, e do parecer da Comissão de Justiça.

O Senhor Segundo-Secretário **Marcelo Cabral** – Lido o Projeto de Lei nº 050/15, com apenso dos Projetos de Lei nº 054/15 e 055/15, e do parecer da Comissão de Justiça.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Em discussão o Projeto de Lei nº 050/15, com apenso dos Projetos de Lei nº 054/15 e 055/15.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhor Presidente, a importância desse projeto é para facilitar a identificação do tipo sanguíneo e fator RH. Inclusive, dizer o tipo na carteira de identidade. Houve uma emenda modificativa para retirar da carteira de habilitação por ser um documento nacional. Então, ficou apenas na carteira de identidade. Em um estado como o nosso, como a Polícia Militar e os bombeiros já têm no uniforme, isso facilita, em caso de acidente, salvar a vida da pessoa. Não vai ter que tirar o sangue para descobrir o fator RH, inclusive da população pobre para quem você pergunta o tipo sanguíneo e fator RH e a pessoa não sabe. Então, eu acredito que ajuda a população a ter condição de um melhor atendimento em casos de emergências. E nós, Parlamentares, temos que nos preocupar com isso. Por quê? Porque aqui nesta Casa eu já vi ser aprovada tanta lei, inclusive inconstitucional. E algo que é para organizar o estado e dar um amparo de assistência rápida aos cidadãos, as pessoas ficam no equívoco de achar que não podem, não devem. Para o projeto chegar até este momento, nós tivemos vários pareceres. Inclusive, quero agradecer e elogiar o parecer do Deputado Francisco Flamarion Portela pela clareza das ideias que dispôs no seu relatório. Não fez apenas um relatório de modelo, fez realmente um relatório

consistente, explicativo, que nos garante a tranquilidade de votarmos esse projeto para o bem da sociedade roraimense.

O Senhor Deputado **Masamy Eda** – Quero discutir, Senhor Presidente, só para parabenizar mais uma vez a Deputada Lenir Rodrigues e aos Deputados desta Casa. Me sinto honrado em participar desse projeto, uma vez que ele já existe em outros estados e vai facilitar a vida daquela pessoa que, no futuro, pode necessitar de um serviço desses. Agora, Deputados, aqui em Boa Vista e em Roraima mais de 60% da população não sabe o seu fator RH. Antes de fazer esse projeto, nós andamos, pesquisamos e vimos a necessidade de pessoas diabéticas, que têm problemas de saúde. E este projeto, tenho certeza, Deputado Joaquim, de que vai facilitar tanto para o profissional como para a pessoa que vai ser beneficiada no dia a dia. Então, quero agradecer mais uma vez e parabenizar toda esta Casa pelo apoio.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Em votação. A votação será nominal e eletrônica, votando sim, aprovam a matéria, votando não, rejeitam-na. Solicito a abertura do painel para votação.

Declaro aprovado em turno único o Projeto de Lei Complementar nº 050/15, com apenso dos Projetos de Lei nº 054/15 e 055/15 por 16 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que as Comissões de Constituição, Justiça e Redação Final possam analisar e emitir parecer à Mensagem Governamental de veto nº 23/17 e ao Projeto de Decreto Legislativo nº 19/17.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Havendo quórum regimental, damos por reaberta a presente Sessão. Nós temos em Mesa o Requerimento do Deputado Soldado Sampaio, que tem por objetivo mudar a data da audiência pública que estava inicialmente marcada para o dia 11, mas coincidiu com outro evento da Casa, por isso ficou prejudicada a audiência que foi aprovada a pedido do Deputado Sampaio. O objeto é para transferir para o dia 24 de abril a audiência pública.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, são dois requerimentos distintos, esse requerimento que eu apresentei solicitando audiência pública realizada pela Secretaria de Administração, Comércio e Turismo e uma audiência pública realizada pelas duas comissões, na próxima segunda-feira, para tratar da questão do abatimento de aves no município de Boa Vista e no estado. Hoje, a vigilância sanitária, a ADER, sob a adesão do Ministério Público, está fechando os abatedouros, aqueles pequenos empreendimentos na feira do produtor, o que é um prejuízo enorme. Mais de 100 pessoas estão ficando desempregadas, sem falar na quantidade de produtores que estão tendo prejuízo. Então, convocamos essas entidades para audiência pública, na segunda-feira, e demais Deputados na comissão de Administração e Serviços Públicos e Comissão de Comércio. É outro objeto. Será outro requerimento que apresento amanhã.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Realmente, é um requerimento importante, Deputado Sampaio, porque a gente percebe que esse movimento dos órgãos fiscalizadores está prejudicando o comércio dos pequenos produtores. Em discussão o Requerimento. Em votação. Os Deputados que concordam com o Requerimento permaneçam como estão. Aprovado. Está encerrada a Ordem do Dia, nós estamos nas Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Gostaria de convocar os membros da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa: os Deputados Izaías Maia, Dhiego Coelho, Soldado Sampaio, Angela Águida Portella, para reunião ordinária logo após a Sessão.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente Sessão. Convoco outra para o dia 19, à hora regimental. Registraram presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galetto.**

ATA DA 2594ª SESSÃO, EM 2 DE MAIO DE 2017.
53º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS
(Em exercício)

Às nove horas do dia dois de maio de dois mil e dezessete, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quingentésima nonagésima quarta Sessão Ordinária do quinquagésimo terceiro Período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de

Roraima.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário, Deputado Masamy Eda, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Masamy Eda** - Lida a Ata.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:

Mensagem Governamental nº 29, de 26/04/17, encaminhando, para apreciação, o Projeto de Lei Complementar que “institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Agentes Penitenciários do Estado de Roraima, regulamenta o ingresso na carreira e dá outras providências”.

Mensagem Governamental nº 30, de 27/04/17, comunicando veto total ao Projeto de Lei nº 024/2017, que “dispõe sobre a fixação de tarifa de esgoto sanitário no âmbito do Estado de Roraima e dá outras providências”.

RECEBIDO DO TRIBUNAL DE CONTAS:

Ofício nº 003, de 27/04/17, da Conselheira do TCE/RR, solicitando informações acerca da competência do Poder Legislativo no que dispõe o § 1º do art. 2º da Lei 499/2005, que se refere à prorrogação de duração das Secretarias de Estado Extraordinárias.

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Projeto de Lei s/nº, de 25/04/17, do Deputado Mecias de Jesus, que “dispõe sobre a criação do Adicional de Especialização em Atividades de Operações Especiais para os Policiais Militares do Batalhão de Operações Especiais – BOPE, no âmbito da Polícia Militar do Estado de Roraima, e dá outras providências”.

Projeto de Lei s/nº, de 25/04/17, do Deputado Gabriel Picanço e outros, que “altera a Lei nº 1038, de 1º de abril de 2016, que estabelece parâmetros para remissão, negociação e parcelamento de dívidas resultantes de operações de crédito contratadas junto ao extinto Banco do Estado de Roraima S/A – BANER e dá outras providências”.

Indicação s/nº, de 27/04/17, do Deputado Masamy Eda ao Governo do Estado, para providências em relação à situação de abandono do prédio da antiga Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESP), localizada na Avenida Ene Garcez, no centro desta Capital.

Indicação s/nº, de 27/04/17, do Deputado Masamy Eda ao Governo do Estado, para construção de uma ponte na Vicinal 37, Vila Nova Colina, Município de Rorainópolis-RR.

Memorando nº 15, de 25/04/17, do Deputado Valdenir Ferreira, informando sua ausência nas sessões ordinárias dos dias 25, 26 e 27 de abril do corrente ano.

Memorando nº 32, de 27/04/17, do Deputado Marcelo Cabral, informando sua ausência na Sessão Plenária do dia 27 de abril do corrente ano.

Memorando nº 64, de 26/04/17, da Deputada Lenir Rodrigues, informando sua ausência nas sessões ordinárias dos dias 26 e 27 de abril do corrente ano.

DIVERSOS:

Ofício nº 291, de 13/04/17, do Ministério da Justiça e Cidadania – Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura – MNPCT, apresentando o relatório das visitas realizadas nas unidades de privação de liberdade do estado de Roraima.

Ofício nº 125, de 18/04/17, da Defensoria Pública do Estado de Roraima, encaminhando cópia do Relatório de Inspeção realizado por membros da Defensoria Pública do Estado na Penitenciária Agrícola do Monte Cristo.

Comunicado nº AL007495, de 12/04/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Secretaria de Estado de Educação e Desporto - SEED, no valor de R\$ 592.093,40.

Correspondência s/nº, de 10/04/17, da Associação Brasileira da Indústria, Comércio e Serviços de Tecnologia Assistiva – ABRIDEF, ao Presidente desta Casa Legislativa, requerendo implementação e/ou adequação dos recursos de acessibilidade nos meios de comunicação televisivos em relação ao percentual de acerto para pessoas surdas, de forma imediata.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente, há dois oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores presentes, imprensa, colaboradores da Casa, público aqui presente, bom dia. Senhor Presidente, o que me traz à tribuna hoje é simplesmente para que relembremos um pronunciamento feito por mim, no dia 19 de abril, fazendo uma cobrança a esta Casa Legislativa, para que a Mesa Diretora apreciasse um Projeto de Decreto Legislativo impetrado por mim, com a assinatura de todos os deputados que estavam presentes, com o objetivo de sustar a aplicação dos anexos III, IV, V, VI, VII e VIII da Lei 1157, de 29 de dezembro de 2016, aprovada por esta Casa. A ementa desta Lei estabelece normas para a cobrança de custas nos serviços forenses e emolumentos extrajudiciais a que se referem os artigos 24, inciso 4º, e artigo 98, parágrafo 2º, da Constituição Federal, e o controle da sua arrecadação no estado de Roraima. Pois bem, considerado por todos nós roraimenses que a aprovação desta Lei trouxe prejuízos, sobretudo para o contribuinte, para aqueles que querem fazer suas escrituras, para aqueles que querem entrar com uma ação judicial, para aqueles que precisam dos cartórios de qualquer forma ou de qualquer maneira. Fui demandado em meu gabinete e, por isso, entrei com esse Projeto de Decreto Legislativo. Só que, aqui e agora, Senhor Presidente, esse Projeto perde seu objeto porque o assunto já foi assim resolvido pelo Tribunal de Justiça. Senhor Presidente, o deputado Jalser e o deputado Flamarion Portela estiveram comigo no Tribunal de Justiça, por pelo menos três vezes, em reuniões com o Desembargador Mauro Campelo, Corregedor daquela Casa, com o Doutor Rodrigo Furlan, que o representou em uma das reuniões em que estiveram presentes os representantes dos sindicatos da construção civil, sindicato da habitação, representantes da FECOMÉRCIO, da Federação da Indústria, da Federação da Agricultura, do Clube dos Diretores Lojistas, das Federações das Associações Comerciais e Industriais de Roraima e do próprio Conselho Regional dos Corretores de Imóveis. Como houve uma recepção do Tribunal de Justiça, nós demos andamento às conversas e trouxemos esse assunto para o Plenário desta Casa, mais precisamente no dia 19 de abril, Deputado Jalser Renier, quando Vossa Excelência esteve aqui e, inclusive, fez um aparte. Impetramos um Projeto de Decreto Legislativo que, agora, ressalto e repito, perde o objeto por conta de uma decisão do Tribunal de Justiça por meio do Desembargador Almiro Padilha. E aqui, Deputado Jalser Renier, quero elogiar essa decisão. Diz no relatório: “Preambularmente, por dever de lealdade aos meus pares desse colegiado, integrantes do Poder Legislativo, à chefe do Poder Executivo e à comunidade jurídica do Estado, não posso deixar de declarar, assim como fiz na Ação Direta de Inconstitucionalidade, processo PGE, que projeto da lei hora impugnada foi aprovado pelo pleno deste tribunal e encaminhado à Assembleia Legislativa durante a minha gestão como presidente deste tribunal. Apesar de a matéria ter sido amplamente analisada pelos setores técnicos do tribunal, não tenho como admitir alguns equívocos, cuja ausência de correção acaba por ofender objetivos fundamentais do Estado de Roraima como a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Outrossim, ressalto que, há menos de uma semana, em plantão judiciário, deferi medida liminar para suspender a cobrança de custas judiciais em ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo Conselho da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil. Vale ressaltar que a OAB entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade das custas judiciais e nós pleiteamos aqui nesta Casa um Decreto Legislativo para suspender as custas cartoriais, extrajudiciais. O Desembargador Almiro reconheceu, numa ação direta de inconstitucionalidade provocada pelo Partido Político Solidariedade, os mesmos termos do Deputado Jalser, que preside o partido e entrou através do partido, foi feito o nosso decreto legislativo aqui nesta Casa. Portanto, da mesma forma que entramos aqui e não foi amplamente debatido e discutido, de antemão reconheço que não seria aqui o instrumento ideal sustar. Vossa Excelência, através de um partido político, entrou com Ação Direta de Inconstitucionalidade e o Tribunal de Justiça, através do Desembargador Almiro, reconheceu que havia erros nessa lei e que precisamos corrigir. No meu pronunciamento do dia 19, eu disse para os colegas e imprensa do Estado de Roraima que, assim como reconheci, à época, a votação rápida da obrigatoriedade da instalação de chips eletrônicos, mas depois assumimos o erro e o corrigimos, também reconhecemos agora que a votação desse projeto não tinha a análise necessária por parte desta Casa. Nós, Deputados Estaduais, reconhecemos, através da tribuna desta Casa, e tive a assinatura de 16 deputados. Agora, o Presidente desta Casa, através do partido Solidariedade, entra com ação e o Tribunal de Justiça concede Ação Direta de Inconstitucionalidade, logo,

deixam de vigorar esses valores abusivos propostos pelo Tribunal de Justiça e aprovados por esta Casa. O que eu quero dizer é que ganhou a sociedade, ganharam aqueles que estavam pagando esses valores abusivos, ganhamos nós da Assembleia Legislativa quando reconhecemos, de público, que temos de nos aprofundar muito mais nessas proposições, sobretudo nas proposições que vêm dos Poderes, de modo que aprovemos leis justas, como disse aqui o próprio Desembargador.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jalser Renier** – Em primeiro lugar, deputado, agradeço a deferência ao meu partido feita por Vossa Excelência. Na última reunião que tivemos com a Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, nós tentamos buscar uma solução pacífica para o problema que estava diante dos nossos olhos, um problema realmente sério porque envolvia todos os segmentos da sociedade roraimense. Todas as categorias nos procurando e, em algum momento, foi dito na reunião que a Assembleia Legislativa teria que ter mais atenção nessa questão das votações em relação àquela corte institucional que é o TJ. Ocorre que, durante muitos anos, a Assembleia Legislativa sempre teve uma boa relação, principalmente de confiança, com o Tribunal de Justiça. É de praxe que os projetos vindos do Tribunal de Justiça para esta Casa sejam aprovados sem nenhuma ressalva, nós sempre aprovamos dentro do que está estabelecido e concretizado por eles, então, no ano passado, no dia 29 de outubro, nós cometemos um erro, um erro por excesso, o qual eu compartilho entre todos os três poderes. Primeiro, o Judiciário que, com certeza, aprovou a Lei, aprovou uma decisão para enviar para a Assembleia Legislativa que não compactava muito a realidade do Estado. Depois, a Assembleia Legislativa, que não se atentou para o que estava aprovando, e, por fim, o Governo do Estado, que não se atentou para o que estava sancionando. Então, na verdade, foi um conjunto de erros, que foram divididos de maneira igualitária. O que eu propus nessa ação o Solidariedade entrou, em respeito ao trabalho de Vossa Excelência, que foi condutor desse Projeto, Vossa Excelência, que sempre foi entusiasmado em resolver essa questão. Eu só contrapus a questão do Decreto Legislativo pelo impasse da inconstitucionalidade e pelo fato de ele enfrentar o nosso Regimento Interno de maneira contrária. A Ação Direta de Inconstitucionalidade, diga-se de passagem, foi promovida por membros aqui desta Casa, pela Assessoria Jurídica da Assembleia Legislativa. A Assessoria Jurídica da Assembleia, até as onze horas da noite, trabalhou nessa ação para que a gente apresentasse ao Judiciário. Uma situação divergente do que estava ali diante dos nossos olhos. Então eu acho que esse trabalho foi um trabalho a quatro mãos, não foi só uma vitória da Solidariedade, foi uma vitória de todos os consultores jurídicos desta Casa, do superintendente legislativo e dos consultores que estão aqui, que trabalharam diuturnamente para que a gente pudesse ter sucesso nessa Lei. Hoje a lei está paralisada até a votação da ADIN, o que nós vamos fazer, e aí eu me comprometi com o próprio Tribunal de Justiça, é que nós vamos fazer uma lei a quatro mãos, de modo que nem prejudique o Tribunal de Justiça nem prejudique os cidadãos roraimenses e tampouco prejudique as instituições. Essa é a nossa intenção, criar um Projeto a quatro mãos, desde que nós apalavremos esse Projeto, analisado pela corte do Tribunal de Justiça, referendado pela Assembleia Legislativa e sancionado pelo Governo do Estado. Aí, sim, nós vamos ter um planejamento melhor, porque nós não queremos que os cartórios do interior fechem. Com essa tabela que está aí, realmente os cartórios estão sofrendo algumas penalidades e nós precisamos evoluir para que o Tribunal de Justiça envie logo, o mais rapidamente possível, em consonância com os direitos dos cidadãos, um Projeto que possa ter uma equidade, de tal maneira que todos os poderes possam ser agraciados com esse benefício, mas, principalmente, a população.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua – Eu quero pedir à taquigrafia que insira o aparte do Deputado Jalser ao meu pronunciamento. Dividir aqui com todos os deputados o mérito que Vossa Excelência intitulou, de construtor dessa providência. Eu lhe digo, com todos os deputados, em especial com o Deputado Flamarion Portela, que esteve comigo, por duas vezes, nas reuniões do Tribunal de Justiça, nós encabeçamos esse posicionamento, portanto, encabeçamos essa providência. Mas, o que eu quero dizer aqui, Deputado Jalser, é que foi importante sim a participação de todos os deputados, a participação do partido na Ação Direta de Inconstitucionalidade. Nós já tínhamos uma ação pronta, iríamos entrar pelo PCdoB, partido do deputado Sampaio, mas Vossa Excelência foi mais rápido, mais ágil, entrou no plantão de domingo, portanto, o mérito de se antecipar ao fato é de Vossa Excelência, é do partido. Mas, quem ganhou de verdade, Deputado Jorge Everton, foi o povo do nosso estado, aqueles que demandaram em nossos gabinetes e que estavam aí nessa situação gritante de pagar valores considerados abusivos. Muitas vezes nem pagaram, por não ter como. Incurriamos aí na possibilidade de ter vários contratos de gaveta, simplesmente porque os contratantes não tinham condições de pagar essas custas cartoriais. Portanto, está de parabéns a Assembleia Legislativa,

também o Tribunal de Justiça no voto e relatório do Desembargador Almiro Padilha quando reconhece e deixa público que houve realmente equívocos. Portanto, nós desta Casa Legislativa, que votamos e somos cobrados a liberar esses assuntos com mais profundidade, fiquemos atentos. É a segunda vez que venho a essa tribuna reconhecer erros e, nas duas vezes, nós conseguimos vencer com a ajuda do Tribunal de Justiça, como foi com a questão do DETRAN e como foi agora com a questão das custas cartoriais. Que a gente possa se aprofundar mais nos assuntos para não incorrer nesses erros.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Deputado Brito, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento oportuno, o momento é bom para que nós possamos usar a carapuça, porque todos erramos. Há poucos dias, eu dei uma entrevista numa rádio e eu disse que tinha sido um erro nosso, que nós tínhamos aprovado o projeto às pressas e que ninguém olhou, porque é praxe todos nós aprovamos projetos, porque quem estuda o projeto é o relator. Então, é normal, depois que o relator emite seu parecer, os demais acompanham se não tiver alguém do lado para dizer “olha! Tem esse erro aqui?”. Como disse o deputado Jalser, nós sempre tivemos um bom relacionamento com os demais poderes. Então, o projeto veio do Tribunal de Justiça e se acreditou que estava dentro daquilo que era esperado. Votamos. Então, o erro veio do Tribunal, passou pela Assembleia, foi parar no Governo do Estado e a governadora sancionou. Então, é bom que todos usem a carapuça e assumam que erraram, pois o próprio Tribunal de Justiça desfêz, nesse momento, essa injustiça que fez com a sociedade de Roraima.

Nesse mesmo sentido, Deputado Brito, eu quero aproveitar para pedir o apoio de Vossa Excelência e dos demais Deputados. Eu apresentei aqui na Casa um projeto de lei que reduz as taxas da Agência de Desenvolvimento do Estado de Roraima. Se, no mínimo, não for absurdo, ela é incoerente demais. Para o senhor ter ideia, em uma GTA, Guia de Transporte Animal, para transportar um boi, você paga 27 reais. Se você transportar 22 bois no mesmo carro, você vai pagar vinte e sete reais. Mas se você estiver levando um porco e um carneiro, paga 54 reais, porque eles caracterizam a GTA por animal, não por quantidade. Então, se você tiver um caminhão levando 50 bois, você vai pagar 27 reais. O coitado do colono que leva um porco, paga 27. Se ele levar um porco e uma galinha, vai pagar 54 reais e uma multa para o pequeno produtor do interior de 600, 1.000, 1.600 reais. Alguns técnicos querem multar para gerar recurso para Agência de Desenvolvimento do Estado. A Agência tem feito um bellissimo trabalho, a gente não discute isso, parabéns para o nosso estado por estarmos livre da febre aftosa, mas essas taxas que estão sendo cobradas dos nossos produtores rurais são injustas. Eu vi há poucos dias, no município do Amajari, um produtor que estava indo para Pacaraima levava uma vaca e um cavalo, só que só tinha uma GTA. Multaram-no e ele teve que pagar uma outra GTA além da multa. Tinha outro com 22 bois que só pagou 27 reais. Isso é uma injustiça tremenda com o pequeno, com o grande produtor, que é aquele que produz. Se, por acaso, levar uma galinha, ele tem que pagar a GTA, mesmo que seja para ele comer. Nós estamos revendo isso nessa proposta de lei que apresentamos e tenho absoluta convicção de que terei o apoio de Vossa Excelência e dos demais Deputados. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua – Obrigado, Deputado Mecias, peço também que a taquigrafia insira o seu aparte no meu pronunciamento.

Deputado Mecias, acredito que a GTA dentro do mesmo município, e até fora do município, quando não for para fins comerciais, sendo o transporte animal de uma para uma outra propriedade para engorda, não deveria haver essa cobrança. Haja, sim, o guia de transporte animal para que a Agência tenha conhecimento da movimentação desses animais, mas que não haja essa cobrança. A cobrança tem que se dar em cima do produtor que aufera lucro. Ao fazendeiro que está vendendo para o açougue que vai transportar aquele animal, aí sim cabe auferir resultados financeiros. Para o colono que leva uma galinha, muitas vezes para o consumo, o valor do GTA é muito maior que o valor da galinha, Tenham muito cuidado com os produtores, que muitas vezes passam a semana inteira trabalhando de sol a sol ou até de lua a lua, passam pela madrugada, e no final de semana trazem uma galinha para casa, um, dois, três litros de leite para família, para o consumo próprio, e lhes são imputadas essas barreiras com cobranças. Nós temos que nos aprofundar nesse projeto aqui na Assembleia e fazer como não fizemos nessa lei que agora reconhecemos, aprovar uma lei justa. Uma lei para que possamos olhar as pessoas olho no olho, olhar de igual para igual, porque estamos legislando para atender as demandas do nosso povo e da nossa gente. Portanto, nada mais valioso que o parlamento. Tenho certeza de que, quando fomos convidados a ir no Tribunal de Justiça por essas Associações, por esses representantes, se não tivéssemos ido, se não tivéssemos reconhecido que houve esse erro, se não tivesse feito aqui o

pronunciamento no dia nove levantado essa questão, o Deputado Jalser, de imediato, ligado para a presidente e não tivesse havido essa conversa, ainda estariam sendo cobradas essas taxas exorbitantes. Foi um trabalho feito aqui pelo parlamento porque nós temos a obrigação, repito, de aprovar leis que atendam as demandas da sociedade e não com algo que venha prejudicar.

Portanto, parabéns ao Parlamento, em especial ao povo do nosso estado e aos demandantes dessa proposta.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo** – Deputado Brito, o nosso estado demorou muito para sair da febre aftosa. Foi um trabalho extremamente difícil. Sou uma pessoa extremamente crítica ao Governo, até porque Vossa Excelência sabe que as coisas desse Governo são feitas de uma maneira que as pessoas não tem o apoio de que precisam. Eu iria fazer um pronunciamento, mas, em virtude da cirurgia que eu fiz, deixei para a próxima sessão. Mas, com relação à ADERR, eu quero parabenizar. A ADERR fez um trabalho belíssimo. A gente tem que reconhecer que foi feito um trabalho de cima para baixo, que hoje nos dá condições de rever algumas situações. Sempre vai ter um cidadão querendo burlar o serviço que está sendo feito pela ADERR. Por exemplo: o cara tem 200 cabeças e ele vai dizer “não, eu só tenho 10 e preciso passar”. Então, é preciso que, nessas mudanças aqui que vamos fazer, a gente tenha a extrema sensatez para não prejudicar amanhã e Roraima venha ter aftosa de novo. Quero dizer que eu concordo com que a pessoa que traz uma galinha tenha que passar. Eu acho que a pessoa que está trazendo 10 quilos de carne para comer na cidade tem que passar. Agora, quando você começa a flexibilizar, pode ser que a gente volte à aftosa. Então, eu gostaria que nós, legisladores... Eu sei que nós estamos nos aproximando da eleição e, como eu disse, sou extremamente crítico desse governo, porque veja bem: a nossa população está sem segurança e o Governo contrata uma empresa de Manaus para contratar carro enquanto nossos policiais não têm gasolina para andar. Isso eu critico. Mas, com relação à ADERR, eu acho que tem que ser feito um trabalho muito medido, sem politicagem porque, se a ADERR deixar voltar a aftosa, quem perde é o estado. Vamos perder o setor que está começando agora a desabrochar e não vamos conseguir ver esse setor se firmar por conta de leis injustas que a gente vota. Eu gostaria, não como Deputado de oposição ou aliado, mas como cidadão, morador deste estado que quer que as coisas deem certo, a gente tem que dar a mão à palmatória para as coisas que dão errado. Tem tanta coisa neste governo para a gente falar que a ADERR é um negócio pequeno. Aqui é a Casa do povo e todos têm direito ao debate. Vossa Excelência está de parabéns pela sua fala na manhã de hoje. Obrigado.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua – Agradeço pelo seu aparte. Vossa Excelência não fala apenas como deputado de oposição, mas como deputado atuante que é de Roraima e conhece o estado, tem conhecimento político, foi vereador por várias vezes e já é Deputado de segundo mandato. Os elogios que Vossa Excelência fez à ADERR são mais do que justos, nunca se avançou tanto em defesa animal como se avança agora. Para que nós legisladores possamos aprovar essa proposição do deputado Mecias e uma do Governo do Estado, para que possamos deliberar e aprovar uma lei de forma justa, nada melhor do que ouvir os setores, ouvir a própria ADERR, ouvir aqueles que estão no interior produzindo, ouvir, em comissão, representantes da ADERR, dos setores produtivos, industriais, da indústria de carne do nosso estado e, assim, não aprovarmos uma lei injusta. Gostaria de agradecer e desejar uma feliz semana para todos. Obrigado.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** pede Questão de Ordem – Deputado Chagas, só para informar a Vossa Excelência a ciência do TJ através do Oficial de Justiça, a notificação dando conta de que está valendo, a partir de agora, a decisão que foi liminarmente concedida através do nosso partido Solidariedade. Portanto, fica valendo a tabela anterior. A partir deste momento, qualquer cidadão comum ou instituição que desejar fazer sua certidão vai pagar os valores da tabela passada. O que precisamos fazer agora é procurar a Corregedoria e a presidência do TJ, pegar as categorias, elaborar um projeto, uma proposta satisfatória para todos os segmentos e a Assembleia fazer um compromisso de que não vai alterar desde que haja um entendimento com todas as categorias.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Fica registrada a informação do Deputado Jalser da decisão da liminar que suspende a eficácia da lei que instituiu novos valores cartoriais e liminarmente estabelece que se aplicam os valores anteriormente em vigor. Parabéns ao Deputado Jalser e ao Partido Solidariedade pela iniciativa. É um dos que tem legitimidade para propor ação, uma iniciativa importante e que vem atender ao clamor da sociedade roraimense. Teremos tempo agora para discutir aqueles valores que realmente são justos nas cartas cartoriais. Queremos Registrar a presença do ex-deputado constituinte Otoniel Ferreira de Souza, presente no plenário desta Casa. Com a palavra, o Senhor Deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Bom dia, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, demais membros da Mesa. Bom dia a todos que estão presente acompanhando a Sessão ao vivo e também através da TV Assembleia. Também aos servidores desta Casa que estão aqui ao nosso lado nos ajudando. Senhoras e Senhores, eu venho à tribuna fazer um discurso em defesa dos servidores deste estado.

Deputada Angela, a maré não está para peixe, como diz o ribeirinho. Temos tido vários retrocessos no país, em especial na Câmara dos Deputados, retirando direitos trabalhistas. Estou falando da Reforma da Previdência, da Reforma Trabalhista e da Lei de Terceirização. Até entendo que essa reforma seja necessária, mas que se faça uma reforma discutindo com o povo, com os trabalhadores, com a sociedade. Até é bom para o governo ter maior apoio popular, sem menos problemas. Não como o governo que está aí, que vive todos os dias numa defensiva permanente de explicar o inexplicável ao povo brasileiro. O atual governo com o atual congresso não têm condições de fazer essa reforma que tanto o estado precisa. Estão fazendo uma reforma de “goela abaixo”, colocando para os trabalhadores pagarem o preço na previdência. Ontem, dia 1º de maio, nós tivemos um dia de festa em todo o país. Mas não foi assim em todo o país e não foi assim em Roraima. E, em especial, para os servidores públicos do Executivo. Nós não conseguimos conceder a reposição salarial dos servidores em 2016, os 4,5% previstos no orçamento. Não conseguimos, até então, conceder a reposição salarial em 2017 apesar de a governadora ter anunciado que vai dar a reposição salarial em outubro, com data retroativa a primeiro de maio, com recursos da repatriação. Sobre isso, eu conversei com algumas pessoas ligadas ao Governo e li ontem na Folha de Boa Vista que a governadora se comprometeu com a reposição salarial, mas alegou que o estado não tem dinheiro para pagar essas contas, que seriam em torno de quatro milhões e meio a mais, por mês, para cumprir a revisão salarial. Nós sabemos as dificuldades do estado, a crise financeira que o país passa. E também reconhecemos os avanços do Governo do Estado para com os servidores. Ontem, a equipe da governadora fez uma menção de várias conquistas que não foram concedidas em governos anteriores, como o Plano de Cargos e Salários do Quadro Geral. Nós temos servidores do estado ganhando em média um salário-mínimo, tem que ter um complemento. Com o advento do Plano de Cargos e Salários, os servidores dobraram o salário chegando até dois mil reais, servidores do quadro geral tendo várias gratificações incorporadas nesse plano. Nós reconhecemos que a governadora avançou bastante na convocação dos servidores concursados e servidores convocados e homologados na saúde. Reconhecemos que houve outros planos de cargos e salários aprovados pelo atual governo, mesmo em crise. Temos que dar mãos à palmatória e reconhecer. Agora, no tocante à revisão salarial, que é um direito constitucional dos servidores, não podemos abrir mão. Eu quero apelar para a senhora governadora, da qual sou aliado e faço parte da base. Entendo como direito líquido e certo a revisão salarial do Executivo. O que me preocupa, Senhoras e Senhores, é que estamos criando no estado duas classes de servidores, uma classe que tem direito à revisão e a outra não. Os poderes, e é uma discussão latente nesta Casa, estão muito bem recepcionados nas suas demandas de orçamento de duodécimo, ao ponto que o Executivo, por várias vezes, no ano passado, atrasou o duodécimo dos poderes alegando o grau e o tamanho, o montante que é o dos poderes. Aí, Deputado Naldo, nós vivenciamos e aprovamos nesta Casa várias reposições salariais dos poderes, dos servidores, que é legítimo e de direito, sem problema nenhum. É justo, mas não podemos ter dois tipos de servidores nesse estado. Servidor do Legislativo, Executivo, Judiciário, Defensoria, Ministério Público, todos são servidor do estado, é o mesmo patrão, é a mesma fonte, não é o FPE que tem a receita própria, todos estão a serviço da sociedade. Os servidores dos poderes têm avançado com nosso apoio e devido reconhecimento, mas não podemos continuar com essa política equivocada, ou tem pra um, ou tem pra todos ou não tem pra nenhum. Nessa linha, quero fazer uma indicação à Governadora Suely Campos e cobrar dela que faça um esforço, enxugue, aperte onde tem que apertar, mas conceda a revisão salarial a partir de maio. Ela tá jogando para repatriação, é uma boa estratégia, boa sacada, está se comprometendo com esse recurso oriundo da repatriação com retroativo a maio. A questão é que quem ganha um ou dois salários-mínimos não tem condições de fazer poupança, quem ganha mil e duzentos, dois mil reais de salário, vive eternamente no vermelho, pagando o cartão pra fazer o rancho no mês seguinte, pagando o comércio, a quitanda, como é chamado no Nordeste, para fazer a compra do mês seguinte. Então, quero aqui apelar à Governadora Suely para fazermos, juntos, algum esforço. Ela vai alegar, com sua equipe econômica, que não tem recursos em caixa e que prefere não dar revisão do que atrasar a folha de pagamento, essa é a preocupação do Governo. Temos vontade de reconhecer, mas corremos o risco de dar revisão salarial e não cumprir o calendário de pagamento estabelecido, o que foi um avanço do Governo em relação aos servidores. Acho que dá para

fazer, apertar, conceder a revisão e manter o calendário em dias. É nesse sentido que quero apelar ao Executivo. Quero apelar, mas tem um dispositivo, Deputado Chagas, Presidente da Comissão de Orçamento, que colocamos na LOA que diz: “se houver excesso de arrecadação, esse excesso será compartilhado pelos poderes e, a cada trimestre, o Governo fará um balanço”. O Governo já fez esse balanço, estou com ele em mãos. Em virtude das vendas para Venezuela, houve um *superavit* de 22 milhões nesse primeiro trimestre, e o Executivo tem que compartilhar na proporcionalidade entre os poderes. E aí quero fazer um apelo ao Tribunal de Justiça, que teve seu orçamento atendido em cima da revisão salarial, em cima do IPCA, algo em torno de 15 milhões foi adicionado a pedido do TJ e essa Casa contemplou, e esta Casa se contentou apenas com IPCA do orçamento anterior, houve incremento significativo. Ministério Público não foi diferente. Resumindo, os poderes podem não estar cem por cento satisfeitos, sempre dinheiro vai faltar, mas, razoavelmente, foram atendidos por esta Casa. Quero pedir um ato de grandeza, generosidade, dos poderes para que possamos abrir mão desse *superavit* primário, desse excesso, e o deixarmos no Executivo, com o compromisso de que o Executivo destinará para pagar a reposição salarial dos servidores. Este é o meu chamamento, apelo ao poderes. Defensoria Pública tem seu duodécimo, o Tribunal de Contas, esta Casa, Tribunal de Justiça e de forma alguma podemos permitir que, mais um ano, os servidores ficarão sem reposição salarial ou receberão a partir de outubro com retroativo a maio. Então, gostaria que minha fala tivesse eco e esta Casa pudesse encabeçar e que a base governista pudesse compreender, somar com a gente força política para convencer a equipe econômica do Governo, convencer a governadora a dar reposição salarial dos servidores. É um clamor único dos servidores que contam com essa reposição salarial. Sei que a governadora tem boa vontade para com os servidores, como mencionei aqui, houve vários avanços, mas precisamos primeiro dar aquilo que é de direito, garantir o que é de direito, que é a reposição salarial. Depois discutimos os avanços categoria por categoria, nesse sentido, nessa conjuntura política que vivemos, na qual querem tirar os direitos dos trabalhadores de todo o país. Quero apelar para o Executivo ir na contramão, reconhecer e valorizar os nossos servidores públicos que estão, são comprometidos com o bem-estar da sociedade roraimense. Apelar mais uma vez para a nobreza e compreensão, para não termos que criar duas categorias de servidores, uma que tem direito à revisão e outra que não tem. Para isso, precisa desse ato de compreensão, entender que os poderes fazem parte do Estado, é um todo, e todos a serviço do povo Roraimense, para prestar um bom serviço, tanto o trabalhador do Executivo, Legislativo, Tribunais, Ministério Público, Tribunal de Contas, Defensoria precisa estar motivado, valorizado e reconhecido. Nessa linha, quero pedir à Mesa Diretora que possa encabeçar junto com a base esse movimento, são 22 milhões de *superavit* primário. Desses 22 milhões, temos aí a vinculação da saúde, da educação, que não se pode discutir, mas temos uma boa margem ainda que pode ser destinada a essa reposição salarial, Deputado Gabriel, já que, se for 4,5%, só precisaremos de algo em torno de 40 milhões para conceder a reposição salarial dos servidores durante todo o ano de 2017. Então, quero deixar este apelo a esta Casa, à Mesa Diretora, aos representantes dos poderes que têm duodécimo e, acima de tudo, esse apelo à Governadora do Estado de Roraima para que conceda a revisão salarial dos nossos servidores. Era isso, muito obrigado. Vou protocolar, Senhor Presidente, ainda hoje, essa indicação ao Executivo.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não havendo mais oradores inscritos, passamos para a Ordem do Dia, com discussão e votação, em turno único, das seguintes proposições: Requerimento nº 027/17, que requer, após ouvir o Plenário, a transformação da Sessão Plenária em Comissão Geral, no dia 4 de maio do corrente, às 10h, momento em que esta Casa homenageará, com a Comenda Orgulho de Roraima, as instituições e personalidades que indica o Decreto Legislativo nº 04/17; o Projeto de Lei nº 008/17, que “dispõe sobre a anistia de dívidas de energia elétrica dos municípios do Estado de Roraima, junto à Companhia Energética de Roraima – CERR, e dá outras providências”, de autoria dos Deputados Jalser Renier e Coronel Chagas; o Projeto de Lei nº 119/16, que “institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e dá outras providências”, de autoria do Deputado Mecias de Jesus; o Projeto de Lei nº 040/17, que “altera a Lei nº 1038, de 1º de abril de 2016, que estabelece parâmetros para remissão, negociação e parcelamento de dívidas resultantes de operações de créditos contratados junto ao extinto Banco do Estado de Roraima S/A – BANER e dá outras providências”, de autoria de vários deputados. Em primeiro turno: a Proposta de Emenda Constitucional nº 007/16, que “acrescenta dispositivos ao art. 4º dos Atos das Disposições Transitórias da Constituição do Estado de Roraima (prorrogação de prazo de licença quando o recém-nascido for portador de necessidades especiais)”, de autoria de vários deputados.

Agora, suspendo a Sessão, pelo tempo necessário, para que as

Comissões em conjunto possam analisar e emitir parecer aos Projetos de Lei nº 008/17 e 040/17.

Após o tempo necessário.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Dou por reaberta a Sessão. Informo que o Projeto de Lei nº 040/17 sofreu pedido de vistas na Comissão.

Solicito ao Senhor Primeiro-secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 027/17.

O Senhor Primeiro-secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Requerimento nº 027/17.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em discussão, o Requerimento.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Senhor Presidente, esse Requerimento trata da homenagem que será feita aos primeiros contadores e contabilistas do estado de Roraima, inscrição 001 do Conselho de Contabilidade, e as escolas que foram responsáveis pela formação, bem como as faculdades que têm o curso de Contabilidade no estado. Gostaria de pedir o apoio dos colegas para a aprovação do Requerimento e, também, pedir a presença de todos para homenagear o Conselho de Contabilidade do Estado de Roraima na quinta-feira, às 10h. Obrigado!

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não havendo mais nenhum Deputado que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

Solicito ao Senhor Primeiro-secretário que proceda à leitura da Proposta de Emenda à Constituição nº 07/17, bem como do Parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lida a Proposta de Emenda à Constituição nº 07/17 e o Parecer da Comissão.

O Senhor Deputado **Masamy Eda** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, o Deputado Chico Mozart faz parte desse projeto e não se encontra no Plenário, por isso, solicito o adiamento de discussão.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Acato o Requerimento verbal do Deputado Masamy Eda e transfiro a discussão da matéria para a próxima Sessão.

Solicito ao Senhor Primeiro-secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 19/16, bem como do Parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro-secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Projeto de Lei nº 19/16 e o Parecer da Comissão.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Coloco em discussão o Projeto de Lei nº 019/16.

Não havendo nenhum Deputado que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal/eletrônica, votando “sim”, os senhores deputados aprovarão a matéria e votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

Dou por aprovado, com 18 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção, o Projeto de Lei nº 19/16.

Não havendo mais matéria para a Ordem do Dia desta Sessão, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

Não havendo nenhum deputado que deseje fazer uso deste Expediente e não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia três, à hora regimental.

Registraram presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Coronel Chagas, Evangelista Siqueira, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jalser Renier, Jânio Xingú, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galetto.**

ATA DA 2596ª SESSÃO, EM 04 DE MAIO DE 2017.

53º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS

(Em exercício)

Às nove horas do dia quatro de maio de dois mil e dezessete, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quingentésima nonagésima sexta Sessão Ordinária do quinquagésimo terceiro período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão. Convido a Senhora Deputada Lenir Rodrigues para atuar como Segunda-Secretária ad hoc.

Solicito a Senhora Segunda-Secretária, Deputada Lenir Rodrigues, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

A Senhora Segunda-Secretária **Lenir Rodrigues** - Lida a Ata.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário Deputado Naldo da Loteria que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Masamy Eda** – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:

Mensagem Governamental nº 31, de 02/05/17, encaminhando para apreciação em substituição à Mensagem Governamental nº 29, de 26/04/2017, o substitutivo ao Projeto de Lei Complementar, que “Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Agentes Penitenciários do Estado de Roraima, regulamenta o ingresso na carreira e dá outras providências”.

Mensagem Governamental nº 32, de 03/05/17, encaminhando para apreciação Projeto de Lei, que “Dá nova redação ao Art. 2º, caput e §1º; revoga seus §§2º e 3º; e, renumera seu §4º, da Lei nº 1024, de 12 de Janeiro de 2016”.

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Memorando nº 039, de 03/05/17, do Deputado Marcelo Cabral, informando sua ausência na sessão plenária do dia 04 de Maio do corrente ano.

Memorando nº 066, de 03/05/17, do Deputado Chico Mozart, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 02 de Maio do corrente ano.

DIVERSOS:

Ofício nº 132, de 11/04/17, da CAIXA - Gerência Executiva de Governo Boa Vista/RR, notificando Crédito de Recursos Financeiros no valor de R\$ 808.479,00 (oitocentos e oito mil, quatrocentos e setenta e nove reais).

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Masamy Eda** – Senhor Presidente, há um orador inscrito para o Grande Expediente.
Deputado Mecias de Jesus que assuma a Mesa dos Trabalhos

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores, todos os presentes que estão prestigiando esta solenidade, essa Sessão Plenária, aqueles que nos acompanham através da TV Assembleia, bom dia. Ocupo esta tribuna hoje, embora tenhamos daqui a pouco uma Sessão Solene, o faço em razão deputado Mecias, por ter sido designado relator de um Projeto de Lei que tem por objeto “a defesa sanitária animal no Estado de Roraima e dá outras providências”, e cito vosso nome porque há dois dias Vossa Excelência fez um aparte ao pronunciamento do Deputado Brito Bezerra falando de sua preocupação com relação a taxas e multas que são aplicadas pela Agência de Defesa Animal – ADERR, do nosso estado e que estaria apresentando um projeto para tratar dessa questão. Há um projeto de autoria governamental aqui na Casa que visa estabelecer um novo código de defesa animal e nessa matéria está prevista uma série de questões que, inclusive, entre essas que Vossa Excelência citou. Então, como relator da matéria não poderia ficar calado até porque é uma matéria bastante complexa e que realmente devemos ter o maior cuidado possível para deliberar sobre ela. E, quando ouvi Vossa Excelência tocando no assunto, estou debruçado sobre esta matéria desde o ano legislativo de 2016, quando fui designado relator. E, para que a gente possa evoluir sobre esse assunto, me senti na obrigação de trazer alguns pontos para discutirmos. Nós sabemos da importância da ADERR no estado, é um trabalho importantíssimo para o crescimento econômico do setor produtivo no estado de Roraima e esse trabalho tem que continuar e ser fortalecido, entretanto sabemos também que a nossa classe produtiva tem que ser olhada com carinho, com todo cuidado e com toda preocupação por todos os segmentos da sociedade. A nossa classe produtiva, o setor produtivo que é a vocação do nosso estado, sofre por uma série de questões, como por exemplo, as questões indígenas, pois temos quase que 50% da nossa área territorial comprometida com a criação de terras indígenas e temos outros 38% que compõem parques ambientais, parques nacionais, áreas de preservação permanente, montanhas, serras e rios que não são propícios ao cultivo, nos restando pouco mais de 12% da área territorial do estado para o setor produtivo. Então, tudo que se refere, toda legislação, todo Projeto de Lei que se refere a esta questão devemos ter o maior cuidado antes de encaminhá-los para o Plenário, por estas razões é que estamos estudando essa matéria. Esse Projeto de Lei de autoria governamental, Deputado

Mecias, ele pretende modernizar a Lei de Defesa Animal, instituída através da Lei nº460 de 2004, realmente precisa ser atualizada esta matéria e ela traz no seu corpo o objetivo de estabelecer competências, responsabilidades e obrigações da classe produtiva e do Poder Público. Ela também trata sobre a composição do Conselho Estadual de Saúde, ela trata sobre infrações, sobre penalidades, multas, taxas de serviços e também trata dos processos e recursos administrativos e sobre o que fazer com as receitas e qual a aplicação que se pode dar às suas receitas. Nós estamos liberando o projeto para votação no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça apresentando diversas emendas. Nós recebemos emendas de autoria de alguns parlamentares. Como relator, estamos aproveitando algumas, as demais vamos submeter à Comissão para ver se nossos pares concordam com o nosso posicionamento ou se incorporam também às emendas dos colegas que não tenham sido aproveitadas pela nossa relatoria. Mas, o que quero dizer é que nossa classe produtiva está sobrecarregada por demandas, obstáculos e gargalos relacionados à insegurança jurídica da terra, por conta das demarcações de terras e mais terras indígenas e também por criações e iniciativas a todo momento tentando criar mais parques nacionais como vimos recentemente a tentativa do Instituto Chico Mendes em criar o Parque Nacional do Lavrado e que em razão da mobilização de toda a sociedade roraimense e suas lideranças, conseguimos evitar isso. Então, em toda criação de taxas e multas deveremos ter um cuidado muito grande, para que efetivamente aprove nesta Casa. Tivemos um exemplo recente, onde aprovamos um Projeto de Lei oriundo do Tribunal de Justiça que tratava das custas processuais e das taxas dos cartórios. Evidentemente que a intenção desta Casa foi no sentido de dar celeridade ao projeto de lei porque para se instituir novas taxas e tributos tem que ser aprovado em um exercício para entrar em vigor no ano seguinte. Então, em razão dessa celeridade que se deu ao Projeto não chegou a esta Casa, e aqui vem a meia culpa desta Casa, a se discutir item por item e, cada valor dessas taxas. E hoje, a sociedade reclama, porque houve aumentos exorbitantes. Então, venho a esta tribuna para dizer que as taxas e as multas que foram propostas pelo Poder Executivo através da ADERR, estamos revisando todas, e, em 90% delas, tanto das multas quanto das taxas, como relator estamos sugerindo emendas para reduzir e colocar valores compatíveis com a situação econômica por que passa nosso estado. Existem taxas que cortamos 50% do valor e outras 20%, 30%. Isso tudo discutido junto com a diretoria da ADERR, tivemos algumas conversas e também consultando e conversando com diversos representantes do setor produtivo. Se houver o entendimento desta Casa pelas lideranças dos blocos, é nossa intenção colocar na terça-feira, votarmos isso na Comissão de Constituição e Justiça e ser liberado para liberar em plenário, porque há necessidade de votar esse projeto, mas claro que com as devidas precauções.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Presidente Chagas, quero em poucas palavras dizer a Vossa Excelência que tenho conhecimento do projeto do governo e a gente pode, se for o caso, eu retiro meu projeto e apresento em forma de emendas ao projeto de lei do governo, para a gente acelerar o processo e melhorar a vida das pessoas do campo que estão precisando muito e sendo bastante injustiçadas com essas taxas cobradas pela ADERR.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Deputado Chagas, gostaria de agradecer pela celeridade que Vossa Excelência está dando a esse projeto, pois o mesmo é de muita importância para o Estado de Roraima, por isso peço que façamos o máximo esforço para votá-lo ainda esse mês com todos os ajustes e emendas para desafogarmos a vida do homem do campo que tanto precisa. Acredito que Vossa Excelência já observou que tem uma emenda de minha autoria que era para anistiar o pagamento de taxas para os pequenos animais como carneiro, porco, bode e galinha. Peço na emenda a anistia para até 10 porcos e carneiros e de galinhas até 50 unidades para os produtores da agricultura familiar, pois isso vai trazer um grande alívio para aquele que está no campo e que sobrevive da agricultura. Parabéns a Vossa Excelência por trazer esse debate hoje a esta tribuna nessa data tão especial em que estão sendo homenageados os contadores e contabilistas. Obrigado.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua – Agradeço o aparte dos Deputados Mecias e Gabriel Picanço e gostaria de dizer que o Deputado Mecias deu uma contribuição muito grande trazendo também um projeto que nós podemos verificar se é possível contemplar vossa proposição através de emendas a esse projeto para que a gente possa evoluir para a votação em plenário e já deixar todas as questões amarradas no tocante ao Código de Defesa Animal e com certeza Deputado Gabriel sua emenda já está sendo contemplada porque no projeto original do governo do estado previa que apenas até dez unidades de aves estariam isentas do pagamento do GTA. Imagina o senhor, um cidadão que mora lá na vicinal 15 do interior do município do Cantá ter que se deslocar à cidade de Boa Vista para tirar uma GTA para 20 ou 30 frangos que ele vai levar para a sede do Cantá para vender. Olha o contratempo, olha o que ele vai gastar de

combustível para primeiro tirar o GTA e depois voltar ao seu sítio para pegar os frangos. Muitas vezes as pessoas mal têm dinheiro para o combustível. Olha a dificuldade que se impõe ao setor produtivo. É claro que nós temos que observar o que a legislação exige para que a gente fortaleça a defesa animal no nosso estado. Então estamos alterando de 10 para 100 unidades de isenção de pagamento da GTA, ele vai ter que tirar a GTA, mas vai ficar isento. Da mesma forma, estamos fazendo para os ovinos, caprinos e suínos. Estamos colocando para esses animais o limite de 50 animais isentos da taxa do GTA. Já para aves o limite é de 100 unidades isentas do pagamento do GTA. Então, estamos procurando contemplar, porque senão o pequeno lucro que o pequeno produtor tem vai embora através do pagamento de taxas.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** - Deputado Chagas, agradeço Vossa Excelência pela oportunidade, mas quero em nome do amigo José Alves Pereira que será homenageado, dar as boas vindas a todos os contadores que aqui estão e gostaria de parabenizar o deputado Mecias por essa grandiosa atitude. Deputado Chagas, é importantíssimo que possamos trabalhar a relatoria desse projeto de iniciativa governamental. Nós vivemos hoje um momento de ascensão do setor produtivo, sobretudo, com o trabalho a Agência de Defesa Animal, tendo agora concluso e formalizado pelo Ministério da Agricultura que somos área de livre aptidão com vacinação e temos que manter esse trabalho, pois isso é mais que importante, é essencial para que o setor produtivo, sobretudo para a pecuária. Mas para que não possamos cometer alguns equívocos precisamos, e aí sugiro a Vossa Excelência, que o projeto do deputado Mecias é importante, a sabedoria dele e o conhecimento com o setor produtivo, assim como o deputado Gabriel, que possamos ouvir todos os atores, os parlamentares ligados ao setor produtivo, os próprios produtores e também a Agência de Defesa Animal para que nós possamos trabalhar um projeto justo que atenda todas as demandas, para encaminhar para a governadora, para que não haja vetos e sim para que haja a sanção e consigamos avançar e contribuir de verdade com o desenvolvimento econômico no setor produtivo em especial. Sei que Vossa Excelência tem essa competência e vontade de fazer, inclusive, tem um irmão que é prefeito, vive no interior e conhece. Portanto, essa é a minha sugestão, temos que ouvir todos os atores para construirmos um projeto justo e perfeito. Obrigado.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua – Obrigado, deputado Brito, com certeza é isso que estamos fazendo com o maior cuidado, ouvindo diversos representantes do setor produtivo e também ouvindo os representantes da ADERR. E o projeto que o Deputado Mecias apresenta, nós iremos discutir juntos, a nossa ideia é que na terça-feira a gente se reúna com a Comissão de Constituição e Justiça, e o Deputado Mecias também faz parte dessa Comissão, espero que possamos avançar nas discussões. Existem diversas emendas, não só no tocante à questão das multas e taxas, mas também diversas emendas de redação de texto procurando deixar uma redação que seja justa ao setor produtivo sem inibir o trabalho que deve ser feito e continuar sendo feito pela ADERR. Esse era o objetivo do nosso pronunciamento de hoje. Agradeço à paciência de todos que estão aqui presentes e à contribuição dos apertes. Obrigado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Neste momento, a Sessão Plenária será transformada em Comissão Geral, momento que esta Casa Legislativa que estará homenageando Personalidades e Instituições com a Comenda Orgulho de Roraima, pela passagem do dia do Contador. Atendendo o Requerimento nº 27/17 aprovado em Sessão Plenária do dia 25 de abril do corrente ano, de autoria de vários Deputados.

Senhoras e Senhores, bom dia, sejam todos bem-vindos. Essa solenidade tem por objetivo agradecer com a Comenda Orgulho de Roraima às Instituições e Personalidades protagonista da história da Contabilidade no Estado de Roraima, conforme Decreto Legislativo nº 004/17 por indicação do Deputado Mecias de Jesus.

Convido para compor a Mesa dos Trabalhos o Deputado Mecias de Jesus, autor da indicação.

Convido o Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, Conselheiro Manoel Dantas Dias.

Convido para compor a Mesa o Procurador de Justiça, Doutor Márcio Rosa.

Convido para compor a Mesa o Presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Roraima Francisco Fernandes de Oliveira.

Convido para compor a Mesa o Coordenador do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Roraima, o Professor/Doutor Paulo Afonso da Silva Oliveira.

Convido para compor a Mesa o Reitor da Universidade Estadual de Roraima, o Professor Mestre Regis Odlaire Lima de Freitas.

Convido para compor a Mesa o Vice-Reitor da Universidade Virtual de Roraima, o Professor Doutor José Gomes da Silva.

Convido para compor a Mesa o Coordenador do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis das Faculdades Cathedral, o Professor

José Dias.

Convido para compor a Mesa o Coordenador do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis do Centro Universitário Estácio da Amazônia, o Professor Rubens Leal.

Convido para compor a Mesa a Gestora da Escola Estadual Euclides da Cunha, a Professora Wiusilene Rufino de Souza.

Convido para compor a Mesa o Gestor da Escola Estadual Gonçalves Dias, o Administrador Educacional Valdenrique Alves de Macedo.

Convido para Compor a Mesa a Professora Danile Teixeira, Pró-Reitora da Faculdade Estácio da Amazônia.

Convido para Compor a Mesa o Presidente dos Sindicatos das Empresas de Serviços Contábeis, o Senhor José Belido.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão Especial, convocada nos termos regimentais, através do Requerimento de nº 27/17.

Convidamos os presentes para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional e Hino do Estado de Roraima.

Neste momento, ouviremos o pronunciamento do autor da indicação, Deputado Mecias de Jesus.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, amigos da imprensa, familiares e amigos dos nossos homenageados, Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Senhor Promotor de Justiça, meu professor também, Márcio Rosa, Senhor Presidente do Conselho de Contabilidade do Estado de Roraima, nome de quem, quero saudar todos os homenageados na manhã de hoje; caro Professor Regis, Reitor da Universidade Estadual em nome de quem quero cumprimentar todos demais membros da Mesa.

Senhor Presidente, quero fazer um breve pronunciamento, até por entender que o momento mais importante desta data, será quando esta Casa entregar para cada um dos que aqui estão sendo homenageados com uma singela folha de papel que muito representa para todos nós. Ressalto, entretanto, que a honra é deste parlamento, em conceder tão modesta honraria para homens, mulheres e instituições que merecem todos nossos aplausos e referências. Lembrando que na importante data, que no dia 25 de abril comemoramos o Dia do Contabilista, uma data para ser lembrada não só pelos Contabilistas, mas para toda sociedade. Como sabemos essa Casa tem aprovado entrega de Comendas para diversos segmentos sociais, mas sem desmerecer nenhum, Senhor Presidente, ressalto aqui, a importância que esses profissionais exercem em nossas vidas. Em regra, esses profissionais exercem papel tão importante que transcende suas áreas de atuação, mas nossa homenagem, a homenagem que todos os parlamentares aprovaram prende-se ao desempenho e dedicação destes homens e mulheres cumprindo a importante missão de cuidar das vidas administrativas, financeiras e principalmente contábeis das pessoas físicas e jurídicas do nosso Estado. Assim, adianto aqui, Senhor Presidente, alguns dos nomes que serão homenageados nesta Sessão Especial.

Receberão a honraria:

O Conselho Regional de Contabilidade, neste ato peço que todos contadores e contabilistas do Estado de Roraima, sintam-se homenageados.

Escola Euclides da Cunha e Gonçalves Dias;

Escola Euclides da Cunha, na pessoa da Diretora Wiusilene, essa escola, se não me engano, a história não me traiu e minha memória também, meu caro Vivaldo, foi a escola que iniciou o curso de contabilidade no Estado de Roraima, mais precisamente no ano de 1955 trazido pela prelazia.

Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Estado de Roraima; os Cursos de Ciências Contábeis da Faculdade Cathedral e Estácio Atual.

Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Roraima e o Curso de Ensino a distância de Ciências Contábeis da UNIVIRR, pelo pioneirismo em implantar o curso superior de contabilidade.

Da mesma maneira serão agraciadas, com a Comenda Orgulho de Roraima, as seguintes personalidades e igualmente pioneiras nas atividades contábeis, o nosso ilustre Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Roraima Manoel Dantas Dias, fundador da Associação dos Contabilistas e Presidente também do Conselho de Contabilidade.

Pedro Nunes Ferraz, foi Presidente do Conselho de Contabilidade, no ano de 2000 e 2001, renomado em nosso Estado.

Francisco Fernandes de Oliveira, nosso querido Chiquinho Brasília, servidor desta Casa, um dos mais antigos desse Poder; quatro vezes Presidente do Conselho de Contabilidade e, atualmente, é o Presidente do Conselho de Contabilidade, merece ele também essa homenagem dos contadores desse Estado.

José Alves Pereira, Presidente por duas vezes do Conselho de Contabilidade.

Marcelo Bezerra de Alencar, Cláudio Barbosa de Oliveira,

Agamenon Nasser Fraxe, detentor da carteira 0002 expedido em 1959; Francisco das Chagas Duarte está aqui ao lado da sua querida esposa Dona Ivone, foi Deputado Federal pelo nosso Estado, que aliás nosso estado tem um segmento forte para fazer Deputados Federais. Temos o nosso querido Rubinho Bento, contador também e que foi Deputado Federal pelo nosso Estado e muito nos honra nessa manhã de hoje; Paulo do Vale Pereira, Maria de Fátima Bezerra, primeira presidente do CESCOP; Marcos de Araújo Carneiro; o nosso querido Vivaldo que aqui se encontra com a Auxiliadora, sua esposa que também será homenageada, o nosso querido José Soares Benito, que é o atual presidente do CESCOP, ou seja, Senhor Presidente, Deputado Chagas, senhoras e senhores que compõem essa Mesa, senhores homenageados e familiares aqui presente.

Esta Casa homenageia, meus caros Deputados Sampaio, Lenir, Flamarion, Masamy Eda, Gabriel Picanço, Valdenir, essas pessoas que estão aqui, esses grandes contadores e contabilistas porque os senhores fazem parte diretamente da nossa vida. Aprendi isso ainda muito jovem, quando você ver um grande homem vitorioso, pode verificar que ao lado dele tem um grande contador, além de ter uma grande mulher. Orientando e auxiliando ele. Quando você ver uma grande empresa, pode ter certeza, não tenham dúvidas, tem um grande contador auxiliando, orientando, administrando, e muitas vezes tomando decisões, que talvez sejam antipáticas, mas que é preciso para aquela empresa continuar com saúde financeira, gerando emprego e renda. Então, são os senhores que são homenageados nesta manhã que contribuíram e contribuem muito para geração de renda, de emprego para o engrandecimento da nossa gente.

Portanto, Senhor Presidente, agradeço em meu nome e em nome de todos os Deputados que aprovaram essa comenda, à homenagem que fazemos hoje a esses grandes homens e mulheres. Muito obrigado a todos.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Informo aos Senhores Deputados que a palavra será franqueada aquele que pretenda fazer alguma manifestação.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, cumprimento toda Mesa em nome do meu caro amigo Manoel Dantas Dias e queria dizer em poucas palavras quão é importante a profissão de contador. Esse parlamento tem feito ultimamente homenagem a determinados segmentos que sempre contribuíram para o engrandecimento de Roraima e para nossa economia. E aqui, eu louvo a iniciativa do Deputado Mecias de Jesus e o Parlamento como um todo. Essas comendas foram todas aprovadas por unanimidade, por estar compreendendo este novo momento dessa nova integração no parlamento com a sociedade.

Então, fica feito o registro de reconhecimento do Deputado Mecias que provocou essa matéria e que o parlamento também endossou.

Eu queria dizer que nós temos no conjunto de homenageados, pessoas que dedicaram sua vida inteira no uso da administração pública fazendo um caminho de sucesso, mas também fazendo um caminho de contribuição para o Estado que ainda estamos formando, haja vista que ele é tão novo.

Temos aqui, me permita citar alguns senão será injusto: O Chagas Duarte, conheci em 1983, ele era chefe do tesouro do ex-Território Federal de Roraima. Foi eleito Deputado e se não me falha a memória, foi Deputado Constituinte, tendo lá a sua digital, a sua participação efetiva na Carta Magna da República Brasileira.

Manoel Dantas que ocupou tantas importantes funções no Território, como no Estado de Roraima e, hoje, além de conselheiro é o Presidente daquela Corte de Contas.

Chiquinho Brasília, essa pessoa dedicada, querida por todos. Não conheço sequer Chiquinho alguém que tenha qualquer aresta com você, qualquer mágoa, nada. Você é uma pessoa que chega a ser unanimidade, tanto é que você já dirigiu e dirige essa instituição tantas vezes.

Quero também fazer uma referência especial ao Vivaldo Barbosa Filho, cidadão de Normandia. Seu Vivaldo, pai dele, ainda mora lá. O Vivaldo foi o meu Secretário da Fazenda quando fui governador e aqui de público Vivaldo agradeço a sua honestidade, a forma aberta e transparente como você conduziu aquela pasta e hoje, você servindo lá como servidor da receita federal, já tem um filho, Vivaldo Neto que também é contador e que já está efetivo do Tribunal de Justiça, haja vista que passou no concurso público.

Você vê então que esse conjunto aqui, é envolto de uma áurea positiva, de algo bonito, de algo que nós roraimenses, só temos a dizer, muito obrigado pelo que já fizeram, mas pelo que ainda podem fazer por este Estado.

O Deputado Mecias foi muito feliz quando disse que o contador é indispensável, não só na vida física de cada um de nós, mas muito importante para as empresas, para que a empresa tenha solidez, robustez, tranquilidade fiscal.

Então, fica aqui o reconhecimento pelo trabalho dos senhores e

das senhoras. Fica aqui o meu abraço. Desculpem não ter nominado todo mundo, citei alguns porque tenho certeza que os outros vão citar os demais. Parabéns, nós nos orgulhamos dos senhores e das senhoras.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Para fazer o uso da palavra, o Senhor Deputado **Soldado Sampaio**

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Bom dia a todos, Presidente, Deputado Mecias, autor da proposição de reconhecimento aos nomes dos nobres contadores e contabilistas, ao Conselho, à Universidade.

Cumprimentar aqui o Presidente do Tribunal de Contas Manoel Dantas, o Reitor da UERR e os demais. Vou cumprimentar os meus professores. Tive o prazer de fazer Ciências Contábeis, na Universidade. Tive lá como Professor: Chiquinho Brasília, José Dias, Paulo Afonso. Perguntei dele se ainda era SECAD, mas me informou que mudou. Professor Rubens também meu professor e o Benito que foi meu professor já no final do curso.

É mais do que justa e merecedora essa homenagem a todos os Senhores e Senhoras dessa tão importante categoria de trabalhadores do nosso Estado e do País. Isso nós vivenciamos no dia a dia. Hoje, não só o contador para fazer o livro-caixa. O Contador tem um outro papel, além dos registros contábeis, ele tem como falou o Deputado Mecias, o papel de orientar, inclusive acompanhando as mudanças do mercado, da economia nacional e internacional, não é apenas um simples registrador de entrada e saída de caixa. Hoje, o papel do contador é amplo em todos os sentidos, isso exige diariamente, permanentemente um aperfeiçoamento. Isso eu tenho visto por parte do Conselho, por parte do Sindicato sempre promovendo encontros, fomentado mais e mais a capacitação dos nossos contadores no Estado de Roraima. Então, quero aqui felicitar o Conselho, o Presidente do Sindicato pela iniciativa. O professor Rubens sempre está na Rádio Monte Roraima provocando assuntos econômicos e Contábeis, sempre acompanho. Parabéns, professor, e dizer que o papel dos senhores, em especial nesse momento em que o País passa de dúvida, de turbulência no cenário político e que reflete automaticamente na economia, tem sido de grande relevância por ter dado a transparência através da contabilidade da gestão pública. Isso facilita para o cidadão acompanhar no dia a dia a boa aplicação dos recursos públicos. A lei de transparência, toda essa gama de informações que o público tem acesso, é formatada por alguém e esse profissional que é o contador, juntamente com o economista e administrador, que permite que o gestor público tenha as ferramentas e a sociedade acompanhe de fato a boa aplicabilidade dos recursos públicos ou até mesmo os órgãos de controle tenham mais facilidade em acompanhar essa boa gestão.

Também é de grande relevância o papel desses profissionais no tocante a contabilidade eleitoral. Percebemos hoje o caos que o país passa exatamente pela forma do financiamento das campanhas políticas do nosso País e está levando o País à bancarrota e tudo aquilo que a gente imaginava que existia por debaixo do tapete está vindo à tona e o contador tem um grande papel de aplicar e ajudar construir novas normas. Acredito que após a lava jato e for feita a reforma política no congresso, não para abafar, jogar para debaixo do tapete, mas sim, sair uma nova forma de financiamento de campanha e transparência na aplicação e também é de grande relevância o papel do contador nesse processo, enquanto profissional, enquanto cidadão brasileiro também.

Então, fico feliz por fazer parte dessa gama, apesar de não exercer o cargo, simplesmente fui lá e me formei, sempre sou convidado pelo Professor Chiquinho a fazer a minha inscrição no Conselho, já prometi duas vezes, mas vou fazer, Professor. Vou ter que voltar para sala, perdi a oportunidade de fazer o registro, teve um período que não tinha que fazer a prova. Agora voltou e tem uma prova cruel, o conselho pega pesado. Tão difícil quanto a OAB, mas acredito que se eu pegar 3, 4 aulas com os professores Afonso, José Dias, Benito, Ruben eu consigo ter sucesso e de fato tenha a minha carteirinha para exercer a profissão.

Parabéns, Deputado Mecias, pela homenagem. Sinto-me homenageado também e desejo sucesso, pedindo mais uma vez aos senhores uma ajuda ao nosso País, ao nosso Estado nesse momento de turbulência que o País passa, nessa crise política e também a crise econômica que os senhores têm como nos ajudar contabilmente encontrando uma melhor saída e uma melhor transparência do nosso erário. Um grande abraço e obrigado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Passo a palavra a Senhora Deputada Lenir Rodrigues.

Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhor Presidente, quero primeiramente cumprimentar todos sem distinção. Parabenizar a iniciativa do Deputado Mecias, mas dizer que hoje os senhores e senhoras, instituições, órgãos estão sendo homenageados aqui, e é uma forma simbólica de homenagear todos os contadores. Como o Deputado Soldado Sampaio bem explanou, em uma época que estamos vivendo uma crise ética, nós apostamos nas ciências contábeis como provas, como perícias, como segurança jurídica. E, também, essa homenagem, Deputado Mecias,

faz uma memória, porque colocar as escolas estaduais Euclides da Cunha e Gonçalves Dias que foram pioneiras nas Ciências Contábeis, é uma memória. Eu fiquei aqui a imaginar que nós estamos tratando do presente com tantos cursos de ciência contábeis nas várias instituições, uma modernização com o ensino a distância da UNIVIRR, que nem por ser a distância perde a qualidade e também ver essa memória e valorizar as pessoas no passado que tanto lutaram e estão aqui presentes no nosso dia a dia com os precursores. A história valorizada das ciências contábeis.

Então, eu estou muito feliz hoje. Acredito que mesmo com a ausência de alguns colegas, mas todos os Deputados estão felizes com essa homenagem. Não estamos desvalorizando a Comenda Orgulha de Roraima. Nós sentimos orgulho mesmo. Quando uma instituição chega, uma pessoa física, uma entidade e recebe essa comenda, é porque realmente nós passamos por vários debates aqui para conceder essa comenda, e dizer: Nós temos orgulho de vocês. E hoje eu estou me sentindo assim. Eu estou tendo orgulho de quem está sendo homenageado. Parabéns.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Com a palavra o Deputado Gabriel Picanço.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Senhor Presidente, demais Deputados, funcionários da Assembleia, os homenageados, quero cumprimentar em nome do mais novo contador, nosso amigo Deputado Sampaio. Minha orientação Sampaio é que você se inscreva no Conselho. Quero cumprimentar a Mesa em nome do Reitor Regis, sintam-se todos cumprimentados e dizer, usando as palavras da eminente Deputada Lenir e do Deputado Sampaio, Parabéns, Deputado Mecias, pela brilhante escolha. Parabéns a todos os homenageados e seus familiares, porque sem vocês o Brasil e o mundo não andam com as finanças em dia. Vocês são de suma importância para a humanidade, para nós pessoas físicas, na época da declaração do imposto de renda, todos vocês, seus escritórios são lembrados, por mais que durante o ano vocês não sejam lembrados, mas quando o leão abre as garras, eles se lembram que o contador é a solução para resolver o problema, por isso, parabéns por vocês serem profissionais da contabilidade. Todo mundo precisa dos contadores. Estou muito feliz por estar junto com vocês nessa homenagem. Parabéns a todos vocês, a essa profissão e a todos os familiares. Obrigado e bom dia.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Com a palavra o Senhor Deputado **Joaquim Ruiz**.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Saúdo a todos os presentes e acho, Deputado Mecias, que Chagas, Rubinho, Marleide e o Dantas, juntamente comigo, somos a primeira safra, mesmo que eu não tenha me registrado no conselho aqui do nosso Estado, eu acho que nós somos os mais antigos.

Todos falaram aqui sobre as finanças, sobre a responsabilidade de contadores, eu vou por outro lado. No momento que o Brasil e que a sociedade mais cobra ética e respeito com a coisa pública e ética na área empresarial, você não vê nenhum contador no país envolvido em lava a jato, em corrupção, os contadores brasileiros, os nossos aqui de Roraima representam exatamente isso, a ética, o respeito com o cidadão brasileiro. Parabéns a todos os contadores do Brasil.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – A Comenda Orgulho de Roraima foi criada através da Resolução Legislativa nº 04/04, é concedida às pessoas físicas, jurídicas ou organizações que pela atuação do Estado ou do então Território Federal de Roraima se tornaram símbolo e referência para a população roraimense. As pessoas que serão agraciadas foram reconhecidas e aprovadas pela Assembleia Legislativa em Sessão Plenária através do Decreto Legislativo nº 04/17. Neste momento, daremos início à cerimônia de entrega da Comenda por suas realizações e méritos, tornando-se merecedores do especial reconhecimento desta Casa Legislativa.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima o Presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Roraima, Senhor Francisco Fernandes de Oliveira. Convido para fazer a entrega o Deputado Gabriel Picanço.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Roraima o Professor, Doutor Paulo Afonso da Silva Oliveira. Convido para fazer a entrega o Deputado Soldado Sampaio.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Roraima o Reitor Regis Odlaire Lima de Freitas. Convido para fazer a entrega o Deputado Evangelista Siqueira.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima do curso de Bacharelado em nome do Curso a distância em de Bacharelado em Ciências Contábeis da Universidade Virtual de Roraima o Técnico em Contabilidade Senhor Genildo de Almeida Silva. Convido para fazer a entrega o Deputado Flamarion Portela.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima do curso de

Bacharelado em Ciências Contábeis da Faculdade Cathedral, o Coordenador, Professor José Dias. Convido para fazer a entrega a Deputada Lenir Rodrigues.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis do Centro Universitário Estácio da Amazônia, o Coordenador, Professor Rubens Leal. Convido para fazer a entrega o Deputado Masamy Eda.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima em nome da Escola Estadual Euclides da Cunha, a Senhora Gestora Wiusilene Rufino de Souza. Convido para fazer a entrega o Deputado Joaquim Ruiz.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima em nome da Escola Estadual Gonçalves Dias, o Administrador Educacional Valdenrique Alves de Macedo. Convido para fazer a entrega o Deputado Valdenir Ferreira.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima o Senhor Agamenon Nasser Fraxe, aqui representado pela sua nora Kátia Fraxe. Convido para fazer a entrega o Deputado Brito Bezerra.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima a Senhora Auxiliadora de Oliveira Araújo. Convido para fazer a entrega o Deputado Soldado Sampaio.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima o Senhor Cláudio Barbosa de Oliveira. Convido para fazer a entrega o Deputado Joaquim Ruiz.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima o Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Conselheiro Manoel Dantas Dias. Convido para fazer a entrega o Deputado Mecias de Jesus.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima o Senhor Francisco das Chagas Duarte. Convido para fazer a entrega o Deputado Mecias de Jesus.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima o Senhor Francisco Fernandes de Oliveira. Convido para fazer a entrega o Deputado Mecias de Jesus.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima o Senhor José Alves Pereira. Convido para fazer a entrega o Deputado Gabriel Picanço.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima o Senhor José Soares Belido. Convido para fazer a entrega o Deputado Valdenir Ferreira.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima o Senhor Marcelo Bezerra de Alencar. Convido para fazer a entrega a Deputada Lenir Rodrigues.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima o Senhor Marcos de Araújo Carneiro. Convido para fazer a entrega o Deputado Flamarion Portela.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima a Senhora Maria de Fátima Bezerra da Silva. Convido para fazer a entrega o Deputado Evangelista Siqueira.

In memoriam, ao Senhor Paulo do Vale Pereira Filho, Francisco das Chagas Duarte, convido para receber o título Orgulho de Roraima, a Senhora Marleide Melo Cabral Pereira, esposa do homenageado. Convido para fazer a entrega o Deputado Gabriel Picanço.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima ao Senhor Pedro Nunes Ferraz da Silva, *in memoriam*, aqui representado pelo seu filho Pedro Henrique Ferraz. Convido para fazer a entrega o Deputado Soldado Sampaio.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima o Senhor Ruben da Silva Bento. Convido para fazer a entrega o Deputado Mecias de Jesus.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima o Senhor Vivaldo Barbosa de Araújo Filho. Convido para fazer a entrega o Deputado Coronel Chagas.

Neste momento teremos dois agraciados que irão falar em nome de todos os homenageados. Convido o Presidente do Tribunal de Contas, Conselheiro Manoel Dantas Dias.

O Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, **Manoel Dantas Dias** – Bom dia a todos, Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Chagas, em nome do qual saúdo os demais deputados, faço saudação especial ao Deputado Mecias de Jesus pela iniciativa desta singela e importante Comenda. Saúdo o Chiquinho Brasília, atual Presidente do Conselho Regional de Contabilidade e em nome dos demais colegas, profissionais da contabilidade, quero fazer uma saudação muito especial em nome de Marleide Cabral e meu distinto e dileto amigo e vetusto, profissional da contabilidade Chagas Duarte, também saúdo em nome do Reitor Regis e dos professores José Dias e Márcio Rosa a todas as entidades docentes que atuam na área da contabilidade. Caros familiares, senhoras e senhores a minha participação é muito breve até porque nem sabia que ia fazer uso da palavra, mas o faço neste momento com muita satisfação e honra. A contabilidade, historicamente falando, ela

esta intrinsecamente ligada à natureza humana, ao homem. O homem a partir da civilização não pode mais prescindir da contabilidade mesmo que ainda remotamente usando de métodos precários. Após o Frade Franciscano Luca Paciolo, a contabilidade ganhou uma nova dimensão e, ao longo da história, ela vem se solidificando, sedimentando como ciência e como instrumento de desenvolvimento e de controle. Não basta apenas a escrituração, essa face escritural da contabilidade já está há muito tempo sem ser a protagonista da contabilidade, hoje temos o controle, a gerência, a gestão, o progresso e o próprio resultado como um fruto da atuação da ciência e dos profissionais da contabilidade. Convivemos com a contabilidade desde a nossa família, mas ela é muito mais presente no mundo empresarial e no setor público. Na vida empresarial qualquer empresa quer o lucro como resultado, entretanto a razão de ser de todas essas instituições é um serviço à sociedade. E nesse sentido o resultado da função contábil, da ciência contábil e do exercício profissional dos eminentes contabilistas faz os resultados. Eu queria em nome de todos os agraciados dirigir um agradecimento muito efusivo ao Deputado Mecias por esta iniciativa e, dizer a Vossa Excelência que este momento de honraria ultrapassa o jugulo, o contentamento, é um momento de real regozijo com os profissionais. Vossa Excelência está de parabéns, eu agradeço e me sinto extremamente exultante e honrado com este momento. Em nome de todos os colegas faço aqui este agradecimento. Muito obrigado.

O Senhor Presidente do Conselho Regional de Contabilidade Senhor **Francisco Fernandes de Oliveira** – Meu bom-dia a todos. Neste momento, gostaria de cumprimentar a Mesa dos trabalhos em particular meu amigo Deputado Mecias de Jesus, gostaria de cumprimentar também meus colegas da Assembleia Legislativa e hoje me sinto honrado pela segunda vez ao subir nesta Tribuna para falar sobre a nossa classe. Eu fui o primeiro funcionário da Casa, cedido pelo Banco do Brasil, eu estava em Brasília quando fui convidado pelo Deputado Flávio Chaves primeiro Presidente deste Poder para dar uma colaboração e ficamos aqui por 24 anos sempre no cargo de primeiro escalão e isso me dá orgulho, muito obrigado. Gostaria de cumprimentar meus colegas professores, principalmente, da Faculdade Estácio, Atual, onde passei doze anos trabalhando desde sua fundação, a Universidade Federal de Roraima onde estou há 25 anos também formando vários colegas hoje profissionais da contabilidade, gostaria de cumprimentar em especial minha esposa Rosângela, que está ali assistindo para contar a história mais tarde. Gostaria de dar ênfase a este momento de tão grande expectativa que a classe contábil vivia em meu estado. E dizer da honraria de, como presidente pela segunda vez, no Conselho de Contabilidade, receber a comenda em nome de todos. Então, eu gostaria mais uma vez de agradecer, ao Deputado Mecias, pela lembrança e à Assembleia Legislativa, também, por ter aprovado por unanimidade essa Moção. Eu vou fazer um breve relato do que é a história da contabilidade em nosso estado. Ela começou mais ou menos nos idos de setenta em que um contabilista que veio de Manaus para Roraima, Paulo do Vale, como representante do Conselho Estadual de Contabilidade do Amazonas. Nós éramos uma delegacia. Em 1981, no início do ano eu cheguei aqui nesta terra e percebia muitas pessoas passando por profissionais da contabilidade. A gente não tinha certeza se era verdade porque o Conselho do Amazonas não fiscalizava diretamente no estado foi avivando essa vontade de a gente criar alguma coisa que pudesse trazer o Conselho Regional para nós aqui no estado na época em que era território. Em 1985 eu estava trabalhando na auditoria do Governo, onde Manoel Dantas, hoje presidente do Tribunal de Contas era o auditor do território. Nós tivemos a ideia de criar uma Associação dos Contabilistas do Estado de Roraima. Criamos essa associação e eu me lembro perfeitamente como as pessoas iniciantes conosco: Glória Posat, Manoel Dantas, Pancho, nosso amigo William Johnson, o Mário Torreias e Cristina Leite. E nós estávamos ali então instalando uma associação dos contabilistas. Fizemos diversas viagens a Manaus e uma a Brasília, para tentar comover aqueles que comandavam a contabilidade em nosso estado do Brasil para tentar trazer nosso regional. E não foi em vão, procuramos bastante. Fomos para a viagem por nossa própria conta. Em 1988, eu já era funcionário do Banco do Brasil, cedido para o Governo do território. E tive que ir para Brasília assumir uma gerência do Banco do Brasil e fiquei até 1991, quando foi instalado o estado com a posse do Governador, com os Deputados Estaduais e no dia 4 de janeiro de 1991. Eu vim cedido do Banco do Brasil e fiquei até 2015 nesta Casa. Nunca mais voltei para o banco, sou aposentado do banco e fiquei aqui esses 24 anos. Em 1995, nós conseguimos a tão almejada ideia de trazer o nosso regional. O Conselho Federal de Contabilidade lembrou o Amazonas e criou o Conselho Regional. Em 1996, foi a posse da primeira diretoria, em que Manoel Dantas foi o presidente. Naquela época, eu era vice-presidente de Controle Interno do nosso regional. E daí para a frente foi crescente. Depois do Manoel Dantas veio o Pedro Ferraz. Depois de Pedro Ferraz veio o Chiquinho. Ficou dois mandatos. Depois José Alves Pereira, que está ali. Depois do Marcelo e depois o Cláudio. E eu voltei novamente para assumir a presidência do Conselho. Estou de novo no segundo mandato que termina

do final do ano, dia 31 de dezembro. Bom a história começa na verdade, como eu falei, em 1955, no Colégio Euclides da Cunha e veio embora, mas a coisa veio tomar pé no momento em que nós fomos para a frente no negócio. E hoje, eu, o último remanescente da Fundação do Conselho aqui no estado, do grupo todo que fundou. Hoje, nós chegamos ao estado em que nós estamos, mas não foi só nós que trabalhamos. Têm vários ex-presidentes, vários conselheiros, que hoje, não estão sendo homenageados com estas duas comendas aqui. Eu recebi duas: uma por mim, e outra pelo Conselho Regional. E essas comendas aqui são de 1.400 funcionários que hoje estão inscritos no Conselho de Contabilidade, todos ativos. Bom, é mais ou menos o que se faz. Depois as universidades chegaram e a coisa foi evoluindo numa crescente.

Eu gostaria de fazer um aparte aqui falando da época em que o Deputado Flamarion foi Governador do Estado. Ainda estivemos lá com ele e dissemos que queríamos fazer um curso de especialização dos nossos profissionais aqui do estado. O curso é muito caro pela Fundação Getúlio Vargas, é caríssimo. E o que é que nós temos? Temos dinheiro que só dá para pagar um terço do curso. Ele perguntou o que você quer? Eu disse: eu queria uma parceria com o Governo do Estado para preparar os profissionais que atuavam no estado de Roraima. E o Flamarion, prontamente, nos concedeu um terço do valor. E nós ficamos com dois terços e o aluno pagou o restante. Deputados, só para dizer para vocês que nós formamos 202 contadores especialistas pela Fundação Getúlio Vargas. E eu quero agradecer de público aqui. Tanto que em 2006, o senhor foi reconhecido. E eu era presidente e citei lá no nosso plenário, e foi aprovada uma comenda para você e até hoje ela está lá esperando para você receber. Nunca lhe chamaram para entregar e eu estou lhe convidando para receber. Foi em 2006, já tem 11 anos, Deputado, mas está novinha, guardada, inteirinha. O Deputado Mecias quando me procurou para falar que ia fazer essa homenagem, ele queria homenagear o Conselho Regional de Contabilidade através do Chiquinho. Muito bem, só que a história da contabilidade não é só o Chiquinho. Então, nós demos uma condição de escolher os cinco primeiros inscritos no conselho e fizemos a homenagem hoje desses cinco. Nós vimos do Sindicato das Empresas de Serviço Contábil, onde o meu amigo Belindro é o presidente. Foram homenageados todos os presidente e a primeira é a Maria de Fátima Bezerra. Nós homenageamos também as faculdades e as escolas que hoje estão aqui. Então, isso aí, Deputado, é que é distribuir o louro da vitória. E em nome desses 1.400 profissionais dessas escolas e dessas faculdades que hoje ainda continuam e vão evoluir mais no nosso curso de Ciências Contábeis. Eu agradeço a você pela homenagem e à Assembleia Legislativa, por ter aprovado por unanimidade essa comenda. Muito obrigado!

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Convido também para fazer uso da palavra o doutor Chagas Duarte, pioneiro na contabilidade e ex-deputado federal por este estado.

O Senhor Contabilista **Chagas Duarte** – Senhor Presidente, meu particular amigo, Mecias, demais componentes da Mesa, serei rápido, simplesmente, diante da emoção em que me encontro. Um homem já com quase 90 anos de idade, receber um diploma como este: Orgulho de Roraima. Isso é realmente mais uma particular amizade com meu amigo Mecias, que é realmente o protagonista disso. Então fica aqui registrado os agradecimentos à Mesa e particularmente ao Mecias. Muito obrigado, Mecias.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – É através da contabilidade que a empresa sabe o valor de seus ativos, passivos, receitas, custos e despesas, a rentabilidade e lucratividade do negócio e produtividade da mão de obra. E através disso pode realizar um bom planejamento tributário. É o contabilista o responsável pelo departamento fiscal e contábil da empresa. Então, é uma profissão que precisa de muita competência e muita confiança, principalmente, e eficácia. Esta Casa homenageia com a Comenda Orgulho de Roraima as pessoas que se destacam na sua área de atuação. Os senhores e senhoras que hoje receberam essa comenda por indicação do Deputado Mecias de Jesus e por deliberação unânime dos deputados que compõem esta Casa é porque, realmente, se destacaram na sua profissão e são verdadeiramente o Orgulho de Roraima. Parabéns a todos os senhores e senhoras.

Assim, encerramos essa solenidade convidando a todos os agraciados e os senhores deputados desta Casa para que possamos tirar a foto oficial desta solenidade.

Alcançada a finalidade da Comissão Geral, retornaremos com os trabalhos à fase que se encontravam.

Passaremos agora para o Expediente de Explicações Pessoais.

Não havendo quem queira usar deste expediente e, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão e convoco outra para o dia 09, à hora regimental. Registraram presença, no painel, os Senhores Deputados: Brito Bezerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Izaias Maia, Joaquim Ruiz, Lenir Rodrigues, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Odilon Filho, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galetto.

DAS COMISSÕES

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
 DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
 GERENCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
**COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO
 FINANCEIRA, TRIBUTAÇÃO E CONTROLE.**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº01/2017

Em 22 de junho de 2017.

Convocamos os Senhores Parlamentares, Membros da Comissão Mista de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle, Deputados: Angela Águida Portela, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Mozart, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jânio Xingu, Joaquim Ruiz, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galetto para reunião, dia 27 de junho do corrente, às 10 horas, no Plenário Noêmia Bastos Amazonas, ocasião em que será deliberado o Projeto de Lei nº 050/2017 de autoria Governamental, que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018 e dá outras providências.”

Deputado Coronel Chagas
 Presidente da Comissão

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 241/2017

A Superintendência Geral da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar o afastamento dos servidores **Sueli Cristina Soares de Sou, Elizabete Aguiar Andrade da Silva, Eumária dos Santos Aguiar, Viviane Gomes de Lima, Izabelle Cristina Lima Soares, Daniela Batista de Melo, Alexandre da Silva, Leila Soares de Souza Perussola, Guilherme da Mata José, Aimara Allen Releán e Flavio Viana Costa (Motorista)**, para viajarem ao município do Alto Alegre/RR, no dia 22.06.2017, retornando no mesmo dia, para tratar de atividades inerentes às suas funções, a serviço desta Casa Legislativa

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
 Palácio Antônio Martins, 22 de junho de 2017.

ANTONIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO
 Superintendente Geral

RESOLUÇÃO Nº 0242/2017

A Superintendência Geral da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Designar os servidores abaixo para exercerem a função de fiscal do contrato firmado entre este poder e a empresa contratada, conforme o Art. 67 da Lei 8666/93.

Nº do Processo	Contratado	Objeto	CPF/ CNPJ	Fiscal de Contrato
0532/2017	-RIZOLMAR A. DE OLIVEIRA-EPP	Serviço de conexão de dados de acesso dedicado e full, tanto para download quanto para upload, com velocidade máxima de 9mbps, para interligação dos prédios anexos e a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, e 4 mbps quando envolver outros municípios de Roraima.	-07.872.397/0001-50	FISCAIS: -Íkaro Bezerra Carvalho da Costa Matrícula: 012310 -Fernando Castelo Branco Engelhardt Matrícula: 18712

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
 Palácio Antônio Martins, 22 de Junho de 2017.

ANTONIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO
 Superintendente Geral

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 36/2017
 PROCESSO Nº: 105/2016
 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL – SRP – Nº 009/2017
 OBJETO: Eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de veículo de pequeno, médio e grande porte, por demanda mensal, diária e quilômetro rodado, incluindo a manutenção e seguro, para atender às necessidades da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR.
 CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
 CNPJ: 34.808.220/0001-68
 CONTRATADA: ASATUR TRANSPORTE LTDA
 CNPJ: 12.117.963/0001-59
 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.0001.2011; 3390.39; 101
 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores
 DATA DA ASSINATURA: 21/06/2017
 VIGÊNCIA: 12 MESES
 VALOR TOTAL: R\$ 1.659.931,20 (Um milhão seiscentos e cinquenta e nove mil novecentos e trinta e um reais e vinte centavos)
 PELA CONTRATANTE: ANTONIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO
 PELA CONTRATADA: MARIA HELENA TEIXEIRA LIMA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 37/2017
 PROCESSO Nº: 532/2017
 MODALIDADE: Adesão tipo Carona a Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 060/16, resultante do Processo nº 000013649.2016.6.23.8000, oriundo do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima
 OBJETO: Serviço de conexão de dados de acesso dedicado e full, tanto para download quanto para upload, com velocidade máxima de 9mbps, para interligação dos prédios anexos e a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, e 4mbps quando envolver outros municípios de Roraima
 CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
 CNPJ: 34.808.220/0001-68
 CONTRATADA: RIZOLMAR A. DE OLIVEIRA – EPP
 CNPJ: 07.872.397/0001-50
 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.0001.2011; 3390.39; 101
 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores
 DATA DA ASSINATURA: 21/06/2017
 VIGÊNCIA: 12 MESES
 VALOR TOTAL INSTALAÇÃO: R\$ 44.500,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos reais)
 VALOR MENSAL: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)
 PELA CONTRATANTE: ANTONIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO
 PELA CONTRATADA: INGRID MARINHO FREITAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

SÍNTESE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 020/2017 PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº: 020/2017 PROCESSO Nº: 0107/2016

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, em cumprimento ao disposto no Decreto nº 16.223-E, de 07 de outubro de 2013, torna público os preços registrados no PREGÃO supracitado, oriundo do PROCESSO em epígrafe, cujo objeto é Eventual aquisição de medicamentos, materiais hospitalares e equipamentos para o Núcleo de Serviços de saúde/ambulatório da ALE/RR, Valores unitários em reais (R\$) discriminados a seguir: 1ª colocada – **QUANTUM EMPREENDIMENTOS EM SAÚDE LTDA-EPP**, CNPJ: 10.631.897/0001-05. **LOTE 01**, itens 1=R\$ 0,28; 2=R\$ 0,10; 3=R\$ 0,65; 4=R\$ 6,55; 5=R\$ 0,39; 7=R\$ 0,82; 8=R\$ 0,27; 9=R\$ 2,84; 11=R\$ 18,30; 12=R\$ 1,64; 13=R\$ 9,55; 14=R\$ 0,36; 15=R\$ 11,93; 16=R\$ 7,90; 17=R\$ 11,78; 18=R\$ 0,27; 19=R\$ 1,55; 20=R\$ 18,30; 21=R\$ 0,43; 22=R\$ 0,42; 23=R\$ 0,16; 24=R\$ 60,00; 25=R\$ 0,31; 26=R\$ 1,30; 27=R\$ 0,50; 28=R\$ 0,66, **LOTE 02**, itens 1=R\$ 24,45; 2=R\$ 45,00; 3=R\$ 12,25; 4=R\$ 17,64; 5=R\$ 5,50; 6=R\$ 112,00; 7=R\$ 75,00; 8=R\$ 27,50; 9=R\$ 21,50; 10=R\$ 12,50; 11=R\$ 26,50; 12=R\$ 15,75; 13=R\$ 130,00; 14=R\$ 8,25; 15=R\$ 9,00; 16=R\$ 4,70; 17=R\$ 4,80; 18=R\$ 5,00; 19=R\$ 14,75; 20=R\$ 17,00; 21=R\$ 400,00; 22=R\$ 495,00 e **LOTE 03**, itens 1=R\$ 27.450,00; 2=R\$ 48.288,00; 3=R\$ 245,00; 4=R\$ 2.175,00; 5=R\$ 4.970,00; 6=R\$ 220,00; 7=R\$ 105,00; 8=R\$ 48,00; 9=R\$ 260,00. A Ata de Registro de preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data da publicação.

Boa Vista-RR, 20 de junho de 2017.

Lincoln Johnson Batista de Mendonça
 Presidente da CPL/ ALE-RR

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS
RESOLUÇÕES
ERRATA DA RESOLUÇÃO Nº 2793/2016-DGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, RETIFICA na seção Atos Administrativos – referente à Resolução nº 2793/2016-DGP, publicada no Diário da Assembleia Legislativa, edição nº 2409 de 28 de novembro de 2016, devido à incorreção do cargo a ser sanada.

Onde se lê:

Art. 1º “Auxiliar Parlamentar FS-9”.

Leia-se:

Art. 1º “Auxiliar Parlamentar FS-12”.

Boa Vista - RR, 20 de junho de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 03335/2017-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Interromper, a partir de 12/06/2017, o usufruto das férias da servidora ONIRES LIRA DE MAGALHAES, matrícula 9457, programada para o período de 05/06/2017 a 04/07/2017, referente ao exercício de 2017, por interesse da administração.

Art. 2º Os 22 (vinte e três) dias restantes das férias interrompidas serão usufruídas no período de 02/01/2018 a 23/01/2018.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeito a contar de 12/06/2017.

Palácio Antônio Martins, 22 de junho de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3336/2017-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear KENIA GOMES DOS SANTOS, CPF: 690.260.682-04, do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Administrativo Especial III CAA-3, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011 de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011 e suas alterações.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 01 de junho de 2017.

Boa Vista - RR, 22 de junho de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº03337/2017-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º APROVAR ESCALAS DE FÉRIAS, dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, referentes ao mês de Julho do ano de 2017, conforme relação anexa:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 22 de junho de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812

Anexo a Resolução nº 03337/2017-SGP

ORD.	MAT	NOME	DIAS	EXERCÍCIO	INÍCIO	TÉRMINO
1	13165	ADEMIR BARROS DIAS	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
2	17010	ADRIANA PATRICIA FARIAS DE LIMA	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
3	18242	AIMARA ALLEN MELEAN	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
4	16768	ALCIMARA LUIZA BARBOSA ROSA	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
5	16963	ALEXANDRE DA SILVA	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
6	18700	ALVARO DIEGO OLIVEIRA REIS	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
7	17530	ANDRE LUIZ FARIA RODRIGUES	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
8	17105	ANTONIA SOUSA CHAVES	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
9	16417	ANTONIO DE SOUZA NASCIMENTO	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
10	8311	ANTONIO JAIRO DO NASCIMENTO	30	2016	10/07/2017	08/08/2017
11	16412	ANTONIO RONILDO VIANA DOS SANTOS	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
12	8847	ARIEL DE SÁ RORIZ RIBEIRO	30	2016	03/07/2017	01/08/2017
13	11071	ARISTOTELES JUVENCIO PAULA SANTOS	30	2016	03/07/2017	01/08/2017
14	14572	CAMILA TORREIAS DAL'AGNOL	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
15	18095	CARLA MAYARA DE SOUZA PADILHA	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
16	18266	CASSIA CORREA GARCES	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
17	10631	CELIO DO NASCIMENTO SOARES	30	2016	03/07/2017	01/08/2017
18	6655	CINTIA ALBUQUERQUE ALVES SOUSA	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
19	17299	CLAUDIONOR CAVALCANTE DE ARAUJO	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
20	18171	CLAUDVANIA SILVA FERREIRA	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
21	16785	CLAUTENS LISBOA CAVALCANTE	30	2016	03/07/2017	01/08/2017
22	17113	DANIELE DE ARAUJO SANTOS	30	2016	20/07/2017	18/08/2017
23	13155	DANIELE MADURO VIANA	10	2017	03/07/2017	12/07/2017
24	16517	DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
25	10529	DAVID EUGENE REGO	30	2016	03/07/2017	01/08/2017
26	16722	DEBORYN SARMENTO MAC DONALD	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
27	9455	DENISSON SOUZA DE OLIVEIRA	30	2015	03/07/2017	01/08/2017
28	18449	DEYSE MARIA MARTINS PEREIRA	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
29	17196	DIARRAIRA SOARES CARVALHO	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
30	9611	DILZETE MENDONCA BORGES	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
31	14312	DINE KEILA MARTINS DOS SANTOS	15	2016	03/07/2017	17/07/2017
32	18343	DULCIENE LOPES AMORIM	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
33	17268	EDILENA COSTA DE SOUSA	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
34	14579	EDINALRA ALVES DA SILVA	15	2017	18/07/2017	01/08/2017
35	14578	EDNIL LIBANIO DA COSTA JUNIOR	30	2016	11/07/2017	09/08/2017
36	16777	ELIDIANY ANDRADE SENA	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
37	17915	ELISANGELA MAGALHAES LIRA	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
38	16769	ELISIA MARTINS OLIVEIRA	30	2016	03/07/2017	01/08/2017
39	17045	ELIZANDRA DA SILVA LIMA	30	2016	03/07/2017	01/08/2017
40		ELLEN CRISTINA IORES	30	2015	03/07/2017	01/08/2017
41	15190	EMANUEL DE KASSIO LIMA MARTINS	30	2017	03/07/2017	01/11/2017
42	12912	EMANUELA WANDERLEY DE ALMEIDA	10	2015	03/07/2017	12/07/2017
43	14170	EUMARIA DOS SANTOS AGUIAR	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
44	11880	EUSTAQUIO JULIO MACEDO NETO	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
45	14319	IVALDO JOSE DA SILVA	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
46	15777	FABIANE MOURA FERREIRA	15	2017	27/07/2017	10/08/2017
47	14580	FERNANDO OLIVEIRA ARAUJO	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
48	16983	FLAVIO SILVA SOUSA	30	2017	03/07/2017	01/08/2017

49	16723	FRANCISCA LOPES DA SILVA	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
50	17594	FRANCISCO DE SOUZA FILHO	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
51	1092	FRANCISCO MARTINHO TORRES	30	2017	10/07/2017	08/08/2017
52	1034	FRANCISCO VALTER LEITÃO	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
53	16489	GILVAN NUNES MOREIRA	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
54	17422	GISELE PINOTTI	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
55	16288	GLEISSON VITORIA DA SILVA	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
56	13158	GRACIANE SILVA OLIVEIRA	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
57	17265	HAYZA KALLEN PEREIRA DE MELO	15	2017	03/07/2017	17/07/2017
58	13934	IDEVAN ARAUJO LOPES	30	2015	03/07/2017	01/08/2017
59	13963	JOLANDA DE ARAUJO FREIRES	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
60	18474	JACKSON LOPES DA SILVA	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
61	16709	JARLANNE DA SILVA LEITE	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
62	18709	JEFFERSON NEGREIROS DE CARVALHO	15	2017	03/07/2017	17/07/2017
63	17828	JOAO HENRIQUE SANTOS	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
64	14591	JORDANIA CONCEICAO SOUZA CAVALCANTE	10	2017	17/07/2017	26/07/2017
65	16902	JORGE LUIS MOURAO DE SOUZA	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
66	12946	JOSE AFONSO OLIVEIRA FILHO	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
67	17274	JOSE CHAVES DA SILVA SANTOS	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
68	18696	JOSE LUIZ MOTTA DE ROSSO	30	2017	10/07/2017	08/08/2017
69	16231	JOSE ROMANO DOS ANJOS NETO	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
70	18263	JOSELLY DOS PRAZERES DA SILVA SOUSA	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
71	14618	JUCIANE BATISTA POLLMEIER	30	2017	03/07/2017	01/08/2017
72	18838	KAIO FELIPE DE MELO SILVA	30	2017	03/07/2017	01/08/2017

RESOLUÇÃO Nº 03338/2017-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder os últimos 10 (dez) dias do usufruto das férias da servidora ROBERTA MARIA PINHEIRO FONSECA, matrícula 16284, para o período de 03/07/2017 a 12/07/2017, referente ao exercício de 2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antônio Martins, 22 de junho de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 03339/2017-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder os últimos 10 (dez) dias do usufruto das férias da servidora GIZELI SOUZA REIS, matrícula 15774, para o período de 03/07/2017 a 12/07/2017, referente ao exercício de 2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antônio Martins, 22 de junho de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 03340/2017-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder os últimos 10 (dez) dias do usufruto das férias

da servidora ELETICIA ROSA DE MAGALHAES, matrícula 10882, para o período de 11/07/2017 a 20/07/2017, referente ao exercício de 2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antônio Martins, 22 de junho de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 03341/2017-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder os últimos 15 (quinze) dias do usufruto das férias da servidora IZABELA CRISTINA MACEDO MARQUES, matrícula 14585, para o período de 17/07/2017 a 31/07/2017, referente ao exercício de 2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antônio Martins, 22 de junho de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 03342/2017-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder os últimos 10 (dez) dias do usufruto das férias da servidora IRAYMA URSULA DE ALMEIDA AMORIM, matrícula 15787, para o período de 24/07/2017 a 02/08/2017, referente ao exercício de 2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antônio Martins, 22 de junho de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3343/2017-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

Considerando o teor da Súmula nº 473 - 03/12/1969 do STF, segundo o qual "a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial", considerando ainda a Lei nº 418/2004 do Estado de Roraima, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estadual,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar SONARA DOS SANTOS PAIVA, matrícula 18928, CPF: 837.830.242-34, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-5, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 1 de janeiro de 2017.

Boa Vista - RR, 22 de junho de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3344/2017-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

Considerando o teor da Súmula nº 473 - 03/12/1969 do STF, segundo o qual "a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade,

respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”, considerando ainda a Lei nº 418/2004 do Estado de Roraima, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estadual,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear SONARA DOS SANTOS PAIVA, matrícula 18928, CPF: 837.830.242-34, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-7, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março

de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 01 janeiro de 2017, prevalecendo a Resolução Nº 3042/2017-SGP de exoneração do Diário de nº 2531, do dia 29 de maio de 2017.

Boa Vista - RR, 22 de junho de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812



Agora é Lei!

Depois de 20 anos de espera o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima foi sancionado. A lei 1.160 aprovada pelos deputados estaduais em 27 de dezembro de 2016 beneficia diretamente 78 servidores.

Mas, indiretamente, torna realidade o sonho de 78 famílias.

O Plano dá garantias na construção da carreira profissional dos servidores e reflete na melhoria da qualidade da prestação de serviços para a população.

